

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA E ECONOMIA
LICENCIATURA EM HISTÓRIA

Bruno Marinho dos Santos Loura

RCC em Campos dos Goytacazes:
Efeitos de uma tradição polissêmica.

Nova Iguaçu

2014

Bruno Marinho dos Santos Loura

RCC em Campos dos Goytacazes:
Efeitos de uma Tradição Polissêmica.

Monografia apresentada ao Curso de História como requisito parcial para a obtenção do Título de Licenciado em História do Campus Nova Iguaçu da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

Orientadora:

Prof^ª. Dr^ª. Sílvia Regina Alves Fernandes

Nova Iguaçu

2014

Resumo

O Concílio Vaticano II abriu as portas da Igreja para novos ares e conflitos entre a tradição e a modernidade. Na diocese de Campos dos Goytacazes, no Estado do Rio de Janeiro, surgiu um movimento de oposição ao Concílio, guiado por Dom Antônio de Castro Mayer, que perdurou até os anos 1980 e que manteve muitos elementos do período pré-conciliar, como a missa no rito de São Pio V, em latim. Após a troca de bispos vimos aumentar um número significativo de fiéis que aderiram ao movimento da Renovação Carismática Católica. Sendo assim, o objetivo deste trabalho é analisar e compreender os elementos que favoreceram a inserção da Renovação Carismática Católica na diocese de Campos dos Goytacazes, após a saída de Dom Castro Mayer, quais características teriam a RCC, ou o movimento tradicional, que facilitaram a adaptação dos carismáticos a essa conjuntura tradicional, que aparentemente seria contraditória? Buscamos, deste modo, entender as proximidades e as barreiras da tradição e da modernidade.

Palavras-Chave: Catolicismo, Vaticano II, Modernidade, Tradicionalismo, Renovação Carismática.

Abstract

The Second Vatican Council has opened the doors of the Catholic Church to new conflicts between and modernity. In the diocese of Campos dos Goytacazes, in Rio de Janeiro state, a movement of opposition to the council has surged headed by Bishop Antonio de Castro Mayer, which lasted until the 1980's and preserved several elements of the pre council period, such as the celebration of Mass in the rite of Saint Pius V, in Latin. After the change of Bishop, it has been a significant increase in the number of faithful that adhered to the Catholic Charismatic Renewal Movement (CCRM). Thus, the objective of this work is to analyze and understand the elements that favor the growth of CCRM in the diocese of Campos dos Goytacazes after the departure of bp. Castro Mayer and what characteristics of the CCRM or the Traditionalist movement may have helped the conformation of CCR followers to the local situation. In this sense, we work to understand the proximity and barriers between tradition and modernity in Catholic Church.

Key words: Catholicism, Second Vatican Council, modernity, traditionalism, Catholic Charismatic Renewal Movement

Banca Examinadora

Prof^a. Dr.^a Sílvia Regina Alves Fernandes (Orientadora)

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof^a. Dr.^a. Wania Amélia Belchior Mesquita

Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

Prof^a. Dr.^a. Surama Conde Sá Pinto

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Agradecimentos

Agradeço a Deus por tudo em minha vida, em especial ter me auxiliado na conclusão desta etapa. Aos meus pais, Sandra e João, e a Brenda, minha irmã, por todo apoio, amor e todo empenho na minha educação.

De modo particular agradeço imensamente a professora Sílvia Regina Alves Fernandes que tem me acompanhado desde meu primeiro ano da formação acadêmica até este momento de conclusão desta etapa. Sua dedicação paciência e carinho ao ensinar e formar cidadãos e cientistas críticos, honestos e dedicados foi uma dádiva de Deus em minha vida.

Sou grato aos demais professores da UFRRJ-NI e aos meus amigos de turma, em especial Emanuelle Gonçalves e Pedro Henrique Augusto, que de maneira sem igual compartilharam comigo não só as alegrias, mas também as mazelas da formação acadêmicas e de nossas vidas pessoais. Cito também Talles, Ana Carolina, Danielle, Bruno e todos do “Grupo do Terço”, que nestes últimos anos de formação me ajudaram a conhecer mais do mundo político, eclesial e espiritual.

Sou agradecido também a todos do Núcleo ICA- Informação, Conhecimento e Atitude, em especial a antropóloga Marcella Camargo que me ajudou a despertar meu olhar crítico ao mundo, a consciência cidadã e o respeito à todos os seres humanos.

Por último e não menos importante, agradeço a minha paróquia São Pedro e São Paulo, especialmente lembro o Ministério Fontes de Luz por todo o apoio e oração. Assim como, ao reitor do Seminário Propedêutico Rainha dos Apóstolos, na Arquidiocese do Rio de Janeiro, e aos meus irmãos de seminaristas, pelo apoio na conclusão desta obra.

O Senhor Deus abençoe a todos imensamente. Muito Obrigado!

Sumário

INTRODUÇÃO	8
Justificativa	10
Referencias Teóricas	10
Metodologia da Pesquisa	14
Capítulo I – O concílio Vaticano II	14
As demandas da sociedade e a resposta da Igreja.....	15
O anúncio e suas repercussões.....	17
Os primeiros passos	23
As intervenções conservadoras: Dom Mayer e Dom Sigaud	24
Capítulo II: O caso de Campos Dos Goytacazes	29
Uma Diocese Tradicional	30
O Leão de Campos.....	35
Capítulo III - A crise de Campos	45
A Crise na Igreja: Dom Lefebvre	50
Modernidade e Tradição na Igreja	65
Capítulo IV - A Renovação Carismática Católica - RCC.....	71
RCC no Brasil.....	79
Conclusão	83
BIBLIOGRAFIA	85
Documentos Eclesiásticos	88
Documentos e Cartas	89

Introdução

Ao findar dos anos 50, o Papa João XXIII surpreendeu a Igreja e o mundo com o anúncio do Concílio Vaticano II (1962 a 1965), introduzindo-a no contexto do mundo moderno. Este concílio, ao contrário dos que o antecederam, teve um caráter, já não visto pela Igreja há muitos séculos na história. O evento se propôs a discutir não só doutrina, fé, costumes, mas complementarmente realizar uma “revisão” de toda a Tradição Cristã, indagando até mesmo sobre as fontes da revelação divina. Logo, foi um acontecimento “revolucionário”¹. No que tange a Igreja, introduziu a modificação da liturgia da missa, passando do rito Tridentino para o Rito Romano, com o uso facultativo do latim, o sacerdote passou a estar voltado para a assembleia, os cantos litúrgicos adequados às realidades locais, etc.

O Brasil, assim como a América Latina, recebeu com entusiasmo as modificações litúrgicas introduzidas pelo concílio, porém, este não agradou a todos. Os membros mais conservadores da Igreja, como o bispo francês Marcel Lefebvre, fora contra, de modo expresso, às reformas feitas na Igreja, criticando-as como anti-doutrinárias especialmente o ecumenismo, a liberdade religiosa e a colegialidade dos bispos. Deste modo, fundou assim a Fraternidade Sacerdotal de São Pio X, um movimento de formação ultra tradicional. Entre os membros desse movimento contrário às inovações conciliares estava Dom Antônio Castro Mayer, na época, bispo da Diocese de Campos dos Goytacazes no Estado do Rio de Janeiro. Seu pensamento era afinado com as críticas de Lefebvre, assim, preferiu permanecer com alguns aspectos pré-conciliares², como por exemplo, com a missa Tridentina, rezando-as em latim até o início da década de 80, quando se tornou bispo emérito. O novo bispo, Dom Carlos Navarro, ao tentar implantar as reformas conciliares, vendo a recusa de alguns padres de Campos, começou a exonera-los, o que, associado às atitudes de Dom Marcel Lefebvre,

¹ Não utilizo aqui o conceito marxista de revolução, mas sim o aristotélico de que a revolução é uma completa mudança de uma constituição para outra, ou uma modificação de uma constituição existente. (ARISTÓTELES, 2002)

² Ou, nas palavras dos próprios tradicionalistas: “condenou a interpretação modernista dos documentos conciliares, e ofereceu na Diocese uma interpretação do “*aggiornamento*” (modernização da Igreja) compatível com a Tradição católica”

na França, com o apoio de D. Mayer, gerou um “cisma” dentro da igreja de Campos, assim como da Igreja Universal³.

Um outro fruto do Concílio Vaticano II, além dos tradicionalistas, foi o movimento da Renovação Carismática Católica - RCC. Leandro Almeida afirma que o Concílio foi, o grande responsável pela criação de um contexto que proporcionasse o surgimento da RCC no interior da Igreja naquele momento. Esta se iniciou em 1967, ou seja, dois anos após o Concílio ter sido concluído; nos EUA e já em 1968 chega ao Brasil, trazido por um padre à cidade de Campinas e aos poucos foi se espalhando pelo país. A principal característica dos carismáticos é o uso dos dons do Espírito Santo nos encontros do grupo, logo, eles oram em línguas (glossolalia), fazem profecias, enfatizam a cura e a libertação dos demônios, e os encontros e as missas do movimento acontecem sempre com muito entusiasmo, animosidade e um forte apelo sentimental, aproximando-se em alguns aspectos dos grupos pentecostais protestantes. Porém, a tradição e a liturgia, assim como a devoção mariana e fidelidade ao papa são características marcantes na Renovação Carismática Católica e que intensificam a sua identidade católica.

Deste modo, temos como objetivo analisar e compreender os elementos que favoreceram a inserção da Renovação Carismática Católica na diocese de Campos dos Goytacazes, após a saída de Dom Castro Mayer, ou seja, de 1976 á 1990. Assim compreendermos, no caso de Campos, os limites de proximidade e as barreiras da tradição e da modernidade.

Atualmente podemos perceber uma boa representação do movimento carismático na Diocese de Campos. Então o que nos intriga é como que um conjunto de católicos tradicionalistas, que participavam da missa em latim reagiu à entrada desse movimento novo que tanto se assemelha ao pentecostalismo protestante, que começava a ganhar força, principalmente nas grandes cidades. Quais características teriam a RCC, ou o movimento tradicional, que facilitaram a adaptação dos carismáticos a essa conjuntura tradicional, que aparentemente seria contraditória?

³ O termo Igreja Universal, refere-se a Igreja católica como um todo. O termo católico vem do grego καθολικός ou transliterado:katholikos; que significa “universal”. Logo chamar a Igreja de Universal é falar dela como um todo, levando em consideração a Sé Apostólica no Vaticano.

Justificativa

O Estado do Rio de Janeiro tem uma característica única, ser lar de uma diocese que durante anos teve um grupo dissidente de Roma. Pouco se percebe a importância analítica que é ter uma diocese onde o bispo se recusou a implantar plenamente as reformas do Concílio Vaticano II e que passou 20 anos vivendo um tradicionalismo que o mundo já estava buscando e se acostumando a não ver mais. Isso pode mostrar como o Vaticano II atuou na mentalidade da Igreja, e como seus fiéis vindos de um tradicionalismo enraizado se vêem dentro das novidades da modernidade na Igreja. Uma dessas novidades é a Renovação Carismática Católica.

Logo, este trabalho contribuiria na reflexão acerca de um contraponto entre a RCC e o tradicionalismo católico no caso específico de uma diocese. Estudar a Renovação Carismática Católica é uma consequência dos quase cinco anos atuando em pesquisas relacionadas ao tema, desde a nossa entrada no grupo de pesquisa Dinâmicas Territoriais, Cultura e Religião, da UFRRJ – NI⁴, em 2009.

Referencias Teóricas

A bibliografia histórica⁵ é escassa em relação ao Concílio Vaticano II e sua recepção no Brasil, este evento que buscou trazer a Igreja Católica para dentro de um contexto moderno e poder adequar sua linguagem ao “novos tempos”.

Em relação à sociedade, percebe-se a Igreja deixando de se relacionar primordialmente com os estratos abastados e abraçando a causa dos menos favorecidos, com a entrada de um pensamento mais de esquerda na Instituição pelos padres e bispos. Assim movimentos como a Teologia da Libertação, obtiveram reconhecimento pontifício, podendo assim atuar nas bases, como foi no caso do Brasil, na luta contra a ditadura e promoção dos direitos humanos; e outros países da América Latina.

Ecumenismo

⁴ Este grupo é coordenado pela Dr^a Sílvia Regina Alves Fernandes, fundado em 2007 e tem por diretrizes estudos da religião em diferentes contextos regionais e territoriais. Desenvolver estudos comparados da religião levando em conta a diversidade dos ambientes rural e urbano. A linha objetiva ampliar a compreensão do fenômeno religioso no País na medida em que inclui as sociabilidades e dinâmicas de diferentes territórios não restritos às grandes cidades.

⁵ Porém, há uma vasta bibliografia no campo teológico sobre o Concílio, principalmente em seus produtos para a Igreja.

O concílio abriu as portas para o ecumenismo cristão. Revogou-se excomunhões, na sessão de 7 de dezembro de 1965, “foram lidas, na basílica de São Pedro e simultaneamente em Istambul, as atas da remissão recíproca das excomunhões que se interpuseram quase mil anos atrás (1054) entre as igrejas de Constantinopla e Roma” (ALBERIGO,2006:172). Isso mostrou verdadeiro interesse de diálogo entre a Igreja romana e a ortodoxa. Com relação aos protestantes ela diz, no Decreto *Unitatis Redintegratio*, que a separação o Cisma Protestante se deu pela culpa de homens de um lado como do outro. E os nascidos no cristianismo não devem ser acusados do pecado da separação. Logo a Igreja “os abraça com fraterna reverência e amor. Pois aqueles que crêem em Cristo e foram devidamente batizados, estão em certa comunhão, embora não perfeita, com a Igreja Católica” (*Unitatis Redintegratio*,3). Afirma ainda que justificados pelo batismo são incorporados a Cristo, tornando-os irmãos.

O concílio não para aí. Com relação aos Judeus, reconhece o vínculo com o Povo Hebreu, já que o Cristo nasceu no ceio do povo judeu. Ao povo mulçumano, diz que “o designo da salvação abrange também aqueles que reconhecem o Criador, e entre esses (...), que professando a fé de Abraão, adoram conosco um Deus único e misericordioso” (Lumen Gentium,16). Afirma também, nesse decreto, que esse Deus não está longe dos politeístas que ainda “andam nas sombras da idolatria”, ou quem ignora sem culpa o evangelho, mas faz a vontade de Deus na vida pode alcançar a salvação.

Como mencionamos, poucos são os trabalhos sobre o Concílio no Brasil, dentre ele se destaca o Padre José Oscar Beozzo com sua obra: *A Igreja do Brasil no Concílio Vaticano II*, onde analisa a igreja antes, durante e depois do Concílio e Rodrigo Coope Caldeira (2009), com sua tese de doutorado *Os baluartes da tradição: a antimodernidade católica brasileira no Concílio Vaticano II*. Fora do país, há o trabalho de Giuseppe Alberigo, que escreveu a *História do Concílio Vaticano II* em vários volumes, dando uma visão detalhada do evento, sendo ele um dos participantes, como observador. O material teórico na área da História é escasso o que justifica ainda mais a pesquisa, para se entender esse acontecimento. Entretanto podemos encontrar uma gama de trabalhos na área de teologia, como por exemplo João Libânio (2005 e), Marie-Dominique Chenu (1961), Paulo Sérgio Lopes Gonçalves (2004).

A Diocese de Campos

Com relação à Diocese de Campos, percebemos suas profundas raízes no conservadorismo e no ultramontanismo, assim como uma forte tradição Católica. Esse apego à tradição levou Dom Castro Mayer a se recusar a aderir ao concílio completamente, dando total apoio a causa de Dom Marcel Lefebvre e seus atos cismáticos. Esse “problema” tentou ser apagado com o afastamento de Dom Castro Mayer, porém só agravou mais a situação, pois o novo bispo D. Carlos Alberto Etchandy Gimeno Navarro, através de um decreto, obrigou os padres a aderirem ao concílio⁶, estabelecendo que aqueles que porventura não aderissem, não poderiam permanecer na diocese. Assim, quase todos os padres foram trocados, entretanto, não saíram da diocese, formaram capelas e continuaram celebrando nestes espaços. Esse fato favorece a prática incomum de funcionamento de duas dioceses, uma tradicionalista e uma renovada pelo Concílio Vaticano II. Tal diocese paralela permanece até hoje sob a forma de “prelazia pessoal, a Administração Apostólica São João Maria Vianney”, tendo seu bispo, Dom Fernando Rifan; e desde 2001 estão novamente em plena comunhão com Roma.

O Norte Fluminense, na época em questão, era caracterizado por ser uma das regiões mais conservadoras no Estado (CARNEIRO E SILVA, 2011:12). Vários grupos conservadores, atrelados ao catolicismo, ao longo da história política do Rio de Janeiro, se fixaram e ganharam força nessas regiões. Gisele Zanotto, afirma que a Igreja deu total apoio a tais movimentos conservadores como o Sociedade Tradição, Família e Propriedade - TFP, que, fundada em 1960, proclamava-se como “entidade de caráter cultural e cívico, de inspiração católica, fortalecendo assim o tradicionalismo. Esta nos é apresentada na tese de mestrado de André Pizetta Aloé (2006) e pelos trabalhos de Gisele Zanotto e Roberto de Mattei (1997). Portanto, ligados as idéias do nacionalismo, o anticomunismo, o antiliberalismo e a construção do Estado forte, com as bases espiritualistas do catolicismo; expressões como a Teologia da Libertação e as comunidades eclesiais de base não ganharam força na Diocese.

O principal trabalho sobre o “Caso de Campos” foi a tese de doutoramento “Os Arquitetos do Paraíso” da Prof^a Zélia Milanez de Lossio e Seibnitz, defendida em Antropologia Social do Museu Nacional da UFRRJ no ano de 1992. Nele a autora descreve minuciosamente os fatos ocorridos em Campos desde a saída de Dom Antônio,

⁶ Ao afirmar isso, me refiro especialmente à aceitação da missa de Paulo VI.

a posse de Dom Carlos Navarro e a resistência dos fiéis e clérigos, assim como seus consequentes afastamentos. Não encontramos outros trabalhos sobre o assunto, assim nossa análise foi feita principalmente a partir de fontes primárias, que serão descritas abaixo.

A emergência da Renovação Carismática Católica

Sobre a Renovação Carismática Católica há vários trabalhos como de Cecília Mariz (2003), Silvia Fernandes (2009), Raymundo Maués (2000), Edênio Valle (2004) e tantos outros. A Renovação Carismática é um movimento que surgiu nos anos 60, nos EUA, e que busca a valorização e o uso dos dons e carismas do Espírito Santo. O movimento é considerado como o pentecostalismo católico tendo chegado ao Brasil em 1968 por meio de um padre missionário que se estabeleceu em Campinas-SP. Logo se espalhou pelo país ganhando grande força em determinadas regiões e menos em outras. Em Campos dos Goytacazes, percebe-se que o movimento ganhou adesão de grande parte da Diocese, não apenas representada pelos grupos de oração, que segundo o site do movimento somam 90; mas também pelas comunidades de Vida e Aliança no Espírito Santo e outros grupos com espiritualidade pentecostal, mas que não se intitula RCC.

A discussão sobre as características da RCC é grande, destarte como ela se insere no mundo católico. Cecília Mariz (2005) faz a pergunta se RCC é uma igreja dentro da Igreja. Sua resposta está na própria organização da RCC, que mesmo submetida à Instituição Igreja, mantém uma estrutura “autônoma”, porém sempre fortalecendo os laços com a Igreja e fortalecendo sua identidade católica, temendo que tal autonomia leve a uma marginalização do movimento.

A RCC gera controvérsias no mundo católico. Este movimento, também denominado pentecostalismo católico, utiliza-se de características encontradas entre protestantes pentecostais, logo é quase inevitável a associação entre essas duas vertentes. Um desses elementos é a glossolalia ou oração em línguas, que é uma marca forte do movimento; assim como o “repouso no Espírito⁷”, as profecias, os exorcismos e

⁷ O repouso no Espírito Santo, segundo o site nacional do movimento, é um êxtase espiritual, caracterizado pelo desmaio do fiel após a oração e imposição das mãos de outro. “(...) É uma espécie de êxtase (...) mas não arrasta consigo a santificação da pessoa nalguns instantes. Esta experiência mística é destinada a favorecer uma vida cristã mais fervorosa ou uma conversão do coração”. (MELAÇON, 2001)

o uso da bíblia como fonte principal da revelação divina. Tais características levaram o movimento, na busca de se inserir dentro do Catolicismo, a adotar posições para se legitimar como verdadeiramente católicos. Assim, encontramos na RCC uma forte devoção à Virgem Maria, aos sacramentos e a submissão ao Papa e o respeito à autoridade eclesial. A busca pela identidade católica marca a postura da RCC e demonstra seu caráter ambivalente: tradicionalismo em meio a modernização de práticas e rituais no seio do catolicismo.

Metodologia da Pesquisa

A pesquisa utilizará de metodologia qualitativa conjugando análise de documentos como as cartas pastorais do bispo de Campos de Goytacazes dos anos 50 a 80; as várias cartas enviadas por Dom Marcel Lefebvre a vários destinatários, também da mesma época. Analisaremos ainda alguns documentos eclesiásticos de 1905 a 1980. Trabalhamos ainda com a oralidade de maneira informal ouvindo alguns líderes do movimento carismático que nos ajudasse na compreensão do fenômeno em questão. Será pesquisado especificamente o município de Campos dos Goytacazes, por ser onde está a cúria diocesana.

Capítulo I – O concílio Vaticano II

O Concílio Vaticano II (1962 à 1965) foi realmente um acontecimento caracterizado como o marco da abertura da Igreja Católica para a modernidade assumindo uma caráter singular na História. Todas essas mudanças não foram bem aceitas por todos os membros do clero. Um grupo mais tradicional lutou durante todo o Concílio para que a "fumaça da modernidade" não entrasse na Igreja, porém, como percebemos, eles não conseguiram que suas demandas fossem atendidas. Mas essa "derrota" não significa que os tradicionalistas não têm a digna importância para a análise desse evento que marcou a história da Igreja Católica. Foi por compreendermos

a relevância e a incipiência dos estudos dessa minoria conciliar ultraconservadora⁸, que este trabalho foi redigido.

Através do Concílio Vaticano II, percebemos como a Igreja Católica abriu as portas para o diálogo com o mundo moderno, como se iniciou a nova "mentalidade" que gerou em um pequeno grupo de jovens, nos EUA, a busca por um jeito novo de se relacionar com Deus, através do Espírito Santo; e também como que se iniciou o conflito da "modernidade" com o tradicionalismo, por meio da atuação dos bispos brasileiros Dom Antônio Castro Mayer, governador da Diocese de Campos dos Goytacazes, situada no norte do Estado do Rio de Janeiro.

As demandas da sociedade e a resposta da Igreja

Os séculos XIX e XX foram recheados de grandes transformações que abalaram as estruturas do mundo quase que literalmente. Potências mundiais foram derrubadas e erguidas, a humanidade passou pelos horrores de várias guerras, grandes revoluções políticas e econômicas, assim como se viu dentro de transformações visíveis nos paradigmas que guiavam a vida cotidiana.

A chamada Revolução Cultural se tornou fruto de todas essas mudanças que vieram ocorrendo ao longo do século e atingiu as sociedades em todas as suas esferas, principalmente após as grandes guerras. Stuart Hall (1997) nos dá algumas justificativas. Segundo ele, ao longo do século XX a globalização foi produzindo uma aproximação entre culturas diferentes, assim como as grandes guerras promoveram a migração global, e sem precedentes, obrigando as pessoas a conviverem diretamente com a alteridade. Esse choque de culturas gerou algumas consequências: a inculturação, a aculturação e a transculturação⁹. Hall usa o termo "sincretismo", para designar esses

⁸ Aqui me refiro a um grupo de bispos extremamente conservadores, que repudiavam qualquer tipo de mudança moderna na Igreja. O assunto será trabalhado mais detalhadamente à frente.

⁹ Percebemos que os três fenômenos se dão ao mesmo tempo em vários locais. De acordo com o dicionário de verbetes Aurélio, a inculturação é a absorção de valores culturais em função de um grupo dominante. Temos como exemplo as partilhas de territórios na África e Ásia. A aculturação é a troca mútua entre culturas que entraram em contato direto, como exemplo, temos a migração de italianos durante o fascismo, por toda a América, introduzindo sua alimentação, assim como os americanos

movimentos de intercâmbio cultural, ou melhor, a mútua e lenta assimilação da cultura alheia. Assim, pode-se dizer que o mundo, ao longo do século XX caminhou para uma “cultura global” e ainda se percebe essa tendência no nosso século.

O resultado do “mix cultural”, ou sincretismo, na definição usada por Hall, atravessando velhas fronteiras, pode não ser a obliteração do velho pelo novo, mas a criação de algumas alternativas híbridas, sintetizando elementos de ambas, mas não redutíveis a nenhuma delas — "como ocorre crescentemente nas sociedades multiculturais, culturalmente diversificadas, criadas pelas grandes migrações decorrentes de guerras, miséria e das dificuldades econômica do final do séc. XX". (HALL,1997).

O globo se viu, no final das guerras mundiais, envolto em outra atmosfera delicada e profundamente importante naquele momento. As grandes potências mundiais haviam se destruído mutuamente na 1ª e 2ª guerra e as duas nações que saíram vitoriosas, acabaram se tornando referências globais. De um lado, os EUA e do outro a URSS, o primeiro capitalista, autointitulado como representante da democracia e liberdade e guerreiro contra a opressão inimiga; e o segundo comunista, opositor do capitalismo e de sua ideologia burguesa, assim como se dizia ser o promotor do solucionamento das problemáticas sociais de “injustiça” e “desigualdade”. Deste modo, sob as duas doutrinas e ideologias, o mundo foi dividido em duas partes, em dois blocos, mas não somente o mundo político e econômico, mas toda a sociedade ocidental e claro, isso influenciaria a própria Igreja. Os partidos políticos, instituições civis e religiosas, a sociedade civil, se posicionavam quanto a essa bipolaridade, sendo ou de direita (capitalista) ou de esquerda (comunista e socialista).

A Igreja Católica assistiu a esses fatos históricos e atuou em alguns deles de forma cautelosa e sem abordá-los diretamente. Durante a 1ª guerra, o Papa Bento XV fez um discurso em 1917, onde exigiu a paz no mundo, essa seria a única iniciativa direta dos Papas contra a guerra¹⁰. O Papa Pio IX preocupou-se em escrever a educação

passaram seu idioma e outros aspectos. A transculturação se dá quando um indivíduo adota a cultura do local onde está. Como exemplo, temos todas as migrações voluntárias ocorridas durante toda a história.

¹⁰ Epistola il 27 Aprile 1915 del Papa Benedetto XV al cardinale Pietro Gasparri, segretario di Stato Affinché I Vescovi di tutto il mondo. Aggiungano Nelle Litanie Lauretane l'invocazione “*Regina Pacis, Ora Pro Nobis*”.

cristã (*Divinis Illius Magistri*), sobre a restauração e o aperfeiçoamento da ordem social (*Quadragesimo anno*), e fez um forte combate ao comunismo ateu (*Divinis Redemptoris*), nada diretamente contra as guerras. Já Pio XII fez alguns pedidos de paz e concórdia entre os povos, principalmente na *Communium Interpretes Dolorum*, no pós guerra. Mas ambos mantiveram-se cautelosas, isso porque as conjunturas mundiais tinham mudado e a Igreja se via também ameaçada pela guerra. Entretanto, a guerra não impediu que os novos padrões de cultura, exigissem da Igreja uma renovação, uma abertura ao mundo moderno.

Ao longo do século a Igreja viu ideias como o fim da infabilidade Papal, um maior diálogo com outras religiões, uma reforma litúrgica, ir surgindo no seu seio, mesmo que ainda muito incipiente. Em meio a lenta, mas progressiva revolução cultural, a Igreja Católica, nas figuras fortes e conservadoras dos Papas Pio XI e XII, se manteve firme em seus dogmas e preceitos, sem deixar que a “atmosfera moderna” entrasse no seu interior. Porém essa posição não era comungada por todos os membros do “alto clero”. Muitos bispos e cardeais já falavam na abertura que a Igreja deveria fazer para poder alcançar melhor a sociedade e poder divulgar melhor sua mensagem a todos os povos, em uma linguagem mais acessível a todos.

Com a morte de Pio XII, em 1958, os cardeais em conclave decidiram escolher um colono, o Patriarca de Veneza, de 77 anos para um “pontificado de transição”¹¹. Mas esse homem, que adquiriu o nome de João XXIII, a menos de 90 dias de pontificado, anunciou um novo Concílio, deixando estupefatos e perplexos, não só os cardeais, mas em todo o mundo cristão.

O anúncio e suas repercussões

O Concílio Vaticano II abriu as portas da Igreja para o Mundo Moderno. No dia 25 de janeiro de 1962, celebrando na basílica de São Paulo Fora dos muros, o Papa João disse aos cardeais que estavam com ele.

¹¹ Principalmente para superar as inúmeras problemáticas e melhorar sua imagem depois do governo de Pio XII, tido, por alguns, como frio e austero.

Pronuncio perante vós, certamente tremendo um pouco de emoção, mas também com humilde resolução de propósito, o nome e a proposta de dupla celebração: a de um Sínodo diocesano para a Urbe e a de um Concílio Ecumênico para a Igreja universal (BEOZZO, 2001:42)

O anúncio teve uma repercussão estrondosa não só no mundo católico, mas todas as mídias se voltavam para o pequeno Estado do Vaticano mais uma vez, sabendo que havia poucos meses que o Vaticano anunciava ao mundo a Eleição de Angelo Giuseppe Roncalli, como chefe máximo da Igreja Romana.

Mas o que teria levado o velho Papa a essa decisão histórica e pode-se dizer audaciosa? Muito se especulou naqueles dias sobre as motivações para que naquele momento a Igreja resolvesse começar a mudar. Bem, Giuseppe Alberigo (2006) diz que, o que se perguntava era se o Vaticano II seria a continuação do Concílio Vaticano I, interrompido em 1870 devido a guerra entre a França e a Prússia, assim como pelo processo de unificação Italiana. Este Concílio foi um dos maiores acontecimentos cristãos do século XIX e promulgou a Constituição dogmática intitulada "*Dei Filius*", sobre a Fé católica e a Constituição Dogmática "*Pastor Aeternus*", sobre o primado e infalibilidade do Papa quando se pronuncia "*ex-cathedra*", ao tratar de assuntos de fé e de moral. E ainda a condenação do racionalismo, ateísmo e materialismo.

Ainda se perguntava se a guerra era a motivadora do Concílio, não apenas a 2ª guerra mundial, terminada há 13 anos, mas o novo conflito que surgia no horizonte, o embate entre o bloco capitalista ocidental e o comunista soviético.

E realmente estavam à beira de um conflito armado, principalmente depois da Guerra da Coreia (1950) e as ameaças da Revolução Cubana que se iniciaria seis dias após o anúncio. Também se especulava se o novo presidente dos EUA, John F. Kennedy, católico, teria sido levado em consideração pelo Papa Roncalli, afinal, como afirma Alberigo (2006), com a forte presença de católicos no norte do planeta, nada mais esperado do que a Igreja apoiar o empenho anti-comunista, ou seja, apoiar e ajudar o jovem presidente estadunidense contra um inimigo comum. Assim, levantou-se a discussão sobre se a união entre instituições políticas e a Igreja teria mesmo acabado.

Também se discutia muito se o Concílio seria mesmo espaço para a renovação do catolicismo. Será que a Igreja conseguiria superar o Papado conturbado de Pio XII? Este Papa foi o baluarte da tradição e da ortodoxia católica, sua personalidade forte fez

muitos pensarem que na Igreja não teria lugar para o novo¹², assim o Concílio seria apenas mais uma reafirmação do papado de Pacelli.

Alberigo afirma que a opinião pública não conseguiu responder a nenhuma dessas indagações e o anúncio abriu caminho para “a existência de um espaço insuspeitado de expectativas e disponibilidades” (ALBERIGO, 2006:21)

Outro autor italiano Roberto Rota (2010), afirma que primeiramente a Igreja não estava passando por nenhuma crise que justificasse o Concílio e que ele não era um desejo de toda a Igreja, mas sim foi fruto da sensibilidade do Papa João XXIII:

Prima di tutto non vi era nella chiesa nessuna crisi in atto che giustificasse la riunione di tutti i vescovi della terra (si pensi invece al Concilio di Trento riunitosi per rispondere alla grande minaccia e sfida della riforma, oppure al Vaticano I che si tenne sotto i colpi di cannone delle vicende dell'unità d'Italia) e d'altronde esso non fu frutto della volontà generale della chiesa ma dell'intuizione e della sensibilità di un uomo fino a quel momento sottovalutato: il Papa Giovanni XXIII¹³. (ROTA, 2010:1) (Grifo nosso)

Giuseppe Alberigo afirma que os ventos modernizantes já sopravam para alguns bispos, entretanto, de uma forma ainda muito incipiente. Segundo ele, o anúncio foi uma atitude de empatia com os ambientes que há vários anos desejavam um experimento de uma renovação litúrgica, bíblica e ecumênica. Da mesma forma que concorda com Rota ao afirmar também que foi uma decisão do Papa convocar o Concílio:

A convocação do Concílio foi essencialmente fruto de uma convicção pessoal do Papa, lentamente sedimentada em seu espírito, encorajada também por outros e, finalmente, tornada decisão autorizada e irrevogável no trimestre seguinte à eleição do pontificado. (ALBERIGO,2006:22)

Ele também concorda com o teólogo francês Yves Marie Joseph Congar, de que “não havia um idêntico grau de maturação dos problemas e sustentava que do ponto de

¹² O termo "novo" refere-se às demandas do concílio Vaticano II já apresentadas, como por exemplo a reforma litúrgica, o ecumenismo, a maior participação dos fiéis na vida da Igreja, etc.

¹³ “Primeiro de tudo não havia crise na Igreja para justificar a reunião de todos os bispos do mundo (acho que em vez do Concílio de Trento reuniu-se para responder à maior ameaça e desafio da reforma, ou o Vaticano, que foi realizada sob a tiros de canhão dos acontecimentos da unificação da Itália) e, por outro lado, não foi o resultado da vontade geral da igreja, mas da intuição e da sensibilidade de um homem até agora subestimado: o Papa João XXIII” (tradução livre)

vista teológico, sobretudo sobre a união das Igrejas Cristãs, o Concílio parecia ter vindo vinte anos mais cedo”. (ALBERIGO,2006:20)

O autor mostra, nas próprias palavras do Papa João XXIII o que o levou a convocar o Vaticano II. De acordo com ele, a renovação do código de direito canônico e uma abertura maior ao diálogo com outras igrejas foram, segundo o Papa, “os pontos mais luminosos da atividade apostólica que esses três primeiros meses de presença apostólica e contato com o ambiente eclesiástico romano sugeriram”. Em outro trecho, o Papa ainda deu a entender que pensou nos frutos dos Concílios predecessores (Trento (1545 a 1563), e Vaticano I (1869 a 1870)) para a convocação. Disse ele:

Uma resolução tomada a fim de chamar a atenção para algumas formas antigas de afirmação doutrinárias de sábias normas da disciplina eclesiástica, que na história da Igreja deram frutos de eficácia extraordinária em época de renovação (ALBERIGO,2006:18).

E como objetivo, afirma que

No que diz respeito à celebração do Concílio ecumênico, ele visa não somente a edificação do povo cristão, mas quer ser também um convite às comunidades separadas, pela procura da unidade, que hoje tantas almas de todos os pontos da terra estão desejando. (ALBERIGO,2006:18).

Porém o que veremos é que o Concílio Vaticano II irá mudar drasticamente o catolicismo como era conhecido antes do anúncio. Sem saber, ou já sabendo, o Papa João inaugurou um novo tempo para a Igreja.

Quanto a esse tempo de renovação, o Papa João XXIII, deixou claro em seu *Gionale dell'anima*, um diário espiritual escrito durante toda a sua vida, que no Concílio era necessário “determinar e distinguir o que é princípio sagrado, evangelho eterno, do que é mutabilidade dos tempos.”. E continua, “estamos entrando numa época que poderia chamar-se de missão universal. Fazer nossa a recomendação de Jesus, de saber distinguir ‘os sinais do tempo’ e descobrir no meio de tantas trevas, não poucos indícios que fazem bem a gente esperar. (ALBERIGO, 2006:19). O Papa afirma, logo na convocação do concílio que seu principal objetivo é promover uma evangelização mais eficaz, adaptando a linguagem da “tão vibrante de vitalidade”, Igreja de Cristo, aos novos tempos.

[...] desde quando subimos ao supremo Pontificado, não obstante a nossa indignidade e por designo da Providência, sentimos logo o urgente dever de

convocar os nossos filhos para dar à Igreja a possibilidade de colaborar mais eficazmente na solução dos problemas de nosso tempo. Por este motivo, acolhendo como vinda do alto uma voz íntima do nosso espírito, julgamos ter chegado o tempo de oferecer à Igreja católica e ao mundo o dom de um novo Concílio Ecumênico, em acréscimo e continuação à série dos vinte grandes Concílios, realizados ao longo dos séculos como uma verdadeira providência celeste para o incremento da graça e o progresso cristão. [...]

O próximo Concílio, portanto, reúne-se, felizmente, no momento em que a Igreja percebe, de modo mais vivo, o desejo de fortificar a sua fé e de se olhar na própria e maravilhosa unidade; como, também, perceber melhor o urgente dever de dar maior eficiência à sua forte vitalidade, e de promover à santificação de seus membros, a difusão da verdade revelada, a consolidação das suas estruturas.¹⁴

Percebemos que não só aspectos temporais, seculares pesaram na decisão do Papa João XXIII, mas também sua espiritualidade e suas convicções religiosas de que a Igreja já conseguiu se renovar para “o bem das almas” (Concílio de Trento) e soube se adaptar aos ares da modernidade, aceitando e condenando o que era ou não era lícito (Vaticano I).

Outra característica do anúncio de João XXIII que chamou a atenção do mundo cristão, foi que o Concílio seria ecumênico. Diferentemente do que conhecemos como ecumenismo, neste caso, o Papa estava convocando não só os católicos romanos para discutir sobre a fé e a doutrina, mas também toda a cristandade.

Segundo o Código de Direito Canônico, um Concílio ecumênico é uma reunião universal do colégio dos bispos, cuja cabeça e o principal é o Romano Pontífice; com o objetivo de discutir e deliberar sobre questões pastorais, de doutrina, fé, e costumes. A palavra “ecumênico” vem do grego "*οἰκουμένη*", que significa literalmente "o mundo habitado". Primeiramente era usada para definir o império Romano, porém, depois dos cismas que se sucederam a palavra passou a representar também, toda a Igreja Universal. (BOSCH, 1999)

Assim, quando o Papa João XXIII anuncia um Concílio ecumênico não só o mundo católico romano se interessa pela questão, mas também as Igrejas Orientais e as

¹⁴ Papa João XXIII na Constituição Apostólica Com A Qual É Convocado O Concílio Ecumênico Vaticano II de 2 de fevereiro de 1962, em DOCUMENTOS DO CONCÍLIO ECUMÊNICO VATICANO II, São Paulo: Paulus, 1997, 12.

protestantes “acolhem” ao chamado. Segundo Alberigo, várias religiões enviaram suas respostas ao Vaticano II. Já em 1959, o Patriarca ortodoxo de Constantinopla mandou um representante junto à preparação do Concílio. A Igreja grega, da Antioquia e Copta, também expressaram atentas considerações quanto ao Concílio. A principal atenção foi dada pelo Conselho Ecumênico das Igrejas, em Genebra – uma entidade que reunia as Igrejas cristãs “distantes” de Roma, os também chamados “Irmãos Separados”. (ALBERIGO,2006:27). Mas não se via apenas entusiasmo e reverência à atitude do velho Papa, mas também o quanto o Concílio “ecumênico” seria realmente ecumênico. Ou seja, se temia que a Igreja Romana monopolizasse a etapa ecumênica, impedindo a participação direta das igrejas cristãs. Fazendo do concílio apenas mais uma busca comum da unidade.

Não só os ortodoxos que se manifestaram quanto ao Concílio, os protestantes históricos também se mostraram interessados no Concílio, principalmente os Anglicanos. A participação dos cismáticos (ortodoxos orientais) e dos “heréticos” (protestantes) levantou maior preocupação dos tradicionalistas, pois havia o receio de que a Igreja absorvessem esses outros à Igreja Romana, mas isso que veremos mais a frente.

Alberigo chama a atenção para o fato de que independentemente de serem ou não, católicos ou não, a secularização fez brotar uma incerteza quanto ao Concílio e que as pessoas não entendessem o próprio significado do ato do Papa João. Uns acolheram instintivamente como um sinal de esperança, de confiança no futuro e de renovação. Entretanto, outros temeram pela integridade de sua fé, mas também confiaram na própria constituição divina do Concílio.

A resposta às angustias e ansiedade dos povos foi amenizada somente no final de abril de 1959. O Papa João XXIII revelou a finalidade fundamental do Concílio: “Fazer crescer o empenho dos cristãos em dilatar os espaços da caridade [...] com clareza de pensamento e com grandeza de coração” (ALBERIGO,2006:30). E posteriormente, na festa de pentecostes, ele chama o Concílio de “Novo Pentecostes” e pede ao Espírito Santo que se aconteça “em nossa época os prodígios de um novo Pentecostes” (ALBERIGO, 2006:31)

Os primeiros passos

A primeira medida para a organização geral do Concílio foi a convocação de um organizador, pois acomodar milhares de bispos por anos e fazer com que todos se sintam bem acomodados não era uma tarefa fácil. Segundo Alberigo e José Beozzo, o Papa criou uma série de comissões que se encarregariam de toda a preparação do Concílio, tendo a presidência sido dada ao secretário de Estado da Santa Sé, D. Tardini, o que surpreendeu a todos, pois o principal indicado pra o preparo de um Concílio é o Santo Ofício. Esse fato revela que o Papa João XXIII queria deixar todas as demandas à cargo da Cúria Romana e demonstra o que depois será visualizado: o Concílio seria pastoral e não dogmático nem condenatório.

A primeira tarefa era se comunicar com os bispos do mundo e solicitar a eles que respondessem um questionário, com o intuito de coletar opiniões de quais assuntos deveriam ser tratados pelo Concílio, e depois, as respostas destes seriam analisadas. Os principais assuntos apontados foram: o apostolado sacerdotal e leigo, a família, a doutrina sobre a Igreja, as relações entre Estado e Igreja, a adequação da organização eclesiástica às exigências dos tempos modernos, as missões, as relações entre bispos e religiosos, a doutrina social.

Outro fato que chamou a atenção do mundo foi o anuncio do nome do Concílio em 1959. Ao dizer ao Cardeal Tardini: “chamar-se-á Vaticano II”, o Papa anuncia ao mundo que definitivamente esse não será uma continuação do Vaticano I. Ou seja, este será uma “página em branco” pronta a ser escrita pelos padres conciliares. E como isso foi feito? Como reunir mais de 2 mil bispos com cultura, língua, e opiniões diferentes para discutir sobre assuntos da doutrina e da fé católica? Os regulamentos do Concílio previam que haveria primeiramente as plenárias, também chamadas de congregações gerais, para as discussões e os grupos de trabalhos (com mais dois grupos técnicos) para a elaboração dos textos com as decisões. Estes textos seriam enviado aos padres conciliares que votariam sobre eles, caso recusado, eles seriam revisados e discutidos outros projetos de texto, que entraria em votação primeiro por capítulos e depois como um todo, até que chegassem a uma maioria.

Outro problema resolvido pelo regulamento foi a comunicação dos padres conciliares, assim, o latim foi instituído como língua oficial e o segredo do Concílio

impedia que houvesse tradução simultânea. As plenárias aconteceriam na parte da manhã, com a missa e a entronização do evangelho e iniciavam-se as votações.

As intervenções conservadoras: Dom Mayer e Dom Sigaud

Abriram-se os trabalhos do Concílio no dia 11 de outubro de 1962. O Papa João XXIII iniciou seu discurso com a frase “*Gaudet Mater Ecclesia*” – *Alegra-te, mãe Igreja*. Estavam presentes “1041 bispos europeus, 956 americanos, 379 africanos e mais de 300 asiáticos” (ALBERIGO,2006: 49) , o que lotou a basílica de São Pedro. O discurso de abertura do Concílio revelou muito mais do que havia sido pensado pelo Papa para o Concílio. No seu chamado, “Alegra-te Mãe Igreja”, convidou a todos a celebrar a felicidade que o Concílio traria a toda a Igreja. Assim como exorta e reafirma o sentido principal do Concílio:

O que mais importa ao Concílio Ecumênico é o seguinte: que o depósito sagrado da doutrina cristã seja guardado e ensinado de forma mais eficaz.

[...] É necessário primeiramente que a Igreja não se aparte do patrimônio sagrado da verdade, recebido dos seus maiores; e, ao mesmo tempo, deve também olhar para o presente, para as novas condições e formas de vida introduzidas no mundo hodierno, que abriam novos caminhos ao apostolado católico.¹⁵

Ao início dos trabalhos, os padres conciliares votaram para eleger os grupos de trabalho e estes começaram a analisar os documentos para as votações. Os primeiros trabalhos a serem analisados foram, obviamente, o sobre a reforma litúrgica. E já aí, nas primeiras votações, percebemos a atuação da minoria do concílio, os tradicionalistas.

Assim, de 22 de outubro até 13 de novembro, a assembleia discutiu a reforma litúrgica; as votações sobre o conjunto do esquema e seus capítulos separadamente registraram sempre uma grande maioria a favor, apesar da

¹⁵JOÃO XXIII, Discurso do Papa João XXIII na abertura solene do Concílio, em DOCUMENTOS DO CONCÍLIO ECUMÊNICO VATICANO II, São Paulo: Paulus, 1997, 26.

resistência tenaz de uma minoria, contrária a qualquer inovação. (ALBERIGO, 2006:55)

Já em outubro, alguns padres conciliares perceberam que os rumos tomados pelos documentos não estava, segundo suas interpretações, de acordo com a reta doutrina católica. Assim pensou-se em uma cooperação mútua, um possível grupo de trabalho, que agisse através dos “*modos*” – o pedido de cancelamento do texto apresentado, que seria avaliado pela comissão competente, poderia ser aceito ou rejeitado.

Dentre os 250 padres conciliares que compunham o grupo, encontravam-se os brasileiros Dom Antônio Castro Mayer, bispo de Campos dos Goytacazes – RJ; José Maurício da Rocha, bispo de Bragança Paulista - SP e Dom Geraldo Proença Sigaud, bispo de Diamantina - MG, e junto estes se encontravam o Monsenhor Marcel Lefebvre, Superior-Geral dos Espiritanos, Giuseppe Siri, cardeal de Génova, Alfredo Ottaviani, Prefeito da Congregação para a Doutrina da Fé, o cardeal Arcadio Maria Larraona, Ernesto Ruffini, cardeal de Palermo, o cardeal Michael Browne, e o cardeal Antonio Bacci. Estes fundaram em 1963 o grupo de estudo importante para nossa análise, o *Coetus Internationalis Patrum* (Grupo de Padres Internacionais) . Este se constituiu com o objetivo de apresentar uma defesa coesa e bem embasada dos valores tradicionais católicos em detrimento das propostas modernistas que estavam sendo vistas nas redações dos documentos conciliares. Rodrigo Caldeira, citando Luis Barauna, nos diz que os principais objetivos do Concílio Vaticano II, de acordo com os bispos conservadores brasileiros e de certa forma de toda a *Coetus*, eram:

- a) denunciar e condenar os erros e desatinos do mundo moderno, que vêm penetrando profundamente na Igreja, e muito particularmente entre os seminaristas, padres, os teólogos e boa parte até dos bispos. Estes erros são basicamente o naturalismo, o materialismo, o modernismo, o comunismo ateu, a permissividade nas doutrinas e nos costumes;
- b) repropor à Igreja universal, como modelo supremo, a restauração plena da “cristandade” (“*civitas christiana*”), da soberania de Deus e de sua Igreja sobre o mundo;
- c) mobilizar a Igreja universal, sob liderança do Papa, para a grande cruzada “contrarrevolucionária” da restauração da “cristandade”. (CALDEIRA, 2011:1013).”.

Para esses, os ventos da modernidade, a maçonaria e a revolução comunista eram seus principais inimigos, e também inimigos da Igreja; e vê um íntimo relacionamento entre o judaísmo, o comunismo e a maçonaria. O que também os tornam inimigos da Igreja. Quanto a isso Dom Sigaud afirmou:

Os líderes desse judaísmo desde séculos conspiram contra o Nome Católico, e de maneira metódica e com ódio mortal preparam a destruição da Ordem Católica e constroem a Ordem do Império judaico mundial. Para isso servem a Maçonaria e o Comunismo. O dinheiro, os meios de informação e a política mundial em grande parte estão nas mãos dos Judeus. [...] Esta é a realidade. Deve-se então odiá-los? Não! Mas há que opor vigilância, clareza, luta sistemática e metódica à luta sistemática e metódica desde “Inimigo do Homem”, cuja arma secreta é “o fermento dos fariseus que é a hipocrisia” (CALDEIRA, 2011:1015)

As discussões sobre liturgia e a revelação divina foram apenas um primeiro passo para demarcar os lugares no Concílio e a formação dos grupos opostos. Nessa premissa que a organização do futuro *Coetus Internationalis* começou a se formar.

Rodrigo Caldeira chama nossa atenção para três momentos mais importantes da participação dos prelados brasileiros, conjuntamente com o Coetus, no Concílio: na discussão sobre a liberdade religiosa, ao pedir uma condenação explícita ao comunismo e o empenho pela consagração do mundo ao Coração Imaculado de Maria.

Muita controvérsia surgiu quando foi apresentado o documento “*De oecumenismo*” e o “*De Libertate*”. A minoria ultraconservadora tinha uma visão clara sobre a questão, eles seguiam claramente as recomendações dos últimos Papas com relação a esse tema. O Papa Leão XIII afirmou que:

Oferecer ao homem liberdade (de culto) de que falamos, é dar-lhe o poder de desvirtuar ou abandonar impunemente o mais santo dos deveres, afastando-se do bem imutável, a fim de se voltar para o mal. Isto, já o dissemos, não é liberdade, é uma escravidão da alma na objecção do pecado.¹⁶

Já o Papa São Pio X, sobre a autoridade da Igreja afirmou:

Como é que temos a certeza de que a Doutrina Cristã, que recebemos da Santa Igreja Católica, é verdadeira? Temos a certeza de que a Doutrina Cristã, que recebemos da Igreja Católica, é verdadeira, porque Jesus Cristo, autor divino desta doutrina, a confiou por meio aos seus Apóstolos à Igreja Católica, por Ele

¹⁶ Papa Leão XIII - (1878-1903), Encíclica *Libertas Praestantissimum*.

fundada e constituída Mestra infalível de todos os homens, prometendo-Lhe a sua divina assistência até à consumação dos séculos.¹⁷

Assim também outros Papas escreveram contra a liberdade religiosa, como Pio IX no seu o *Syllabus Errorum Modernorum*, listando e condenando 80 erros do mundo moderno. Assim os tradicionalistas tinham base teórica dos Papas do passado para contestar os textos sobre o assunto. Dom Mayer afirmou que o primeiro esquema não diferenciava a Igreja Católica Romana das outras “comunidades cristãs”, não afirmou sua suprema autoridade, do sumo pontífice e nem dos bispos, muito menos sua infabilidade. Assim como questionou o uso da palavra Igreja para tratar as outras comunidades cristãs como sendo um erro.

Depois de muita discussão e debate sobre o assunto, os tradicionalistas acabaram aceitando a tolerância religiosa, mas nunca aceitariam a liberdade religiosa. Segundo Dom Sigaud, os textos estavam contrários ao próprio Magistério da Igreja anterior. E conclui:

Esta liberdade interna é um direito para o homem e ninguém pode ser coagido em interesse desta ou daquela ideologia. E não somente isso. A liberdade de adesão ao erro ou ao mal ulterior não é um direito natural. De si, portanto, na convivência social, pode acontecer a manifestação externa de consenso ao erro e por isso deve ser impedida: primeiro, porque o erro é contra a natureza humana – o que é racional – e segundo, porque a manifestação do erro, especialmente religiosa, prejudica aos outros, já que pode apresentar-se a eles como um escândalo. (CALDEIRA, 2011; 1020)

O tema do comunismo e da consagração da Rússia à Maria, também foram questões que causaram inúmeros debates e por fim a intervenção do próprio Papa, na época Paulo VI. A questão mariana surge devido às narrativas das supostas aparições de Maria e ao pedido que ela teria feito o a três crianças, em Fátima – Portugal. Segundo o relato das aparições, Maria teria mostrado o inferno às crianças e lhes explicou que a primeira guerra mundial teria sido provocada pelos pecados dos homens e alerta que se os homens não parassem de pecar, uma guerra pior ocorreria. Maria ainda prevê a expansão do comunismo, como um castigo divino, e por fim pede a consagração do mundo ao seu sagrado coração:

¹⁷ Catecismo Maior de São Pio X

A guerra vai acabar, mas se não deixarem de ofender a Deus, no reinado de Pio XI começará outra pior. Quando virdes uma noite, alumiada por uma luz desconhecida, sabei que é o grande sinal que Deus vos dá de que vai punir o mundo dos seus crimes, por meio da guerra, da fome e de perseguições à Igreja e ao Santo Padre. Para a impedir virei pedir a consagração da Rússia a meu Imaculado Coração e a comunhão reparadora nos primeiros sábados. Se atenderem a meus pedidos, a Rússia se converterá e terão paz, se não, espalhará seus erros pelo mundo, promovendo guerras e perseguições à Igreja, os bons serão martirizados, o Santo Padre terá muito que sofrer, várias nações serão aniquiladas, por fim o meu Imaculado Coração triunfará. (MACHADO,1998:42)

Esse texto que se apresenta como o apelo da “Mãe de Jesus”, além de incentivar o pedido dos padres da *Coetus* que o findar do concílio seja com a dita consagração, ainda os incentivaram a travar quase uma disputa política para que o Concílio abordasse mais claramente o tema do comunismo.

O anticomunismo era a característica mais marcante dos padres ultraconservadores. Era inegável sua vivacidade ao condenar o comunismo, usando, claro, os vários documentos do Magistério da Igreja que já o havia publicado. Usavam principalmente os textos das encíclicas *Qui pluribus* de Pio IX, *Quod Apostolici muneris* e *Rerum Novarum* de Leão XIII, a encíclica *Divinis Redemptoris* de Pio XI e o *Decreto contra o comunismo*, do Santo Ofício à pedido do Papa Pio XII, que excomunga todo católico que se declaram e/ou colaboram com comunistas.

A “batalha” travada pelos tradicionalistas começa ao terem o seu pedido recusado de que se tratasse de uma forma particular o comunismo e o marxismo, sendo os dois condenados pelo Concílio. Assim, nenhum dos apelos foi ouvido. Então os padres conservadores elaboraram uma carta abordando o assunto e com a assinatura de 450 bispos. Entre as justificativas, dom Sigaud afirma:

O comunismo nega a existência de Deus e de toda a ordem religiosa, mormente a ordem sobrenatural; na lógica da necessidade, comprovada pela história, atinge também de muitos modos os próprios princípios fundamentais da ordem natural. Nega a espiritualidade e a imortalidade da alma humana; torce o verdadeiro sentido da liberdade, sobretudo em matéria religiosa, faz violência à genuína dignidade da pessoa, da família e da união conjugal, desconhece as normas estáveis e imutáveis da lei moral e da justiça; e por isso mesmo, considera justo e moral tudo o que contribui para a ditadura de seu partido [...] Acontece, pois, serem desprezados pelo comunismo, os direitos de Deus e os

direitos dos homens; a própria Igreja católica no exercício de sua missão não pode admitir tal prática e tal doutrina que a constroem injustamente e a perseguem tristemente em seus membros. (CALDEIRA, 2011:1024)

Mesmo após a insistência dos membros do *Coetus* e as 450 assinaturas, o pedido não foi levado em consideração pela presidência do Concílio. Deste modo, o Cardeal Eugênio Tisserant, decano da Presidência, abriu um inquérito no qual se concluiu ter havido uma violação grave dos procedimentos do Concílio, assim o problema foi levado ao Papa. Paulo VI após analisar a situação e a petição dos 450 bispos, ordenou que se incluísse uma nota de rodapé que incluísse os ensinamentos do Magistério sobre o comunismo. Segundo Caldeira, a batalha havia sido perdida, mas não por completo.

Capítulo II: O caso de Campos Dos Goytacazes

Campos dos Goytacazes, sempre foi uma das maiores e mais importantes cidades do Estado do Rio de Janeiro. Desde sua fundação em 29 de maio de 1677 como a Vila do Salvador dos Campos, a região onde hoje é o atual município foi palco de importantes fatos para a história do Norte Fluminense, assim como para o país, principalmente através dos grandes engenhos de açúcar, que em 1875 já contavam com 245 engenhos; em 1879 foi feita a primeira usina, a Usina do Limão¹⁸ e em 1930 foi criada a primeira usina a vapor na região. Os cafezais também impulsionaram o desenvolvimento das regiões adjacentes a Campos, como Italva e Cardoso Moreira e o noroeste da região predominava a pecuária com a criação de gado leiteiro.

A cidade também teve importante papel político. Em 1865 de lá saíram os primeiros voluntários para a guerra do Paraguai. Em 1881 foi fundada na cidade a Sociedade Campista Emancipadora, para auxiliar a causa abolicionista. A cidade também deu um presidente para o país, Nilo Peçanha, que governou de 1909 a 1910, com a morte de Afonso Pena. E claro, há duas décadas deu um governador ao Estado, o radialista Anthony Garotinho, eleito em 1988.

¹⁸ Disponível em:

http://www.cidac.campos.rj.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=144&Itemid=107.
Acessado em 14 de janeiro de 2014.

A partir dos anos 80 a cidade ficou mais conhecida pro seus poços de petróleo, oficialmente descobertos na região em 7 de dezembro de 1974, o que aumentou as receitas e atraiu várias empresas e centros universitários importante para o município. A cidade é a maior produtora de petróleo do Brasil, e ainda concentra o polo de produção de cerâmica fluminense.

Todavia, o acontecimento que chamou nossa atenção e que ainda é pouco estudado pelas Ciências Humanas e Sociais, é o fato de que nos anos 80 a Diocese de Campos dos Goytacazes, se dividiu em dois grupos, tradicionalistas e progressistas, com a saída de D. Mayer e a posse de D. Navarro, e posteriormente o grupo tradicionalista se afastou cada vez mais da Igreja Universal, assim como o movimento liderado por D. Marcel Lefebvre, na Suíça.

Portanto, depois de muita discussão, debates e tentativas de reaproximação com as igrejas particulares¹⁹ e a Sé Apostólica, um cisma contemporâneo irrompeu na Igreja Católica Apostólica Romana que só foi solucionado, no caso de Campos, em 2007, com a publicação do *motu proprio Summorum Pontificum*, pelo Papa Bento XV.

Neste trabalho, serão analisados os diversos fatores e acontecimentos que levaram ao cisma externo e interno, para assim compreendermos o pensamento tradicionalista.

Uma Diocese Tradicional

Ao analisarmos os acontecimentos do Concílio Vaticano II, nos perguntamos o que leva um grupo a se opor tão arduamente a questões que aparentemente são pertinentes à realidade da segunda metade do século XX. Para além do concílio, como esse tradicionalismo se enraizou na sociedade, em especial a campista e por que podemos caracterizar essa diocese como tradicional? Para entendermos esses fenômenos precisamos recuar na história, até o Concílio de Trento.

Como mencionado anteriormente, o concílio de Trento foi uma reação da Igreja, não somente contra a Reforma Protestante, mas também contra as inovações modernas

¹⁹ As igrejas particulares são as dioceses governadas por um bispo, cuja autoridade se estende pelo território eclesiástico em que se insere a diocese.

do século XVI. Podemos afirmar que o concílio foi o fruto de uma crise gerada pela contestação da Igreja para com o mundo moderno.

O Concílio de Trento reformou a Igreja para que ela se afirmasse como a única instituição portadora da verdade e ela que deveria guiar a humanidade rumo ao Reino dos Céus, como vemos em um dos trechos abaixo:

O sacrossanto Concílio Ecumênico e Geral de Trento, reunido legitimamente no Espírito Santo, e com a presidência dos mesmo três legados da Sé Apostólica, tendo sempre isto diante dos olhos que, rejeitados os erros, seja na Igreja conservada a pureza do Evangelho, prometido antes nas Escrituras Santas pelos profetas, o qual Nosso Senhor Jesus Cristo Filho de Deus, primeiramente com sua própria palavra o promulgou e depois, por meio de seus Apóstolos, mandou pregá-lo a toda criatura (Mt 18, 19 s; Mc 16, 15), como fonte de toda a verdade salutar e disciplina dos costumes. (TRENTO, Sessão IV (8-4-1546). Art. 783.)

Assim, ele buscou reafirmar as verdades da fé, reformular o culto e a doutrina dos sacramentos para que fossem melhor entendidas pelos fiéis e pelos próprios clérigos, assim como fez um combate aberto às doutrinas protestantes que circulavam na época. Elaborou o *Index Librorum Prohibitorum*, (lista de livros proibidos aos católicos), incentivou de maneira tenaz catequese dos povos das Américas, e para isso criou novas ordens religiosas, como os Jesuítas ou a Companhia de Jesus e os Redentoristas. O concílio também reafirmou a autoridade do papa como sumo pontífice, reformou as ordens religiosas, os seminários e universidades; fez a manutenção do celibato dos clérigos e criou um catecismo. O fruto do concílio foi um clero mais voltado para os bens espirituais do que para a vida política das nações, assim como um fortalecimento das bases do catolicismo.

Entretanto, tais inovações não conseguiram entrar no Brasil até o século XIX. Ocorreram algumas tentativas por parte dos Jesuítas, ao criarem seminários, fundar novas paróquias no território nacional e claro, a forte característica de catequese dos povos ameríndios. Todavia, parte do clero brasileiro se encontrava-se ligado ao regalismo²⁰ português e o liberalismo, o que dificultou o trabalho dos religiosos. A situação ficou pior com a expulsão da Companhia de Jesus feita pelo Marques de Pombal em 1759. Assim o “regalismo de inspiração jansenista se infiltrou largamente

²⁰ O regalismo é a doutrina política que sustentava o direito que os reis tinham de interferir em questões internas da Igreja.

na Igreja brasileira, ao que se juntou uma forte influência do iluminismo e, posteriormente, na primeira metade do século XIX, também do liberalismo”. (SANTIROCCHI, 2010: 26)

O projeto de Trento só foi retomado no século XIX, por parte do episcopado formado em tais preceitos ou tido pejorativamente como “ultramontano”. O ultramontanismo é importantíssimo para toda a nossa análise e nos deteremos a sua caracterização e como que em menos de um século, ele tomou o controle da Igreja no país. (SANTIROCCHI, 2010: 26)

Ítalo Santirocchi fez uma análise do conceito ultramontano e segundo seu trabalho o termo ultramontano significa “para além dos montes”, ou seja, algo estrangeiro, de outra terra. O termo também era usado, após a reforma protestante, pelos franceses, como uma caracterização de todos que defendiam a autoridade papal em contraposição às “liberdades da igreja galicana”²¹ e também para denominar aqueles que não eram suficientemente nacionalistas. No século XVII passou-se a denominar de ultramontano todos os que eram defensores da superioridade dos papas sobre os reis e os Concílios, mesmo quando se tratavam de questões sociais, econômicas e políticas, ou seja, fora da esfera religiosa. No século XVIII, o termo era usado, na Alemanha, para denominar todos os que defendiam a Igreja em conflitos entre o Estado e a Igreja.

O ultramontanismo, no século XIX, se caracterizou por uma série de atitudes da Igreja Católica, num movimento de reação a algumas correntes teológicas e eclesiais, ao regalismo dos estados católicos, às novas tendências políticas desenvolvidas após a Revolução Francesa e à secularização da sociedade moderna. Pode-se resumi-lo nos seguintes pontos: o fortalecimento da autoridade pontifícia sobre as igrejas locais; a reafirmação da escolástica; o restabelecimento da Companhia de Jesus (1814); a definição dos “perigos” que assolavam a Igreja (galicanismo, jansenismo, regalismo, todos os tipos de liberalismo, protestantismo, maçonaria, deísmo, racionalismo, socialismo, casamento civil, liberdade de imprensa e outras mais), culminando na condenação destes por meio da Encíclica *Quanta cura* e do “*Syllabus Errorum*”, anexo à mesma, publicados em 1864. (SANTIROCCHI, 2010,24)

²¹ Era a concepção defendidas pelos clérigos da Gália, atual França, aonde a Igreja deveria estar submetida ao Estado. Logo o papa teria que se submeter aos costumes, regras e constituições da igreja galicana.

O autor também chama a atenção para o Concílio Vaticano I (1869-1870), onde a infabilidade papal foi decretada. Este, para ele, foi um dos momentos culminantes da vitória ultramontana no âmbito eclesiástico.

O projeto ultramontano foi buscar um centro que tivesse melhores condições de proteger o clero das investidas do mundo moderno, como por exemplo, da separação do Estado e Igreja, o indiferentismo estatal, o anticlericalismo, o regalismo exarcebado, etc. O centro encontrado para tal projeto foi o Papa, o chefe mais tradicional da Igreja. Assim, aos poucos o papa foi considerado “como a fonte dos ensinamentos da Igreja e como a autoridade da qual emanavam, de modo indiscutível, todas as decisões.” (SANTIROCCHI, 2010, 25)

Observa-se que tal procedimento levou a uma uniformização da disciplina eclesiástica, seja por parte do clero secular quanto do regular²². O autor também deixa claro que essa não foi uma via de mão única, a piedade popular também aderiu, de modo espontâneo, ao movimento ultramontano, com um profundo sentimento de pertencimento à Igreja Universal, abandonando as tendências de catolicismo bairristas ou nacionalistas.

No Brasil, o ultramontanismo entrou por influência estrangeira, principalmente por clérigos (bispos e padres) vindos da Europa, assim como dos padres que concluíram seus estudos religiosos no continente europeu. Já em 1823 pode-se constatar que os clérigos que tomaram parte na Constituinte (1823) e depois foram eleitos para o Parlamento, se dividiam em dois grandes grupos, os guiados pelo liberalismo e o regalismo; e o outro tido como ultramontano. A ação desses ultramontanos, principalmente dos bispos, no primeiro império, foi formar um clero reformado e assim fundaram novos seminários e reformaram os antigos. Deste modo conseguiram formar um grupo mais expressivo e obviamente, eram auxiliados de perto pelos fiéis. Mas não somente esses, várias ordens religiosas aderiram ao movimento de reforma da igreja brasileira para levá-la a plena ortodoxia da Igreja Universal, como por exemplo, os Jesuítas, os Lazaristas, os Capuchinhos e as Filhas da Caridade.

Santirocchi afirma que durante o século XIX, o que era um termo pejorativo, se tornou sinônimo de luta contra certos aspectos da modernidade, e mais, significava total

²² Por clero regular compreende-se os membros de alguma congregação ou ordem religiosa, ou seja, aqueles que vivem sob uma regra própria. O clero secular é constituído por padres que estão submetidos a um bispo diocesano.

adesão a ortodoxia e fidelidade total ao papa. Com isso, os clérigos assim caracterizados acabaram aceitando e adotando a denominação.

No findar do século XIX a igreja brasileira estava nas mãos dos ultramontanos que continuavam a implantar seu projeto de centralização da disciplina, moralização do clero, buscaram “coibir abusos, a imoralidade, uso de vestes profanas, simonia, negligência na administração dos sacramentos não-lucrativos, dispensas matrimoniais sem critérios, falta ao dever de pregar e dar o catecismo, residência fora da paróquia, negligência ao culto” (SEIBLITZ, 1992:374). Um dos meios usados para aplicar tais reformas foi através da Pastoral Coletiva de 1915, nela se incentivava a fundação de seminários, realização de missões para regenerar a fé e atrair mais candidatos ao sacerdócio, que se usasse a colaboração das ordens religiosas; fundação de escolas católicas, que se expurgasse das irmandades e confrarias os elementos perniciosos, também que se aumentasse o número de dioceses no território nacional, para isso a Santa Sé estava disposta a conceder provisoriamente as necessárias dispensas às prescrições canônicas. (SEIBLITZ, 1992:374).

Para SeiblitZ, essa reação ultramontana é uma expressão da desarmonia entre os fundamentos do catolicismo e a nova sociedade, principalmente no conceitos de liberdade religiosa, de consciência e de opinião, o problema da legitimidade do poder, e questões relativas ao liberalismo econômico. (SEIBLITZ,1992:306).

Ao se afastarem da relação direta de submissão ao Deus cristão, o homem buscou, por um princípio humanista, individualista e racionalista, explorar o máximo de suas potencialidades, sem o intermédio da divindade transcendente. Para a Igreja isso foi um real conflito, e se via obrigada a alertar a humanidade que caminhar sem o auxílio de Deus levava a “morte”.

Os papas do século XIX e do início do século XX, se esforçaram em suas encíclicas, discursos e cartas apostólicas para pregarem contra esse espírito modernista, mas mesmo com inúmeras intervenções destes, tais ideias entraram e se instalaram na própria Igreja, como afirma o papa S. Pio X:

E o que exige que sem demora falemos, é antes de tudo que os autores do erro já não devem ser procurados entre inimigos declarados; mas, o que é muito para sentir e reear, se ocultam no próprio seio da Igreja, tornando-se destarte tanto mais nocivos quanto menos percebidos. (S.Pio X, 1907)

Durante essas reformas, fortalecimento do clero ortodoxo e em meio clima de “cruzada tradicional”, é que se cria, no dia 04/12/1922, através da bula “Ad Supremae Apostolicae Sedis Solium” a diocese de Campos dos Goytacazes, a partir do desmembramento da Diocese de Niterói. Ela teve como primeiro administrador apostólico o Bispo Henrique Cesar Fernandes Mourão (1924-1925), que foi sucedido pelo D. Otaviano Pereira de Albuquerque (1935-1949) e o governo passou para Dom Antônio de Castro Mayer no dia 6 de março de 1948, e ali ficou até 1981, quando se aposentou.

O Leão de Campos

Antônio de Castro Mayer, nasceu no dia 20 de junho de 1904, na cidade de Campinas, no Estado de São Paulo. Era membro de uma família com 11 irmãos, e já aos 12 anos de idade ingressou no Seminário Menor de Bom Jesus de Pirapora, dirigido pelos padres Premonstratenses. Em 1922 ele ingressou no Seminário Maior de São Paulo e devido seus bons rendimentos acadêmicos, foi enviado a Roma para completar seus estudos na Universidade Gregoriana. Terminado seus estudos, foi ordenado sacerdote no dia 30 de outubro de 1927 e em pouco tempo depois recebeu o título de doutor em teologia pela Gregoriana²³ Quando voltou ao Brasil, foi nomeado professor de Teologia Dogmática, História da Filosofia e Filosofia no Seminário de São Paulo, lá ficou por 13 anos. Em 1940, o Arcebispo de São Paulo o nomeou assistente geral da Ação Católica, movimento que estava ainda em organização, cuja presidência estava nas mãos de Plínio Correa de Oliveira, neste período que se conheceram e começaram a trabalhar juntos, não só na Ação Católica, mas também no *O Legionário*, o principal jornal informativo da Arquidiocese de São Paulo. Nele, com uma equipe de vários jovens que haviam se destacado nos trabalhos anteriores, com Plínio, se reuniam sempre para analisar as notícias vinculadas na imprensa sob a luz da doutrina católica. De acordo com Lizanias de Souza Lima os objetivos do jornal era:

1. Luta para a obtenção de favores do Estado para a Igreja;
2. Articulação e formação de intelectuais católicos capazes de conquistarem espaços nos meios de produção e divulgação ideológica;
3. Ação política em favor dos interesses da Igreja, mas sem envolvimento partidário;
4. Vigilância

²³ (Revista Ontem Hoje Sempre nº 63 – abril/maio 2001).

constante sobre a produção cultural: livros, revistas, cinema, teatro, etc., sempre pronto a identificar nela a infiltração comunista; 5. Preocupação com a educação, com a preservação dos bons costumes, com a ameaça da permissividade à família, à religião, etc. (LIMA apud CALDEIRA, 2009:99)

Em suas publicações pode-se observar a marcante presença do anticomunismo. Essa é uma luta constante travada não só por Plínio, mas como pelos padres Mayer e Geraldo Sigaund. Para Plínio, este era o grande inimigo da Igreja, não só afirmado por ele, mas por vários papas do século XIX e XX. Rodrigo Caldeira apresenta a explicação de Rodrigo Patto Sá Motta sobre o anticomunismo. Segundo Motta, o principal fator para esse levante anticomunista são as experiências sangrentas da Revolução Espanhola. Pois “o assassinato de padres e freiras e a profanação de igrejas e objetos sagrados, ocorridos [na Espanha] no decorrer da luta entre republicanos e franquistas, provocaram uma reação violenta dos católicos contra o comunismo”. (MOTTA apud CALDEIRA, 2009:99). Outras forças que eram tidas como perniciosas pelo grupo de Plínio era o protestantismo, o espiritismo, a maçonaria, e também o carnaval, a moda indecente, o agnosticismo, o liberalismo e o totalitarismo. Ele vê também o socialismo como um mal:

O socialismo de hoje [...] como o nazismo ontem, como anteontem o liberalismo, ostenta mil faces, sorri com uma à Igreja, ameaça -a com outra, e discursa contra ela com outra ainda. Contra esse novo socialismo, como outrora contra o liberalismo, a atitude dos católicos no mundo inteiro, mas sobretudo na Europa, só pode ser uma: combate decidido, franco, inflexível, destemido (MATTEI, apud CALDEIRA, 2009:101)

Esses temas permeavam não só seu jornal, mas também em folhetos nas missas. A esses artigos e panfletos, estava intimamente ligada ao padre Mayer, e foi exatamente essa união com Plínio Correa que favoreceu a entrada e permanência na Diocese de Campos, de grupos como a Ação Católica e a TFP. Analisaremos melhor esses dois movimentos.

A Ação Católica foi um dos grupos de apostolado leigo que

sob o pontificado de Pio IX foram instituídas várias associações leigas para combater o processo de descristianização da sociedade; o Piusverein na Suíça, o *Katholischenverein* na Alemanha, a *Asociación de Laicos* na Espanha, a *Union Catholique* na Bélgica, a *Ligue Catholique pour la Défense de l'Église* na França, a *Catholic Union* na Inglaterra, a *Opera Dei Congressi* na Itália. (MATTEI, 1997:60)

Assim, Pio XII, querendo estimular a “Santa batalha”, nas suas encíclicas, com um complexo de iniciativas, confiava aos fiéis a tarefa de recristianizar a sociedade, implantando o Reino de Deus. Portanto, a Ação Católica foi um movimento na luta contra o modernismo, principalmente no setor político e social. (MATTEI,1997: 65)

No Brasil ela foi introduzida principalmente pelo bispo Dom Sebastião Leme da Silveira Cintra, desde sua chegada ao Rio de Janeiro em 1921. Sua principal atividade foi estimular o movimento entre os intelectuais com o Centro Dom Vital, deste modo unificou grupos diferenciados no mesmo objetivo. (CALDEIRA,2009:97). Logo a liderança da Ação Católica passou para os leigos, principalmente em São Paulo. Sob o comando de Plínio Correa e com o padre Mayer assessorando, os trabalhos logo ganharam destaque, “eles se colocavam numa posição ideológica oposta, de um integrismo conservador militante que, anos adiante, produzirá o movimento Tradição, Família e Propriedade” (SOUZA, 2004:2). Entretanto o movimento foi assumindo outras diretrizes, principalmente após a troca de arcebispos em São Paulo. Sobre isso, Plínio publicou em “*O Legionário*”:

as lufadas cheias de vitalidade de alguns grandes movimentos – de si mesmo excelentes – que caracterizavam o surto religioso da Europa no primeiro pós-guerra. Neles, entretanto, achava-se incubado o vírus de uma mentalidade discrepante da boa doutrina. [Esta mentalidade, como demonstra o livro citado], era dominada pela obsessão de conciliar a Igreja com o mundo neopagão [leia-se moderno], por meio de uma nova formulação do Dogma e da Moral, de uma reforma das leis eclesiásticas, da liturgia, do modo de ser, enfim, da Igreja. Era o progressismo²⁴ que apontava veladamente. (SOCIEDADE BRASILEIRA apud CALDEIRA,2009:101)

Esse progressismo foi caracterizado por Plínio Oliveira como sendo um movimento de renovação que havia nascido no final do século XIX, chegou até a metade do século XX e atingiu seu apogeu no Concílio Vaticano II. Segundo ele, o movimento católico estava repleto desse tipo de ideologia, onde assumem “o igualitarismo, isto é, a tendência a um nivelamento antinatural na Igreja e no Estado; o liberalismo, no caso, a obsessão por ajustar a Igreja às transformações continuamente

²⁴ É a busca de um diálogo entre a doutrina católica e a filosofia moderna, a "teologia das fontes" com uma leitura toda particular, muitas vezes por um viés marxista, e com reflexos na liturgia e nas regras disciplinares, tendo seu maior expoente a Teologia da Libertação. No contexto de Campos, identificamos que o conceito de progressismo muda. Este termo é usado pelos tradicionalistas para caracterizar os que aceitam e incentivam as reformas conciliares e as teorias modernas.

mais extremadas do mundo neopagão; horror ao esforço, ao sacrifício e à ascese” (CALDEIRA,2009: 105).

Com a saída de Dom José Gaspar de Affonseca e Silva, em 1943 e a entrada de Dom Carlos Camelo de Vasconcelos Motta, a situação da Ação Católica paulista e do *O Legionário* mudaram. O bispo não era afinado com as ideias defendidas pelo grupo de Plínio e após a publicação do texto “*Em defesa da Ação Católica*”, o conflito ficou mais claro. Em pouco tempo Plínio Correa perdeu o cargo de presidente da Junta Arquidiocesana da Ação Católica. Monsenhor Mayer, Vigário geral da Arquidiocese, passou a ser vigário econômico na paróquia de São José de Belém e o padre Geraldo Proença Sigaud foi removido para a Espanha (CALDEIRA, 2009:106), dissolvendo assim o grupo por aproximadamente três anos.

No ano de 1947, as sagrações episcopais dos dois clérigos fez o grupo ganhar ânimo novamente. O mons. Mayer foi nomeado bispo de Campos dos Goytacazes e o pe Sigaud foi sagrado bispo de Jacarezinho (PR) pelo papa Pio XII.

O brasão episcopal também mostra bem a que Dom Mayer estava se propondo. O livro *Quarenta Anos de Episcopado* traz a seguinte descrição do brasão:

de arminho, um leão rompante de ouro, carregado de um tau antigo de goles (vermelho), na espádua; double orla de goles. O escudo pousado em uma cruz trilobada de ouro, e encimado de um chapéu prelatício de sinople (verde), com seus cordões terminados, em cada flanco, de seis borlas de sinople e ouro. Divisa: em listel de goles, a legenda: “IPSA CONTERET”, de ouro²⁵ (MAYER, 1988:4)

O livro descreve o leão como sendo a imagem do Cristo Leão de Judá “Vicit Leo de tribu Judá”, (“Venceu o Leão da tribo de Judá”, Apocalipse 5, 5). Ele simboliza a fortaleza, do qual Jesus é o modelo maior. O tau é um sinal distintivo do povo de Deus, dos que não vivem e não se conformam com o paganismo e muito menos com os erros entre o povo eleito (Ez 9,4). A Double orla vermelha simboliza a luta pela Igreja até o martírio. O campo de arminho representa o manto protetor de Nossa Senhora segundo uma tradição da Bretanha, onde a Virgem teria aparecido e cobriu com seu manto os fiéis que estavam em guerra, e seus adversários foram derrotados. No brasão, o leão aparece no campo de arminho, ou seja, Jesus se encontra com Maria. “A fortaleza cristã e a proteção da Virgem Maria garantem o triunfo da Igreja”.

²⁵ A foto do Brasão está em anexo.

E se ainda há alguma dúvida disso, o lema do brasão é “IPSA CONTERET” (Ela esmagará). Esta citação foi retirada do gênesis, aonde a descendência de Eva (Maria, segundo a interpretação da Igreja) pisará a cabeça da serpente. Os autores ainda falam que

com efeito, os problemas contemporâneos contra os quais a Igreja luta, são tristes efeitos do pecado original, do qual o gênero humano foi remido por Jesus Cristo, Filho de Deus e de Maria.(MAYER, 1988:4)

Assim, já em terras campistas, uma das primeiras ações de Dom Mayer foi percorrer toda a diocese para conhecer “in loco” a situação espiritual e material de seus diocesanos. Deste modo ele pôde realizar uma verdadeira reorganização da vida das paróquias, tanto no interior como nas cidades. O mesmo se estendeu às ordens religiosas, principalmente “Ordens Terceiras Franciscana e Carmelita, dando assim novo esplendor às Igrejas situadas em suas propriedades”. (Ontem, Hoje e Sempre, 2001:3²⁶). Segundo essa fonte biográfica, ele ainda conseguiu atrair várias famílias religiosas para diocese de Campos, como os “Benedictinos, Salesianos, Redentoristas, Carmelitas Descalços, Franciscanos, Cruzios, etc. E Congregações femininas foram chamadas para ajudar nas escolas, nos hospitais, nos asilos, etc.” (Ibidem)

Em 1956 foi aberto o Seminário Menor da Diocese na cidade de Varre-Sai, e conseguiu a permissão para o funcionamento do Seminário Maior, em 1967, depois este foi transferido para Campos. Para além das suas atividades pastorais, ele se tornou professor, primeiro na Faculdade de Filosofia e, depois na Faculdade de Direito de Campos.

Outra ação importante foi a criação do mensário *O Catolicismo*, que, em linhas gerais, era muito similar ao *O Legionário* e Plínio Correa passou a usar deste meio para comunicar, juntamente com os demais católicos conservadores, as suas ideias.

O grupo havia percebido que, na igreja brasileira, o que antes era uma tendência ao progressismo, agora havia se tornado algo declarado e incentivado por parte do episcopado brasileiro, principalmente após a fundação, em 1952, da Conferência

²⁶ Esta bibliografia, uma das poucas que conseguimos encontrar, tem uma visão extremamente positiva do trabalho pastoral de Dom Mayer, visto que foi escrita por parte do grupo tradicionalista de Campos, hoje conhecida como Administração Apostólica São João Maria Vianney. Mas não somente esses, os grupos como Monfort e a própria Fraternidade São Pio X, abrem seus textos proclamando tanto Dom Mayer como Dom Lefebvre como heróis da fé, chegando ao ponto de pedir suas canonizações. Logo, usaremos tais dados com todo o cuidado, tentando ultrapassar todo ufanismo por trás de tais fontes, comparando com os dados das teses de doutorado de Rodrigo Caldeira e Zélia Seiblitiz.

Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB, onde já em 1957, na Semana Nacional da Ação Católica lia-se a recomendação abaixo:

evitar e fazer evitar as aparências de compromisso da Igreja com as estruturas capitalistas; evitar, diante do comunismo, uma atitude negativa, de simples anticomunismo, sem combater, também, o materialismo capitalista que trouxe a revolta e, portanto, o comunismo [...] (PIERUCCI, apud CALDEIRA, 2009:105).

O embate contra a tendência comunista adquirida pela Igreja se tornava cada vez mais forte e levava, unido à militância de Dom Mayer, ao fortalecimento tradicional na Diocese de Campos, como um dos “redutos da tradição” do país. No ano de 1959, na edição 100 do jornal *Catolicismo*, Plínio publicou o ensaio intitulado *Revolução e contra-revolução*, texto que influenciou os passos não só do líder, mas como de seus seguidores.

Gizele Zanotto afirma que nesta obra o autor sistematiza o pensamento integrista católico “sobre a decadência da cristandade medieval e aponta os grandes eventos que precipitaram o fim da hegemonia deste ideal de civilização” (ZANOTTO,2007:33). Ele identifica, em sua visão, que a destruição da cristandade é representada pela Revolução, “um movimento que visa destruir o poder ou uma ordem legítima e pôr em seu lugar um estado de coisas (intencionalmente não queremos dizer uma ordem de coisas) ou um poder ilegítimo”(OLIVEIRA apud, ZANOTTO, 2007:26). Assim, a primeira revolução que desencadeou a modernidade, no pensamento de Plínio Oliveira, foi a Reforma Protestante, pois ela teria plantado o espírito da dúvida, o liberalismo religioso e o igualitarismo eclesiástico. Logo depois aconteceu a Revolução Francesa, evento que significou o triunfo do ateísmo/laicismo, do igualitarismo religioso e claro, a concepção de que todas as desigualdades são injustas (ZANOTTO,2007:27). A última e pior de todas é a Revolução Russa, onde foi implantado o comunismo e o apogeu das ideologias igualitárias e ateias no campo social e econômico. A ultima Revolução foi a cultural, tendo como marco o acontecimento de maio de 1968, na França, esta Revolução visa extinguir os velhos modelos de reflexão e sensibilidade e estimular a liberação moral.

O integrismo em Plínio Correa também chama a atenção para sua concepção do mundo e o desfecho para a história. Para ele o mundo é um “palco”, onde o bem luta contra o mal incessantemente, tendo a certeza de que a vitória é certa, independentemente do que aconteça. Eles se apoiavam na frase deixada em Fátima pela

aparição de Nossa Senhora: “Por fim, o meu Imaculado Coração triunfará”. Encontramos esse mesmo espírito no brasão de Dom Antônio de Castro Mayer, cujo lema é “*Ipsa Conteret*” - *Ela esmagará*²⁷.

E foi para a defesa do catolicismo e um dos frutos desses debates e da militância ultramontana por parte de Dom Antônio de Castro Mayer, que Plínio Correa fundou a Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade – TFP, fazendo o grupo de Catolicismo ganhar feição jurídica com a fundação da Sociedade (ALTOÉ, 2006:45). Caldeira deixa claro que o grupo era reativo, ou seja, ele era fruto de uma reação à modernidade que estava entrando na Igreja de uma forma nunca vista antes.

Acreditavam que deveriam reagir frente à ofensiva que a Igreja sofria dessas forças. Reação era a palavra que marcava a Igreja brasileira, praticamente, em toda a primeira metade do século XX e que assinalou profundamente a Igreja universal do século XIX com sua perspectiva ultramontana. O grupo de Plínio foi o que abraçou radicalmente essa missão de reagir a todas as consequências dessa perspectiva que viriam anos mais tarde. E o novo campo de lutas que deveriam impingir todas as suas forças estava para se suceder: o Concílio Vaticano II. (CALDEIRA,2009:106)

O nome do movimento e conseqüentemente a sua missão (defesa da tradição, família e da propriedade) é fruto do pensamento do próprio Plínio Correa, proveniente da sua visão de mundo. Roberto Mattei afirma que:

a tradição é a soma do passado com o presente que lhe seja afim. O dia de hoje não deve ser a negação do de ontem, mas a harmônica continuação dele . Tradição, do latim *tradere*, não significa, pois, mero apego ao passado, mas a transmissão, de uma geração para outra, de um património de valores . ‘A tradição que nós representamos é a tradição católica, é uma tradição cheia de vida. O ambiente natural para a transmissão e o desenvolvimento dos valores é a família que, ensina a Igreja, é ‘a célula fundamental, o elemento constitutivo da comunidade do Estado’. Mas a família, para sobreviver e desenvolver-se, tem necessidade, por sua vez, de um substrato material que lhe assegure a vida e a liberdade. Por isso Pio XI, na Encíclica *Quadragesimo Anno*, afirma que “é necessário que permaneça sempre intacto e inviolado o direito natural de propriedade privada e de transmissão hereditária dos

²⁷ Este é um trecho retirado do livro do gênesis, onde Deus afirma que a descendência da mulher, Eva, pisaria a cabeça da serpente e a tradição católica afirma que quem pisou foi Maria, a mãe de Jesus.

próprios bens, direito que o Estado não pode suprimir" (OLIVEIRA apud MATTEI,2007:112)

De 1960 a 1980 a atuação da TFP não foi apenas no lado espiritual, mas eles se destacaram nas lutas sociais e políticas. Um dos primeiros trabalhos foi o lançamento do livro *Reforma Agrária – Questão de Consciência* em 1960. Os autores são Dom Mayer, Dom Sigaud e o economista Luiz Mendonça de Freitas. A discussão foi levantada, pois na Assembleia legislativa de São Paulo circulava um projeto que abordava o tema, e que foi aprovada dois dias depois do lançamento do livro.

Em 1964, o Brasil se deparou com as marchas da Família, com Deus pela Liberdade. A TFP não teve ação direta nas manifestações, porém, apoiou enormemente tal movimento. No dia 19 de março 500 mil pessoas tomaram as ruas da capital paulista, gritando sua aversão ao comunismo. No dia 2 de abril foi a vez do Rio de Janeiro, onde se reuniram mais de um milhão de pessoas, a maior manifestação política da nossa história. No mesmo ano, aconteceu o golpe civil-militar que instaurou a ditadura. A TFP recebeu bem o golpe, pois a ditadura representava uma mudança no contexto ideológico e político do país, pois buscavam a princípio, frear as reformas estruturais no sistema econômico, assim como afastou o perigo comunista. (ALTOÉ, 2006:46)

Em 1966 a TFP desenvolveu uma campanha contra o divórcio. De acordo com os adeptos da TFP, Jesus instituiu o casamento como indissolúvel e a civilização cristã nasceu e cresceu sobre a base da família e sem ela se destruiria. A Câmara Federal tentou implantar o divórcio, mas a TFP saiu às ruas no dia 2 de junho de 66 e conseguiu coletar mais de um milhão de assinaturas, entre autoridades civis, eclesiásticas e a população, contra o novo Código Civil. Pouco depois eles conseguiram que as emendas que propunham o divórcio fossem rejeitadas.

Outra campanha que ganhou destaque foi contra a própria igreja. Em 1968, a pedido de Dom Helder Câmara, foi produzido um documento para servir de discussão aos preparativos da Assembleia do Conselho Episcopal Latino-Americano (CELAM), que continha várias críticas à Igreja e às elites latino-americanas, que foram responsabilizadas pela pobreza da região. Assim a TFP lançou uma campanha que denunciava a infiltração comunista nos meios católicos. Uma evidência disso, assinalada por Plínio Correa, foi a aprovação da lei do divórcio em 1977. Mesmo com toda a luta tefepista, a carta pastoral de Dom Mayer “Pelo Casamento Indissolúvel” e

todo o movimento político contrário, o líder da TFP não viu mesmo empenho da CNBB, assim passou a acusa-la de ter sido negligente com a problemática.

Nos anos 80 a TFP se debruçou novamente sobre as questões agrárias. Três momentos chamaram a atenção do movimento para a questão:

aprovação pela Assembleia Geral da CNBB, em fevereiro de 1980, do documento ‘Igreja e problemas da terra’; as questões em torno da proposta para a elaboração do 1º Plano Nacional de Reforma Agrária da Nova República, divulgada em maio de 1985, e finalmente, as discussões sobre a questão agrária nos trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte. (ALOÉ, 2006: 48)

A partir de 1983, o jornal *O Catolicismo* passou a ser o órgão oficial da TFP, devido ao desentendimento e rompimento das relações entre a entidade e Dom Antônio de Castro Mayer. O conflito se deu, principalmente a partir do estreitamento do contato entre Dom Mayer e Dom Marcel Lefebvre, chegando à total separação em 1982.

O conflito nas terras campistas só podem ser entendidos se os fatos acima forem levados em consideração. Entender como a Diocese de Campos se tornou tão tradicional está intimamente ligada a atuação política e social de Dom Antônio e da TFP, que tinha um núcleo forte no norte fluminense.

Voltando para a atuação de Dom Mayer como pastor de Campos, vemos que suas cartas pastorais também ganharam grande destaque, não só nacional, como internacional, sendo traduzidas para vários idiomas. Segundo a biografia, elas eram “destinadas a ser um sólido sustentáculo para os católicos nestes tempos de crise e a premunir seus fiéis contra os erros do progressismo”. Entre as principais encontramos:

1. Carta Pastoral sobre a definição do dogma da Assunção da Bem Aventurada Virgem Maria – 11 de outubro de 1950.
2. Carta Pastoral sobre problemas do apostolado moderno – Contendo um Catecismo de verdades oportunas que se opõem a erros contemporâneos – 6 de janeiro de 1953.
3. Carta Pastoral prevenindo os diocesanos contra os ardis da seita comunista – 13 de maio de 1961.
4. Carta Pastoral: Castidade, humildade, penitência, características do cristão, alicerces da ordem social – 15 de agosto de 1963.

5. Carta Pastoral: Os Documentos conciliares sobre a Sagrada Liturgia e instrumentos de comunicação social – Notas pastorais – 8 de dezembro de 1963.
6. Instrução Pastoral sobre a Igreja – 2 de março de 1965.
7. Carta Pastoral: Considerações a propósito da aplicação dos Documentos promulgados pelo Concílio Vaticano II – 19 de março de 1966.
8. Carta Pastoral por ocasião do 250º aniversário do encontro da milagrosa Imagem de Nossa Senhora da Conceição Aparecida e do 50º aniversário das aparições de Nossa Senhora do Rosário em Fátima: Sobre a preservação da Fé e dos bons costumes – 2 de fevereiro de 1967.
9. Carta Pastoral sobre o Santo Sacrifício da Missa – 12 de setembro de 1969.
10. Carta Pastoral: “*Aggiornamento*” e Tradição – 11 de abril de 1971.
11. Carta Pastoral sobre os Cursilhos de Cristandade – 15 de agosto de 1972.
12. Carta Pastoral Pelo Casamento Indissolúvel – 23 de março de 1975.
13. Carta Pastoral sobre a Realeza de Nosso Senhor Jesus Cristo – 8 de dezembro de 1976.
14. Carta Pastoral sobre a Mediação Universal de Maria Santíssima – 16 de julho de 1978 (MAYER, 1988)

Outra característica marcante do apostolado de Dom Mayer foi a sua forte devoção à Maria. Pouco tempo depois que ele chegou na diocese, ordenou a todos os sacerdotes que rezassem, após as preces do final da missa, três Ave Marias pela preservação da fé e extinção das heresias na Diocese de Campos, pois como foi apresentado acima, seria a Virgem Maria que esmagaria os inimigos da Igreja. Isso é uma referência às aparições de Nossa Senhora em Fátima, onde, segundo a tradição, Maria prometeu que o coração imaculado dela triunfaria.

A partir de então, o bispo incentivou a devoção mariana no território da diocese. Houve uma promoção das pastorais de Nossa Senhora e a insistência na campanha do terço contínuo a ênfase na pregação da oração e da penitência, da Consagração ao Imaculado Coração de Maria e da devoção aos Primeiros Sábados atestam a importância que ele sempre atribuiu ao papel de Maria Santíssima, e a importância de Maria para a salvação dos homens.

Não encontramos fontes que nos mostrassem a atuação de Dom Mayer com relação às inovações conciliares, porém através de entrevistas e alguns artigos recolhidos na internet, conseguimos traçar, de forma superficial, as atitudes de Dom

Mayer quanto a “implantação” das inovações conciliares na Diocese de Campos, entretanto falaremos sobre esse assunto no próximo ponto.

Capítulo III - A crise de Campos

Dom Mayer esteve no pastoreio da Diocese até o dia 15 de novembro de 1981, quando, por motivo de idade se aposentou, como era totalmente legal e prevista nas legislações do Direito Canônico da Igreja, e foi substituído por Dom Carlos Alberto Etchandy Gimeno Navarro. O autor David Allen White tem uma versão diferente dessa substituição. Para ele,

esta missão foi projetada como parte de um estratagema Roma-Rio para libertar o Brasil (e o mundo naquele momento) de uma vez por todas da última diocese onde a Fé Católica tradicional sobrevivia com toda sua ‘velha Igreja’, formas e ideias pré-conciliares. [...] Aos olhos da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil e, agora, também aos olhos de Roma, essa situação havia se tornado insustentável e não podia mais ser tolerada. As células cancerígenas atacam as células saudáveis, e não vice-versa. A principal fonte de saúde no organismo de Campos sempre fora Dom Antônio de Castro Mayer. Agora ele estava sendo removido. A suposição do acordo Rio-Roma era que, sem o seu bispo à frente, os fiéis da diocese rapidamente sucumbiriam aos modos da nova Igreja. (White, 1993:121)

A autora Zélia Seiblitiz, começa sua análise a partir dessa substituição e afirma que este foi o fato que desencadeou o conflito em Campos, mas, tomo a liberdade de reformular tal afirmação e dizer que nesse momento se agravou ou se tornou público uma tensão que estava presente desde o Concílio Vaticano II. Com a entrada da “Igreja modernizada”, os grupos conflitantes tomaram suas posições, principalmente acerca da missa. Os tradicionais se organizaram na resistência e os progressistas seguiram as deliberações do novo bispo.

O dia da posse foi um momento de encontro e de expectativas para os dois grupos que aos poucos assumiam contornos mais claros: euforia para quem esperava a mudança; preocupação e atenção às atitudes do novo bispo por parte de quem queria conservar a diocese como nos tempos de Dom Mayer. Seiblitiz nos narra os acontecimentos desse dia. Em um palanque, na praça central da Diocese, em frente a

basílica de São Salvador estavam os dois bispos circundados por autoridades, sacerdotes, religiosos e os fiéis; “ali, reunidos para o ato que condensava a obra de 22 concílios, infinitos martírios e a fé na salvação eterna” (SEIBLITZ, 1992: 28).

No discurso de Dom Navarro se notou a sua ênfase ao serviço pastoral em colegialidade com os sacerdotes, mais os religiosos, mais os leigos. Uma oposição concreta a doutrina hierárquica pregada por Dom Mayer. Ele também enfatizou o trabalho com os mais pobres e o combate às injustiças sociais, lembrando o discurso do papa João Paulo II em Puebla. Esse discurso foi a abertura da Diocese ao pensamento dos novos papas.

Nos primeiros meses do pastoreio do novo bispo, as tensões entre tradicionais e progressistas estavam se acirrando. Segundo Seiblitiz, o bispo, a princípio tinha uma postura conciliadora, porém aos poucos os pontos de discórdia começaram a aparecer. O primeiro ponto foi a respeito do traje usado pelas mulheres nas missas. Nas portas das igrejas foram colocados cartazes e dizeres onde se podia ler:

“ATENÇÃO

Por respeito à casa de Deus e acatamento às normas da Santa Igreja, pedimos que as senhores e moças não entrem com vestes masculinas (**lê-se calça**), vestidos transparentes, sem mangas ou decotadas.

DEUS ABENÇOEA QUEM RESPEITA O LUGAR SANTO” (SEIBLITZ, 1992:96) (grifo nosso)

Este letreiro ainda pode ser lido atualmente na Igreja do Carmo, um dos redutos dos tradicionalistas. Esta questão já era abordada nos tempos de Dom Mayer, pois nem todos, inclusive clérigos, seguiam ao “pé da letra” o que o deuterônômio diz: “A mulher não se vestirá de homem, nem o homem se vestirá de mulher: aquele que o fizer será abominável diante do Senhor, seu Deus²⁸”. Este tema foi levado tão a sério que foi motivo para atos violentos.

No dia 22 de novembro, o domingo após a posse, Dom Navarro estava celebrando, em latim, na Basílica e um grande tumulto começou na porta da igreja. Um grupo de homens tentava impedir a entrada das mulheres que, segundo sua concepção, não estavam vestidas adequadamente. O bispo não percebeu o que acontecia, mas foi

²⁸ Cf.: Dt 22,5

advertido a não ir cumprimentar os fiéis na saída da igreja pelo padre salesiano Ademir Regazzi, que havia ido a porta da Basílica tentar conter os manifestantes.

O caso repercutiu pela cidade, mas aparentemente ninguém assumiu a responsabilidade do ato. Entretanto, os jornais da cidade lançaram comentários de que a TFP estava por trás do acontecido. Assim, começou-se a supor também que Dom Mayer teria algo haver com o fato, visto que o grupo da TFP era protegido por ele, e seguidamente se reuniam no palácio episcopal para participarem da missa no rito tridentino.

O mesmo padre Regazzi lançou acusações, na homilia da missa das 18:00, à TFP caracterizando os atos como atitude radical e incoerente. Ele ainda lembrou das perseguições que sofria durante o governo de Dom Mayer, por parte do movimento de Plínio Correa. Ele também afirmou que o movimento foi uma expressão da insegurança sentida pelos “fanáticos que não querem perder o espaço no qual se satisfaziam de suas necessidades, por falta de se satisfazerem em outros espaços sociais.” (SEIBLITZ, 1992:98). Ele ainda declarou que foi admoestado da seguinte forma: “*O sr. não tem autoridade alguma aqui na Igreja. Não reconhecemos padres que não usam batina*”. (Folha da Manhã, 24/11/1981, apud SEIBLITZ:1992:98). Dom Navarro se manifestou afirmando sua autoridade, dizendo que a Igreja não é uma democracia e o conselho Diocesano é apenas consultivo. Logo, quem deveria deliberar sobre os trajes eram as autoridades eclesiásticas, não o leigo.

Um segundo ponto foram os padres que se recusavam a celebrar a “Missa Nova” ou o *Novus Ordo Missae*. O primeiro caso foi do padre Geraldo Gualandi, de Vinhosa no município de Itaperuna. Ele se recusou a concelebrar com Dom Navarro e, segundo o próprio bispo, estaria insuflando os fiéis contra a Igreja, pois muitos jovens, crianças subiram nos bancos e começaram a gritar: “Não queremos a Missa Nova!”. Outras pessoas ainda afirmaram que verdadeiramente o pároco foi o mentor da manifestação que envolveu cerca de 600 pessoas. Não se passaram muitos dias e o pároco foi transferido para o município de Campos, para a igreja Nossa Sra. do Rosário, onde era pároco o Pe. Fernando Rifan. O padre ainda foi chamado a se explicar com relação ao episódio em Vinhosa. Este não assumiu a responsabilidade do ocorrido, mas disse que a “Missa Nova, eliminando expressões sobre dogmas eucarísticos, leva o fiel à perda da fé (...) neste sentido ela (a missa instituída pelo Concílio Vaticano II) é heretizante” (Folha da Manhã, 10/12/1981, apud SEIBLITZ:1992:100).

Esse evento abriu caminho para um grupo que vinha se constituindo desde os últimos anos de Dom Mayer no governo da Diocese. 23 padres assinaram um documento endereçado ao novo bispo que tentava explicar os motivos para a impossibilidade de se aceitar o *Novus Ordo Missae*, explicando que essa postura não feria a “*obedientia maior*”, pois eles viam-se obrigados, pelo direito e pelo dogma, a contestar qualquer pronunciamento, mesmo vindo do Sumo Pontífice que não tivesse notas de infabilidade ou discrepasse dos ensinamentos do Magistério. E por fim, comunicando que tal atitude era questão de consciência que fora conversado com o novo bispo desde sua chegada, logo, não poderia ser encarado como desrespeito, nem desobediência. (Carta dos Padres de Campos, 11/12/1981, apud SEIBLITZ, 1992: 149)

Outras manifestações romperam no território da diocese no mesmo período pela impossibilidade de se acatar a Missa Nova e a profanação que estava acontecendo em decorrência os trajes aprovados pelo bispo, alguns deles acabando com violência e alguns feridos. Este, Dom Navarro, em vista do grande problema que estava em suas mãos, recorreu ao Núncio Apostólico e ao seu amigo Dom Eugênio Sales, para discutir o assunto. Já em janeiro, o bispo recebeu o apoio da CNBB quanto aos agravos que vinha recebendo, sendo este, até ameaçado de morte.

O terceiro ponto desse conflito foi o problema da venda dos bens da cúria. O conflito se iniciou com um caso de quebra de contrato de venda de três terrenos no município de São Fideles. Segundo os compradores, ao irem tomar posse dos terrenos adquiridos, neles estavam sendo construída uma capela. Ao procurar o vendedor, o Mons. Ovídio Simon, este fez uma proposta de dar-lhes três outras propriedades no lugar dos já comprados. Porém os terrenos oferecidos não eram do mesmo valor que os adquiridos anteriormente. Os queixosos contrataram um advogado para resolver o problema na justiça, e para isso procurou a Mitra. Ao serem procurados, os documentos para esclarecer a negociação não foram encontrados. Ou seja, a conta não foi prestada à Mitra.

À luz desse fato, Dom Navarro mandou fazer um levantamento de todos os bens da Diocese através do envio de mandatários e procuradores diocesanos, dotados de autoridade para melhor fazerem o levantamento dos dados. Neste levantamento minucioso, foram descobertos casos de irregularidades quinze casos de irregularidades em diversos locais da Diocese.

O quarto ponto de tensão foi a mudança nos quadros do ensino religioso da Diocese. Segundo Seiblitiz, tais medidas foram para impedir a reprodução oficial nos moldes tradicionais. A primeira, foi a convocação de 72 dos 84 professores da área de ensino religioso, a assinarem um termo de compromisso onde se submetiam inteiramente às orientações do Departamento Diocesano de Ensino Religioso. Outra medida foi a transferência dos sete seminaristas da diocese de Campos para o Seminário São José na Arquidiocese do Rio, assim como a reestruturação do Seminário Menor. Tais medidas foram tomadas para impedir que os seminaristas recebessem formação tradicionalista na Diocese, assim, a transferência para o São José, iria garantir uma formação progressista. Isso foi evidenciado no dia 5 de março, quando Dom Navarro disse à imprensa que suspendera as atividades do Seminário porque seus professores não podiam continuar formando padres contrários às inovações sugeridas pelo Vaticano II, disse ele “Não posso continuar permitindo que se formem padres com uma doutrina contrária ao Papa.” (Folha da Manhã, 5/3/1982:3, apud SEIBLITZ, 1992:115)

Tais atos episcopais geram uma onda de protestos em toda a Diocese por parte dos tradicionalistas. Em Bom Jesus do Itabapoana, os tradicionalistas propuseram uma panfletagem contra o bispo e contra os primeiros casos de afastamento dos párocos. Esse acontecimento gerou um documento intitulado “Protesto Verdadeira Catástrofe na Diocese de Campos”. Nele são enumeradas as modificações introduzidas pelo bispo e a uma indagação do porque de tudo isso.

Porque tudo isso? Unicamente porque estes fervorosos sacerdotes não aderiram ao progressismo? Então estão fora da Igreja os que querem conservar a Fé e a Moral pregados pelos Apóstolos, testemunhadas pelos Mártires e vividas pelos Santos? São cismáticos os que querem seguir fielmente o que a Santa Igreja mandou e ensinou, em toda a parte por tantos séculos? (SEIBLITZ, 1992:116)

A concretude da separação dos dois grupos, e da própria diocese, se dá nas comemorações da Semana Santa que reúne as maiores festas do Catolicismo. Era para ser a grande festa da unidade, com a reunião do clero para a celebração da quinta-feira santa, onde os padres renovavam os seus votos de obediência, castidade e pobreza; porém ambos os grupos fizeram as comemorações de modo separado: ambas as missas, procissões, encenações, e cada um com seu público.

As contendas se intensificam e passaram para a produção de documentos aonde eram esclarecidos pontos de debate dos dois grupos. Os padres de Campos lançaram o

documento “*Profissão de Fé Católica – Face aos erros atuais*”, posteriormente lançaram “*Os 17 pontos assinados*” e por fim “*Solução para o Problema Religioso de Campos: Diálogos e Lógica ou Código Penal*”. Nesses documentos o grupo tradicionalista deixa claro ponto a ponto sua posição quanto às inovações conciliares e quanto às atitudes do novo bispo. Em contra partida, Dom Navarro lançou várias cartas, artigos e documentos, onde também deixavam claro sua posição e explicava as medidas que foram adotadas.

As ações de Dom Navarro chegaram a um cume, os afastamentos graduais dos padres tradicionalistas. Ele chegou a mencionar, em um comunicado, que ainda que os tradicionais preferissem ser tratados como um grupo, ele cuidaria de cada caso individualmente. Todos os 30 padres tradicionalistas foram, ao longo de 4 anos sendo substituídos e deixados sem função específica na Diocese. Deste modo, eles pediram a Dom Antônio Mayer que criasse um grupo para reuni-los e auxiliar a formação dos fiéis. Assim, os padres de Campos se viram a necessidade de atender aos fiéis que os procuravam, e continuaram, em novas igrejas e capelas, a ministrar-lhes os sacramentos. Deste modo surgiu a União Sacerdotal São João Maria Vianney, sem reconhecimento pontifício, nem diocesano.

A separação com a Sé Apostólica se deu devido a crise internacional liderada por Dom Marcel Lefebvre. Este, após muitas negociações com o Vaticano, em 1988 resolveu sagrar quatro bispos sem mandato pontifício, incorrendo assim em excomunhão automática, com ele foram excomungados os quatro novos bispos e mais Dom Antônio de Castro Mayer, que concelebrou a sagração. Assim, o novo grupo de Campos também se separou de Roma, ao apoiar as ações de Dom Lefebvre e Dom Mayer, surgindo de tal modo duas “dioceses” em um mesmo território eclesiástico, um fato impar na história do nosso país.

A Crise na Igreja: Dom Lefebvre

Findado o concílio Vaticano II, como vimos no capítulo anterior, percebeu-se que um grupo se manteve reticente às inovações conciliares, ou melhor dizendo, buscaram eliminar todas as interpretações modernistas dos documentos conciliares e

deram uma interpretação aos mesmos, à luz da Tradição da Igreja. Como afirma Dom Antônio em sua Carta pastoral acerca dos documentos conciliares sobre a Sagrada Liturgia de 8 de dezembro de 1963:

Por ela, notificou o Sumo Pontífice, a todos os Padres Conciliares e a Igreja inteira, que os documentos a serem por ele promulgados nesta segunda fase do concílio seriam somente disciplinares, isto é, não conteriam nenhuma definição ou inovação doutrinária. O que quer dizer que os dois documentos, o relativo à Sagrada Liturgia e o referente aos meios de comunicação social, devem ser entendidos à luz da doutrina tradicional da Igreja, exposta frequentemente em documentos do Magistério ordinário. (MAYER,1963:3)

Percebemos que os padres conciliares da *Coetus Internationalis Patrum*, mesmo não concordando totalmente com as definições, assinaram todos os documentos conciliares, ou seja, concordaram com sua publicação, mas, como nos fala Seibnitz: “Se inicialmente, e em público, aderiram ao concílio, em carácter privado o atacavam.” (Seibnitz, 1992:265).

Percebemos através das cartas pastorais enviadas por Dom Mayer ao povo campista e seu clero, que ele estava realmente de pleno acordo com o que a Igreja havia definido no concílio. Assim como sabe-se que alguns padres na diocese celebravam livremente a Nova Missa, sem nenhuma reprimenda do bispo. Esta aparente concordância nos mostra uma aparente obediência ao Papa e ao que o concílio representa, mesmo que pessoalmente ele discordasse de alguns pontos supracitados. Do mesmo modo pensava o bispo Marcel Lefebvre, que ficou mundialmente conhecido, não somente como um dos principais representantes da ala ultraconservadora do concílio, mas principalmente após seu ato de auto excomunhão, quando sagrou, tendo ao lado Dom Mayer, quatro sacerdotes como bispo sem a devida autorização da Santa Sé. Vamos discorrer sobre alguns acontecimentos históricos liderados por Dom Lefebvre para assim entendermos como que o cisma moderno se deu.

Mas como compreender as atitudes de Dom Lefebvre após o concílio Vaticano II? Zélia Seibnitz nos faz uma análise do pensamento por trás dessa “guerra” contra o *aggiornamento* e conseqüentemente, contra a Igreja. Ele afirma em sua carta “*Porque vou a Roma*”, aos seus seminaristas, que não busca o cisma, o cisma é sinal de covardia, mas ele quer lutar até o fim pela saúde do enfermo:

Aqueles que acreditam que já não se deve ter mais nenhum contato nem com Roma, nem com os bispos, nem com tudo o que se faz na Igreja, têm uma

tendência cismática. Pois bem, eu não quero ir em direção ao cisma. [...] Não se deve, pelo fato de existir enfermos ao nosso redor, na Igreja, pela autoridade estar enferma, dizer que esta autoridade já não exista. Apesar de estar enferma, precisamente por isso, temos que tentar mostrar o remédio, e tentar fazer algum bem. Esta foi a atitude daqueles que, na Igreja, ao longo da história, resistiram a Roma, ao Papa, aos bispos, às heresias que se sucederam na Igreja, que se difundiram na Igreja, através da Igreja. (LEFEBVRE, 1976:1)

Ou seja, neste pequeno trecho podemos identificar um impulso legítimo do bispo de tentar “salvar” o que ele acredita estar doente, a Igreja. Isso se dá porque segundo Lefebvre, o Concílio foi o triunfo do pensamento liberal que começou a ser gestado “na Reforma Luterana, desenvolve-se na filosofia das luzes, explode na tormenta da revolução francesa, encontra apoio no cristianismo liberal do século XIX e triunfa no Concílio Vaticano II.” (Seibnitz, 1992, pg.267). Para o bispo, o Vaticano II foi a abertura da Igreja aos males da atualidade: o ecumenismo, a liberdade religiosa, as renovações catequéticas e litúrgicas. Suas críticas ao *aggiornamento* se dão devido ao fato de que seu conceito de Tradição diverge do da maioria dos padres conciliares, pois para ele a tradição não está aberta a mudança. Logo, as mudanças conciliares eram inaceitáveis, ainda mais quando ele se deparou com os primeiros resultados dessa “revolução”.

Na visão crítica da autora, Dom Lefebvre foi incapaz de perceber que a tradição da Igreja não é engessada e imóvel como ele concebe, pelo contrário, isso seria um empobrecimento do conceito ao aprisioná-lo apenas a fatos em que ela se expressou. Para ela o bispo usou de um reducionismo teológico para defender a sua posição como ao afirmar que a tradição é dotada de objetividade e claro, a impossibilidade da fé evoluir, logo, a autora supõe que ele confunde a fé com seus sinais de expressão. Para ela, a fé está no coração do mundo, e se anima quando se confronta com o outro. Na riqueza dos encontros com a alteridade a fé se torna mais fecundo local de trocas e de assimilações de ambos os lados.

Ela toma como exemplo para o fato de o choque com a alteridade gera mudanças na própria Igreja é a missa de São Pio V, dita como “missa de sempre” pelos tradicionalistas. Seibnitz usa o argumento de que a missa de sempre teve data de nascimento, o concílio de Trento com o objetivo de enfrentar as questões colocadas pela

Reforma Protestante. Esta, supostamente facilitaria a compreensão do povo. A autora ainda traça um paralelo entre este fato e o uso do vernáculo na Missa de Paulo VI.

Vamos, através dos acontecimentos, entender como se desenrolou o cisma. Dom Marcel Lefebvre nasceu no dia 29 de novembro de 1905, em Tourcoing – França, teve sua família destruída pelas guerras, primeiramente sua mãe foi presa na primeira guerra mundial e seu pai foi assassinado pelos nazistas na segunda grande guerra. Ele entrou para o Seminário Francês em Roma, tendo a orientação do cardeal Billot, SJ, elevado a cardeal pelo papa São Pio X, forte opositor do modernismo. O padre Marcel foi ordenado em 1929 na Congregação do Espírito Santo²⁹, e já em 1932 foi em missão ao Gabão, e depois de dois anos na França, foi para Dacar em 1947 quando foi sagrado bispo, e onde permaneceu até 1962. Neste período foi vigário apostólico, depois Delegado Apostólico³⁰ para toda a África francesa e por fim arcebispo de Aurelinópolis e de Dacar. Ele era contra a “africanização da Igreja³¹”, ou seja, que os missionários e autoridades eclesiásticas europeias fossem substituídas pelas locais. Assim, o presidente do Senegal, após a independência da colônia pediu ao papa João XXIII que o retirasse do arcebispado, o que foi atendido. Assim ele voltou para a França e tomou posse em 1962 do governo da Diocese de Tulle, porém, seis meses depois deixou a diocese pois foi eleito superior da sua congregação.

A autora chama atenção para o pesar que o bispo ficou ao encontrar em Roma, já no concílio, o seu seminário Francês tomado pelo modernismo e pelo liberalismo. O mesmo falou da Universidade Gregoriana. Seiblitiz supõe que essa realidade no coração do catolicismo o levou a fundar o mais rápido possível o *Coetus Internacjonalis Patrum* para lutar contra tais problemas e terminado o concílio ele não teve dúvidas do que

²⁹ A Congregação dos Missionários do Espírito Santo, também conhecidos como Espiritanos, foi fundado a 27 de Maio de 1703, em França, por Claude-François Poullart des Places. O carisma da instituição é pregar o Evangelho e construir o Reino de Deus e a Igreja entre os povos em diversos lugares que ainda não conhecem Cristo ou mal o conhecem. Buscam uma profunda comunhão com Deus e servir o povo onde vivemos, particularmente os pobres. Transcorridos mais de um século da fundação e após fortes repressões de Napoleão e após a aprovação de Roma, o Padre Francisco Limermann, que havia recém fundado a Congregação Missionária do Sagrado Coração de Maria, decidiu, em 1848, fundir-se àquela congregação, apesar da resistência de muitos de seus confrades. No início do século XIX, eles começaram a sair em missão pelo mundo, principalmente no Norte da África, e posteriormente no resto do continente. Mais informações no site da Congregação <http://www.espiritanosbrasil.org/>.

³⁰ O delegado apostólico ou nuncio papal é o representante direto da Santa Sé nos países. Sua principal função é resolver conflitos locais e observar de certo modo a atividade dos bispos.

³¹ Esse é o processo pelo qual a igreja africana passou, aonde começou a se substituir os bispos europeus em território africano pela elevação do clero local aos altos cargos eclesiásticos. Certos setores da Igreja que previam o desaparecimento do cristianismo na África com o fim do colonialismo. Com o Vaticano II, a situação começou a se inverter lentamente.

estava acontecendo na Igreja. Vejamos o que o bispo Lefebvre disse analisando a situação da Igreja um ano após o encerramento do concílio:

[...] se assiste a uma diminuição do fervor e da regularidade na recepção dos sacramentos, sobretudo do sacramento da Penitência. Constatam-se uma grande diminuição do respeito à Sagrada Eucaristia sobretudo por parte dos padres; esvaziamento das vocações sacerdotais nas missões de língua francesa; as de língua inglesa e portuguesa estão menos atingidas pelo novo espírito, mas as revistas e jornais já difundem teorias das mais avançadas. (LEFEBVRE, 1966)

O bispo ainda apontou o que acontecia a longo prazo:

As dúvidas quanto à necessidade da Igreja e dos sacramentos trazem o desaparecimento das vocações sacerdotais; As dúvidas sobre a necessidade e a natureza da “conversão” de cada alma trazem o desaparecimento das vocações religiosas, a ruína da espiritualidade tradicional nos noviciados, a inutilidade das missões; As dúvidas sobre a legitimidade da autoridade e a exigência da obediência provocada pela exaltação da dignidade humana, da autonomia da consciência, da liberdade, abalam todas as sociedades a começar pela Igreja, as sociedades religiosas, as dioceses, a sociedade civil, a família.

O orgulho traz como consequência todas as concupiscências dos olhos e da carne. Talvez seja uma das constatações mais atroz de nossa época, ver a que decadência moral chegou a maior parte das publicações católicas. Falam sem o menor pudor da sexualidade, da limitação dos nascimentos por qualquer meio, da legitimidade do divórcio, da educação mista, do flerte, dos bailes como meios necessários à educação cristã, do celibato dos padres, etc.

As dúvidas sobre a necessidade da Igreja única fonte de salvação, sobre a Igreja católica única religião, provenientes das declarações sobre o ecumenismo e liberdade religiosa, destroem a autoridade do Magistério da Igreja. Com efeito, Roma não é mais a ‘Magistra Veritatis (Mestra da Verdade)’ única e necessária. É preciso pois, forçado pelos fatos, concluir que o Concílio favoreceu de uma maneira inconcebível a difusão dos erros liberais. A fé, a moral, a disciplina eclesial foram abaladas em seus fundamentos, segundo as previsões de todos os papas. A destruição da Igreja avança a passos rápidos. Por uma autoridade exagerada dada às Conferências episcopais, o Soberano Pontífice tornou-se impotente. Em um só ano, quantos exemplos dolorosos! No entanto o Sucessor de Pedro e só ele pode salvar a Igreja.(LEFEBVRE, 1966)

Percebemos que realmente tais alertas realmente se cumpriram e percebemos a Igreja Católica em uma profunda crise nos seus vários âmbitos.

Analisando essa fala, concordamos com Seibnitz quando ela afirma que Dom Lefebvre responsabiliza o concílio por todo mal que começa a despontar na Igreja. Desta forma, ele busca proteger a sua congregação dos ditos “males modernos”, mas ao convocar um capítulo geral para alinhar o seu pensamento, a constituição interna aos princípios conciliares, acabou sendo afastado e ficou sem nenhuma função eclesiástica, mesmo sendo bispo.

Assim, Lefebvre decidiu se voltar para a formação dos novos padres sob sua linha que começou a chamada de “tradicional”. Depois de receber o apoio de alguns bispos como D. Fribourg e D. Charrière conseguiu abrir um centro para auxiliar na formação dos seminaristas da universidade. Em 1970, no mesmo ano da promulgação do novo Missal Romano de Paulo VI, ele fundou em Ecône, na Suíça, a Fraternidade Internacional Sacerdotal São Pio X - FSSPXI. Esta é uma associação de padres, seminaristas e religiosos sem votos e que tem a apologética de defender a fé cristã como ela é instruída pelas Sagradas Escrituras. Dom Lefebvre descreve da seguinte forma:

O espírito da Fraternidade é, antes de mais nada, o da Igreja, e portanto seus membros, sacerdotes, irmãos, irmãs, oblatas, terceiros, se esforçam por conhecer cada vez melhor o Mistério de Cristo, tal como o descreve São Paulo em suas epístolas, e especialmente nas dirigidas aos Efésios e aos Hebreus. Descobriremos então o que guiou a Igreja durante vinte séculos, e compreenderemos a importância que dá ao Sacrifício de Nosso Senhor e, por conseguinte, ao Sacerdócio. Aprofundar este grande mistério de nossa fé que é a Santa Missa, ter por Ele uma devoção sem limites, pô-lo no centro de nossos pensamentos, de nossos corações, de toda nossa vida interior, será viver do espírito da Igreja.

A Fraternidade, imersa no ambiente dessas sociedades laicizadas, se consagra a manifestar Nosso Senhor Jesus Cristo ressuscitando o verdadeiro espírito da Igreja, Esposa mística de Nosso Senhor, e voltando a pôr em honra as pessoas consagradas e as coisas sagradas. O sagrado, o divino, inspira respeito. Uma das características da Fraternidade será a de se mostrar respeitosa com as almas batizadas, e de tratar com respeito todas as coisas sagradas, em particular tudo o que concerne à Ação Sagrada por excelência: o Santo Sacrifício da Missa.(LEFEBVRE, 1981)

Já em 1971 o centro se tornou um seminário pois o monsenhor Lefebvre não confiava na formação do seminário local.

Mas este empreendimento não ficaria fora das vistas do Vaticano por muito tempo. O papa Paulo VI montou uma comissão formada por cardeais das congregações para a Educação, para o Clero e para os Religiosos, para dialogar com o seminário tradicionalista, para verificar se eles estavam de acordo com as diretrizes conciliares. Durante quatro anos essa comissão visitou o instituto duas vezes, e em 1975 ela comunicou ao bispo local, Dom Mamie, substituto de D. Charrière, que estava autorizado a retirar a aprovação dada à Fraternidade assim como ao seu estatuto. Deste modo a Fraternidade de Ecône perdeu o direito de existir canonicamente.

Com relação à perseguição, Dom Marcel disse, alguns anos depois:

A luta selvagem e injusta levada a cabo contra a Fraternidade por aqueles que se esforçam em corromper as fontes de santificação da Igreja, não faz senão confirmar sua autenticidade. São os sucessores de Caim que querem novamente matar Abel, cujas orações são agradáveis a Deus.

Em tempos normais, a fundação e o desenvolvimento de nossa Fraternidade teriam passado despercebidos em meio de inúmeras sociedades florescentes e fecundas com frutos maravilhosos. Mas hoje, a esterilidade e os frutos amargos da maioria desses ramos contrastam com o vigor dos ramos tradicionalistas. Por isso, a situação da Fraternidade Sacerdotal São Pio X na Igreja lhe outorga um lugar particular, bem compreendido pelos fiéis que em seu conjunto manifestam claramente seu desejo de ser evangelizados e santificados pela Fraternidade ou por sacerdotes que estão de acordo com ela.
(Idem)

Vislumbrando essa situação Lefebvre ordenou 3 padres em junho de 1975 e mesmo a contragosto do Vaticano, em 1976, ordenou mais 13 seminaristas. Como consequência de seus atos, recebeu do papa Paulo VI a declaração de suspensão da “*divinis*”, ou seja, a partir daquele momento estava impossibilitado administrar os sacramentos, até mesmo a missa.

Seiblitz chama ainda a atenção para a reação popular a este fato. Em Lille, na França, seis mil pessoas se reuniram para rezar juntos uma missa de Pio V, não só por Lefebvre, mas por toda a Igreja, neste local, o bispo também fez um dos pronunciamentos mais duros contra o *aggiornamento*. No mesmo ano o Papa Paulo VI

iniciou com o prelado a discussão que não iria muito longe, já que o velho papa morreria no ano seguinte.

O ano de 1978 foi conturbado para o pequenino Estado do Vaticano. Em 6 de agosto morre o papa Paulo VI e é eleito no dia 26 de agosto o Papa João Paulo I, porém o que ninguém contava é que o “papa sorriso”, como era apelidado, faleceria no dia 28 de setembro, apenas 33 dias após sua eleição. Os cardeais que “mal tiveram tempo de desfazer as malas” tiveram que voltar para o Vaticano para novamente eleger um novo Sumo Pontífice. No dia 16 de outubro de 1978 foi eleito o novo papa João Paulo II. Durante essa turbulência as negociações com o Vaticano não pararam. O caso do monsenhor Lefebvre foi para a Congregação para a Doutrina da Fé, com cardeal Seper e posteriormente com o cardeal Ratzinger.

Em 1984 a Fraternidade conseguiu o direito de celebrar as missas no rito antigo, mas com a condição de acatarem as recomendações do CVII. Mas mesmo assim as investidas contra a modernidade na Igreja continuou, por mais amistosas que estivessem as relações com Roma. O movimento de *Ecône* não deixava passar nenhum “deslize” da Igreja. Foi assim com o Encontro Ecumênico de Assis e a visita a uma sinagoga por parte do Papa João Paulo II, em 1986. Quanto a isso, D. Castro Mayer e D. Lefebvre assinaram uma declaração mostrando sua preocupação com a “situação crítica” em que a Igreja se encontrava. Nela os prelados perguntam quem está procurando o cisma, porque o Congresso de Assis foi, na opinião deles, uma consumação da ruptura com a Tradição da Igreja e com doze papas, de 1789 a 1968, que condenavam a Revolução Cultural.

Adotando a religião liberal do protestantismo e da Revolução, os princípios naturalistas de J.J. Rousseau, as liberdades atéias da Constituição dos Direitos do Homem, o princípio da dignidade humana já sem relação com a verdade e a dignidade moral, – as Autoridades Romanas voltam as costas a seus predecessores e rompem com a Igreja Católica, e põem-se a serviço dos que destroem a Cristandade e o Reinado Universal de Nosso Senhor Jesus Cristo. (LEFEBVRE, 1986)

Eles ainda criticam duramente a postura do Papa João Paulo II e dos episcopados naturais, acusando-os de uma mudança radical na concepção da fé, da Igreja, do Sacerdócio, do mundo, da salvação pela graça.

O cúmulo desta ruptura com o magistério anterior da Igreja, depois da visita à Sinagoga, se realizou em Assis. O pecado público contra a unicidade de

Deus, contra o Verbo Encarnado e Sua Igreja faz-nos estremecer de horror: João Paulo II encorajando as falsas religiões a rezar a seus falsos deuses: escândalo sem medida e sem precedente. (LEFEBVRE, 1986)

Na concepção de Dom Lefebvre, e por isso ele pergunta onde está o cisma, é a igreja de João Paulo II que está se afastando da fé católica dos doze últimos papas que condenavam vários aspectos que agora eram abraçados.

A ruptura, portanto, não vem de nós, mas de Paulo VI e de João Paulo II, que rompem com seus predecessores. Esta negação de todo o passado da Igreja por estes dois Papas e pelos Bispos que os imitam é uma impiedade inconcebível e uma humilhação insuportável para aqueles que continuam católicos na fidelidade a vinte séculos de profissão da mesma Fé. Por isso, consideramos como nulo tudo o que foi inspirado por este espírito de negação: todas as Reformas pós-conciliares, e todos os atos de Roma realizados dentro desta impiedade. (LEFEBVRE, 1986)

As críticas feitas pelos bispos são duras e percebemos como que através dos argumentos eles buscam inverter a órbita do debate. Não são eles que estão se afastando da Igreja, mas sim os modernistas que estão abandonando “vinte séculos de profissão da mesma Fé”.

Mesmo com esses debates acirrados com a Santa Sé, a FSSPX não deixou de se expandir, mesmo que de forma lenta e ainda com poucos adeptos³². Aos poucos foram avançando pelos países e eram já em 1982 cerca de 210 sacerdotes da Fraternidade em 28 países, entre eles: Alemanha, Grã-Bretanha, Austrália, Canadá, EUA, França, México, Suíça, América Latina e Itália. Eles contavam com 200 seminaristas na França e Suíça; Menos de 100 frequentavam o seminário da Argentina e EUA. A Fraternidade ainda conta com 500 locais de culto só na França, a capital do movimento; 23 escolas e uma universidade, Instituto São Pio X, em Paris.

O acirramento decisivo do embate entre tradicionais e a Santa Sé se dá quando Dom Lefebvre, já com idade avançada, pede ao Vaticano mais alguns bispos para dar continuidade a sua obra. Mas o governo da Igreja não atendeu seu pedido, o que agravou a situação conturbada. Em uma carta enviada ao cardeal Ratzinger, o bispo deixa claro o desejo de ter no mínimo três bispos para dar continuidade a missão que ele

³² Eram já em 1982 cerca de 210 sacerdotes da Fraternidade em 28 países, entre eles: Alemanha, Grã-Bretanha, Austrália, Canadá, EUA, França, México, Suíça, América Latina e Itália. Eles contavam com 200 seminaristas na França e Suíça; Menos de 100 frequentavam o seminário da Argentina e EUA. A Fraternidade ainda conta com 500 locais de culto só na França, a capital do movimento; 23 escolas e uma universidade, Instituto São Pio X, em Paris.

teria recebido de Deus e propõe a data 30 de junho para as sagrações, porém o Vaticano não atendeu ao seu pedido.

Zélia Seiblitz afirma que o motivo do acirramento está na irredutibilidade de ambas as partes, firmando suas posturas como inquestionáveis. O grupo de Lefebvre sempre argumentavam com uma vasta documentação eclesial e histórica da atuação dos papas, bispos e santos anteriores e esses escritos que justificam as suas atitudes. A Sé argumenta com o detalhamento dos fatos, afirmando sempre o lugar que a Igreja ocupa no mundo Cristão.

Em 1987 houve mais uma visita apostólica, do agora cardeal Gagnon, e nesta ocasião o papa escreveu ao cardeal Ratzinger sobre seu desejo de que fosse feito tudo possível para aproveitar a boa vontade de Lefebvre, para encontrar uma solução apropriada às duas partes e se manter a plena comunhão. Destarte, reuniram-se do dia 12 a 15 de novembro do mesmo ano vários representantes das duas partes. Eram eles teólogos, canonistas da congregação para a Doutrina da Fé e da FSSPX. Deste, e de outros encontros proveniente do primeiro, foi redigido um protocolo, assinado em 5 de maio de 1988. Os termos deste protocolo eram:

- 1) Prometemos ser sempre fiéis à Igreja Católica e ao Romano Pontífice, seu Sumo Pastor, Vigário de Cristo, Sucessor do Bem-Aventurado Pedro no seu primado e Chefe do Corpo dos Bispos.
- 2) Declaramos aceitar a doutrina contida no número 25 da Constituição dogmática “Lumen Gentium” do Concílio Vaticano II sobre o Magistério eclesiástico e a adesão que lhe é devida.
- 3) A propósito de certos pontos ensinados pelo Concílio Vaticano II ou respeitantes às reformas posteriores da Liturgia e do Direito e que nos parecem dificilmente conciliáveis com a Tradição, comprometemo-nos a ter uma atitude positiva de estudo e de comunicação com a Sé Apostólica, evitando toda a polémica.
- 4) Declaramos, por outro lado, reconhecer a validade do Sacrifício da Missa e dos Sacramentos celebrados com a intenção de fazer o que faz a Igreja e segundo os ritos indicados nas edições típicas do Missal Romano e dos Rituais dos Sacramentos promulgados pelo Papa Paulo VI e João Paulo II.
- 5) Por fim, prometemos respeitar a disciplina comum da Igreja e as leis eclesiásticas, especialmente as contidas no Código de Direito Canônico promulgado pelo Papa João Paulo II, ressalvando-se a disciplina especial concedida à Fraternidade por uma lei particular.” (LEFEBVRE, 1988)

Em nível jurista e de reconciliação pessoal dos membros da fraternidade, dizia-se que a Fraternidade:

seria ereta em sociedade de vida apostólica de direito pontifício com estatuto apropriado de acordo com o CDC (cân.731-746) e dotada de certa intenção, resguardando o culto público. A cura das almas e as atividades apostólicas, tendo em conta o cân. 679-683 do CDC;

Seria concedida a Fraternidade a faculdade de utilizar os livros litúrgicos em uso até a reforma pós-conciliar;

Para coordenar a relação com os vários discastérios da Cúria romana e os bispos diocesanos, como para resolver eventuais problemas e contenciosos, seria constituída pelo papa uma prevista da faculdade necessária;

Tendo em vista a situação peculiar da Fraternidade, sugeria-se ao papa que nomeasse um bispo escolhido entre seus membros, o qual, normalmente não deveria ser o superior ao geral.(Seiblitiz, 1992, p.277)

Estando ambas as partes de acordo, o documento foi assinado e certa paz voltou a Igreja Romana. Entretanto e para a surpresa de todos, no dia 6 de maio, ou seja, um dia após a assinatura, Dom Marcel voltou a escrever ao cardeal Ratzinger, insistindo que as sagrações episcopais deveriam acontecer no dia 30 de junho e deixou claro que se a resposta fosse negativa ele mesmo seria obrigado a sagrar os bispos. Imediatamente o cardeal respondeu a ele pedindo que seguisse o documento assinado no dia anterior.

Mas o que teria levado o bispo Lefebvre a reconsiderar o protocolo assinado no dia anterior? Ele narra o que lhe afligia no dia anterior a assinatura do acordo:

No dia 4 de maio encontrei-me com o cardeal Ratzinger em Roma. Estavam presentes também os teólogos que elaboraram o acordo. Depois do encontro, com o texto definitivo já estava pronto, perguntei ao cardeal: ‘Agora que decidimos que eu posso ter um bispo, quando podemos fazer a consagração?’ Eu queria que fosse no dia 30 de junho; havia tempo suficiente para escolher o bispo entre os três nomes que propus, que já muito tempo estavam nas mesas da Cúria. O cardeal me respondeu: ‘30 de junho é impossível, é muito cedo’. Propus dia 15 de agosto. ‘Não, de 15 de julho a 15 de setembro ninguém trabalha no Vaticano’. 1 de novembro? ‘Não posso prometer’ No Natal? ‘Não sei’. Então eu disse: chega. Eles estão brincando conosco. Naquele momento perdi a confiança e entendi que todas aquelas negociações serviam para enganar a Fraternidade e fazer-nos aceitar o Vaticano II. (30 dias, julho, 1988:12 apud Zélia Seiblitiz.)

Houve um outro encontro no dia 24 de maio de 1988 houve um outro encontro entre Ratzinger e Lefebvre e a Igreja deixou claro que estava disposta a sagrar um bispo para a fraternidade, e que poderia ser realizada no dia 15 de agosto do mesmo ano, mas somente se Lefebvre desse uma verdadeira prova de reconciliação, de acordo com o protocolo de 5 de maio, que deixa todas as decisões nas mãos do papa. Nesses encontros Lefebvre deixou claro que precisava de três bispos para continuar a missão, além de que a Fraternidade pedia o direito de possuir a maioria entre os membros da Comissão Romana junto a F. São Pio X.

O papa respondeu, através do cardeal que ambas as reivindicações seriam inviáveis e que o Lefebvre deveria respeitar o acordo assinado no dia 5 de maio. Quanto os bispos, ele ainda especificou que o bispo deveria renunciar seus planos de 30 de junho e que só teria seu bispo se este se colocasse em plena obediência à Sé Apostólica.

Assim no dia 2 de junho Lefebvre entra em contato novamente com o papa. Nele afirmou que por mais cordiais e caridosas que sejam as negociações com o cardeal Ratzinger, eles não o convenceram que o momento de uma colaboração franca e eficaz ainda não tinha chegado.

Foi para manter intacta a fé do nosso batismo que tivemos de nos opor ao espírito do Vaticano II e às reformas que ele inspirou. O falso ecumenismo, que está na origem de todas as inovações do Concílio, na liturgia, nas novas relações da Igreja e do mundo, na concepção da própria Igreja, conduziu a Igreja à sua ruína e os católicos à apostasia.

Radicalmente opostos a esta destruição da nossa fé, e decididos a mantermo-nos na doutrina e na disciplina tradicional da Igreja, especialmente no que diz respeito à formação sacerdotal e à vida religiosa, sentimos necessidade absoluta de ter autoridades eclesásticas que partilhem as nossas preocupações e nos ajudem a premunir-nos contra espírito do Vaticano II e contra o espírito de Assis. Foi por isso que pedimos vários bispos, escolhidos na Tradição, e, na Comissão Romana, a maioria dos membros, para nos protegermos da possibilidade de comprometerem os acordos.

Tendo em conta a recusa em considerar os nossos pedidos, e sendo evidente que o objetivo desta reconciliação não é em absoluto o mesmo para a Santa Sé e para nós, julgamos preferível esperar tempos mais propícios ao regresso de Roma à Tradição. É por isso que nos adotaremos dos meios para prosseguir a Obra que a Providência nos confiou, certos, pela carta de S. E. o Cardeal Ratzinger de 30 de maio, de que a consagração episcopal não é

contrária à vontade da Santa Sé, uma vez que é concedida para 15 de agosto.
(LEFEBVRE, 1988)

Analisando a carta de Lefebvre percebemos o intuito de sagrar os bispos mesmo sem o legítimo mandato apostólico, pois como ele afirmou, as consagrações não são contrárias a Santa Sé, apenas há uma divergência de datas. Mas para o Vaticano não era somente isso. As ordenações episcopais só poderia acontecer depois que a Fraternidade estivesse totalmente reconciliada com Roma, assim como o nome do candidato ao bispado deve ser de livre decisão do papa. Deste modo, esta carta de D. Lefebvre pois fim ao processo de reconciliação e esta ordenação não seria da vontade da Santa Sé.

O próprio papa João Paulo II escreveu ao bispo no dia 9 de junho, expressando o pesar com que recebeu a carta anterior e com pesar maior ainda ele relembra de todos os esforços que foram feitos durante todo esse tempo, assim como chama atenção para sua missão de manter a unidade da Igreja e a fidelidade à Verdade revelada. Disse o Papa:

Na carta que me dirigistes, pareceis rejeitar tudo o que foi obtido nos precedentes colóquios, dado que manifestastes claramente a vossa intenção de “vos dotardes de meios para continuar a vossa Obra”, nomeadamente ao proceder em breve e sem mandato apostólico a uma ou várias ordenações episcopais, em flagrante contradição, não só com as prescrições do Direito Canônico, mas também com o protocolo assinado a 5 de maio e com as indicações relativas a este problema contidas na carta que o Cardeal Ratzinger vos escreveu, a meu pedido, a 30 de maio. Com coração paternal, mas com toda a gravidade que requerem as circunstâncias presentes, exortovos, Venerável Irmão, a renunciar ao vosso projeto que, se for realizado, não poderá parecer senão um ato cismático, cujas inevitáveis consequências teológicas e canônicas são por vós conhecidas. Convido-vos ardentemente ao retorno, na humildade, à plena obediência ao Vigário de Cristo. Não só vos convido a isso, mas peço-o pelas chagas de Cristo nosso Redentor, no nome de Cristo que, na vigília de sua Paixão, orou pelos seus discípulos, ‘para que todos sejam um só’ (Jo. 17,20). A este pedido e a este convite, junto a minha oração quotidiana a Maria, Mãe de Cristo. (João Paulo II, 1988)

Mas mesmo depois do apelo do papa, no dia 15 de junho Lefebvre anunciou a sagração dos três bispos. Dois dias depois o cardeal Gantin enviou um Aviso Canônico:

Desde o dia 15 deste mês de junho, você disse que queria pedir quatro bispos, sem primeiro obter o mandato do Sumo Pontífice mencionado no cânon

1013³³ do Código de Direito Canônico, eu envio-lhe esta advertência canônica pública, confirmando que se você fizer isso, você mesmo e os bispos ordenado incorrem ipso facto em excomunhão *latae sententiae* reservada à Sé Apostólica pelo cânon 1382. Então, eu lhe peço e imploro, em nome de Jesus Cristo, para pensar cuidadosamente sobre o que você vai fazer contra as leis da santa disciplina, bem como consequências muito graves para a própria comunhão da Igreja Católica, você é um bispo. (GANTIN, 1988)

Mesmo após o referido aviso, no dia 30 de junho de 1988, sob os olhos do mundo todo através dos meios de comunicação e com a presença de Dom Antônio Castro Mayer, Dom Marcel Lefebvre sagrou como bispo os padres Bernard Fellay, Bernard Tissier de Mallerais, Richard Williamson e Alfonso de Galarreta. Como consequência de tal ato é que dois dias depois a Igreja publicou os decretos de excomunhão, assim como o Papa expressou seu pesar pelo ocorrido e rezou publicamente pelos que agora estavam “desamparados” pela Igreja.

Alguns relatos mostram que o fato não foi dramático somente para a Igreja Romana que via, depois de tanto tempo, sua unidade abalada novamente. Alguns colaboradores pessoais dizem que o bispo estava em profunda angústia tanto ao escrever a carta, depois de 5 de maio, quanto na manhã das sagrações episcopais. Zélia Seiblitz afirma que é provável que o bispo, já idoso, com seus 83 anos, tenha percebido não dispor de muito tempo de vida, ainda mais sabendo que sofria de câncer, o que talvez tenha feito só aumentar a ansiedade de um homem que conhecia bem as demoras burocráticas de Roma. Jean Guiton em uma entrevista afirma que:

Eu o vi dilacerado: preso entre dois deveres contrários – de ordenar quatro bispos e fazer um cisma, e não ordená-los e não fazer o cisma. Eu o vi – e isto era dramático – desejando não fazer aquilo que estava certo que faria. Ele estava profundamente calmo. Ao mesmo tempo resignado a morrer, porque pensava que o ato que ia cometer era uma espécie de morte. Morte para ele, morte para seus fiéis. Ao mesmo tempo está persuadido que esta morte era uma espécie de martírio que lhe era pedido por Deus. (Paris Match, Agosto, 1988 apud SEIBLITZ, 1992:302)

³³ O referido artigo do Código de Direito Canônico diz que: “Não é lícito a nenhum Bispo consagrar alguém como Bispo, a não ser que antes conste da existência do mandato pontifício.” A excomunhão se dá pelo Canon 1382: “O Bispo que, sem o mandato pontifício, confere a alguém a consagração episcopal e, igualmente, quem dele recebe a consagração incorrem em excomunhão *latae sententiae* [automática] reservada à Sé Apostólica.”

O cisma foi um baque também para a Fraternidade pois alguns colaboradores, seminaristas e padres saíram do grupo de Ecône após o cisma, mas essa saída não chegou a 7%, dos 10 que esperava. A pior perda foi o padre Bising, responsável pela Fraternidade São Pedro, principal grupo que acolheu os egressos de Ecône. No mundo, as repercussões foram variadas, mas principalmente não se podia mensurar a extensão do cisma, se ele ficava restrito a uma seita, ou se o movimento iria se espalhar pela Igreja.

Observando a atitude de Dom Lefebvre podemos chegar a algumas características do movimento tradicionalista: uma postura paradoxal frente à autoridade na Igreja e é perceptível o amor que os tradicionalistas, na figura de Lefebvre tinham pela salvação das almas, evidenciada em vários documentos, declarações e homilias:

Esta Reforma, por ter surgido do liberalismo e do modernismo, está completamente empecoada, surge da heresia e acaba na heresia, ainda que todos os seus atos não sejam formalmente heréticos. É, pois, impossível para todo o católico consciente e fiel adotar esta reforma e submeter-se a ela de qualquer modo que seja.

A única atitude de fidelidade à Igreja e à doutrina católica, para bem da nossa salvação, é uma negativa categórica à aceitação da Reforma. E por isso, sem nenhuma rebelião, sem amargura alguma e sem nenhum ressentimento, prosseguimos a nossa obra de formação sacerdotal à luz do magistério de sempre, convencidos de que não podemos prestar maior serviço à Santa Igreja Católica, ao Soberano Pontífice e às gerações futuras. (LEFEBVRE, 1983)

Esta é a premissa e a motivação para toda ação da Fraternidade, pois para eles, as reformas conciliares estavam colocando em xeque milhões de almas que sem conhecer a “Verdade” proposta pelo catolicismo acabavam caindo na heresia e em outras práticas religiosas, como vemos abaixo:

Tais erros em documentos oriundos de fontes tão excelsas criam, na Igreja, um profundo mal-estar e perplexidade a muitos fiéis. Trata-se, Santíssimo Padre, não de fiéis reticentes no acatamento da Autoridade Pontifícia, e sim, pelo contrário, de membros do Clero e leigos que têm como base de sua Fé a adesão profunda e inabalável à Cátedra de São Pedro.

Com todo respeito, ousamos dizer a Vossa Santidade: é urgente que esse mal-estar cesse logo, porque o rebanho se dispersa e as ovelhas abandonadas estão seguindo mercenários. Nós conjuramos Vossa Santidade, pelo bem da

Fé católica e da salvação das almas, a que reafirme as Verdades contrárias a esses erros, Verdades que nos foram ensinadas pela bimilenar Igreja de Jesus Cristo.

Dirigimo-nos a Vossa Santidade com os sentimentos de São Paulo com relação a São Pedro, quando aquele o censurava por não seguir a “verdade do Evangelho” (cf. Gal. 2, 11-14). Com esta atitude, cumprimos um dever para com os fiéis que perigam na fé. São Roberto Belarmino, exprimindo aliás um princípio geral de Moral, afirma que se deve resistir ao Pontífice cuja ação seja prejudicial à salvação das almas (Cf. “De Romano Pontífice” lib. 2, c. 29).” (LEFEBVRE,1983)

Neste trecho, além de vermos o amor pelas almas, percebemos o respeito com que Dom Lefebvre se dirige ao papa, e deixando claro sua total adesão e fidelidade a Cátedra de São Pedro, asseguradas pelas constituições do Concílio Vaticano I que reforça o primado da infabilidade papal; mas ele deixa claro que em momentos de crise (o que a Igreja estava vivendo) se pode resistir ao Papa e até mesmo contestá-lo, evocando o já referido amor à salvação às almas. Para isso eles acionam alguns mecanismos do concílio de Trento voltando contra a autoridade a constituída em nome dos mesmos princípios que a fundam.

Logo, para ele, o cisma foi um dos únicos meios de se manter viva a fé original da Igreja, como um último fôlego da Igreja decadente que deveria ser mantido de qualquer jeito. Assim, ele sagra os bispos contrariando a Santa Sé, principalmente após o encontro de Assis, dito pelos tradicionalistas como um escândalo.

Modernidade e Tradição na Igreja

O Concílio Vaticano II foi “palco” para que grupos opostos, que talvez estivessem distanciados por quilômetros, se encontrassem e usassem todas as suas cartas para conseguir afinar a doutrina da Igreja com sua cosmovisão.

Peter Berger analisa os choques entre a tradição e a modernidade buscando compreender a vida cotidiana e o sentido atribuído aos indivíduos às suas ações, ao seu agir social e as várias ações do indivíduo que formam sua identidade, que é constituinte de si. Uns podem aderir a ações que foram formadas no passado, ou seja, seu sentido

pode ter sido modelado historicamente, nas vertentes mais antigas do agir social. A essa ação o autor denomina tradição. Segundo Berger:

A formação de reservatórios históricos de sentido e de instituições que alivia o indivíduo da aflição de ter de solucionar sempre de novo problemas de experiência e de ação que surgem em situações determinadas. (Berger, 2004:15)

Quanto a modernidade, o autor afirma que ela surge quando a sociedade começa a se pluralizar e a história nos comprova isso ao analisarmos como desde o século XVI, começaram a surgir as grandes teorias de contestação da Igreja.

Outro conceito de tradição que vai ao encontro do que foi explicado por Berger e Luckmann, é o de Zélia Seibnitz (1992), que conceitua tradição como a tendência de apegar-se a padrões vegetativos, e modos de vida antigos, razoavelmente ubíquos e universais. Caldeira, usa o conceito de tradição em que esta é o “conjunto de representações, imagens, saberes teóricos e práticos, comportamentos, relações, etc., que um grupo ou uma sociedade aceitam em nome da continuidade necessária entre o passado e o presente” (HERVIEU-LÉGER, 1996, p. 137, apud CALDEIRA, 2009:14). Este último é o que melhor caracteriza o fato analisado, visto que as personagens centrais do cisma moderno buscam a manutenção de um *ethos* católico, em que acreditavam ser o único modo para a salvação das almas.

As querelas entre a tradição e a modernidade estão constantemente presentes na história da Igreja e o que o século XX viu não foi algo inédito. A antropóloga Zélia Seibnitz afirma que a modernidade é resultado de tensões com o tradicional.

Na Igreja não foi diferente e isso fica muito visível se olharmos para o século XVI com o Concílio de Latrão ocorrido no período de 1512 a 1517, que condenou as falsas interpretações bíblicas da época, tentou resolver tensões entre a Igreja e a França e melhorar a formação dos padres.

Assim, vemos no tão famoso concílio de Trento (1545 à 1563), também chamado de Reforma Católica ou Contra-Reforma, em uma leitura protestante. Neste período, a Igreja estava passando por uma grave crise política e moral, onde, segundo a autora, a necessidade de uma releitura da religião fez-se necessária. Devido ao descontentamento com a maneira com o qual o clero lidava com os negócios eclesiásticos, viam a necessidade de um clero mais voltado para os princípios evangélicos e que agisse mais como os apóstolos; e claro, os reis queriam que a Igreja

endossasse suas ações. Tudo isso fruto do espírito renascentista, humanista e antropocêntrico que foi se impondo, em detrimento da visão sacralizada da idade média.

A Reforma Protestante feita por Úlrico Zwinglio, Martinho Lutero, João Calvino e outros, tem desdobramentos variados, mas pode-se dizer que todos buscavam valorizar a “Igreja Invisível” e negavam o papel de mediação da Igreja para a salvação. Então encontramos frases como: *Sola Fides, Sola Scriptura, Sola Gratia* – *Só a fé, só a escritura, só a graça*. Logo, podemos concluir que as reformas são impostas à Igreja de fora para dentro, o mundo tem suas demandas, os teólogos analisam e buscam explicações, o Concílio definem o que é lícito e o que é ilícito (heresia), e o Magistério concretiza a doutrina entre os fiéis.

A partir do século XIX as questões modernas se tornam mais aparentes e são duramente condenadas pelo Magistério da Igreja, através da constituição dogmática *Dei Filius*, do Concílio Vaticano I; principalmente o racionalismo, o materialismo, o agnosticismo e o ateísmo. Rodrigo Caldeira afirma que “de fato, as divisões em torno da questão crucial para a Igreja contemporânea de como ela deveria atuar – quer dizer, uma questão pastoral – diante dos novos tempos e seus desafios iniciou-se, sobretudo, no século XIX.” (CALDEIRA, 2011:1012)

Entretanto, o Concílio Vaticano II não foi convocado para combater nenhuma heresia, nem se deu em um período de crise, então por que o velho Papa João XXIII convocou tão extraordinário evento? Segundo Oscar Beozzo (2001) o Concílio Vaticano II tem um característica pastoral e não dogmática, isso revela que antes de condenar alguma heresia, o Concílio foi convocado para se rever a doutrina católica e adequá-la aos novos tempos. E contra esse *aggiornamento*, sem levar em consideração a bagagem milenar da Igreja, que os três bispos, Geraldo Sigaud, Antônio Mayer e Marcel Lefebvre.

Ao perceberem a ameaça de destruição do “sentido” de suas ações tanto religiosas quanto sociais, os padres conciliares ultraconservadores, se uniram em torno de uma luta em comum, associando-se a vários outros bispos que comungam do mesmo sentido, ou melhor, possuem a mesma cosmovisão sobre a sua religião, sua doutrina e seu “ser Igreja”, seu *ethos* católico; e assim, para que juntos possam defender aquilo que acreditam, se unem em uma organização, no caso do concílio, o *Coetus Internationalis Patrum*. Berger (2004) afirma que as comunidades de vida surgem e se formam em torno de um sentido comum, uma comunhão de sentido, que levam a dividir também a

vida comum. Assim entendemos os fatos que aconteceram na Diocese de Campos, a saber, como os fiéis se uniram ao bispo emérito Dom Mayer para manter as tradições e como que com a Renovação Carismática Católica – RCC, da qual falaremos mais a frente, aliada ao novo bispo Dom Navarro, deu uma nova roupagem a esse tradicionalismo. Entendemos como puderam lutar contra a Sé Apostólica, a qual tanto respeitavam e veneravam, como brigaram com o bispo local e seus seguidores, ao ponto do embate físico, para garantir a sobrevivência daquilo que acreditavam ser o correto e o melhor para a sociedade e para a “salvação das almas”.

A própria existência de um grupo, ou de uma sociedade, como é o caso de Campos dos Goytacazes, e grupos como a TFP – Tradição, Família e Propriedade, assim como as Marchas da Família com Deus pela Liberdade, que levaram milhões de pessoas a marchar contra o comunismo no Brasil; é explicada por Berger e Luckmann (2004) como sendo um efeito do pluralismo moderno. Segundo os autores, é praticamente impossível se manter uma comunidade de sentido, intacta e preservada de valores aquém dos vividos na comunidade. Eles ainda ressaltam que a crise de sentido é gerada exclusivamente com essa olhada que o indivíduo dá no mundo plural ao seu redor e isso lhe gera duas reações possíveis: ou ele entra em crise de sentido, tornando-o relativista, ou seja, ele desistiu de afirmar quaisquer valores e reservas de sentido. Ou, como é o caso dos padres ultraconservadores e todos os movimentos contra-revolucionários, a atitude fundamentalista, onde se busca reconquistar a sociedade toda para os valores e tradições antigas. O autor chama a atenção para o perigo que isso pode gerar, ao passo que o fundamentalismo pode levar a atitudes autoritárias e acabar suprimindo culturas menos expressivas ou formar guetos.

O Concílio Vaticano II foi um momento de extrema tensão dentro da Igreja Romana, não só para os tradicionalistas, mas para todos os membros desta instituição milenar. Nunca na história se pôde ver tão claramente os embates entre os grupos dentro da própria Igreja. Uns entendiam que a esta instituição deveria dialogar com modernidade, abrindo-se às perspectivas positivas do mundo moderno. Contudo, outros negavam qualquer possibilidade de tal diálogo, vendo nos valores modernos apenas anticristaníssimo, e até mesmo um representação demoníaca por traz dessas doutrinas; defendendo a chamada por eles, de reta doutrina ou a doutrina verdadeiramente Católica.

Sendo assim, entendemos o Concílio Vaticano II e os consequentes cismas, de acordo com o que diz Rodrigo Caldeiras. Ele “pode ser compreendido como um campo de lutas simbólico-normativas, no qual essas duas tendências colocaram-se frente a frente nos inúmeros debates”. Assim, o “refluxo” conservador, ou o levante fundamentalista se dá devido ao seu contato com o mundo moderno e plural, principalmente a partir da negação do mesmo, em prol de um mundo mais ligado aos valores e a moralidade cristã, por eles tida como milenar e imutável.

Voltando para as suas Dioceses ao término dos trabalhos, Dom Marcel Levebvre, Dom Sigaud e Dom Antônio Castro Mayer, não se calaram diante “dos absurdos conciliares”, segundo a concepção deles, entrassem nela com o fim do Concílio. Dessa forma, vemos desenrolar o conflito entre a Sé Romana e a Diocese de Campos, até o seu cisma nos anos 80, iniciada com a aposentadoria de Dom Antônio e a nomeação de D. Carlos Alberto Etchandy Gimeno Navarro.

Após analisarmos esse momento de tensão no Norte Fluminense e na igreja europeia, buscamos salientar alguns principais fatores que nortearam as atitudes de Dom Mayer e Dom Lefebvre. O primeiro ponto é a causa das almas, ou a chamada salvação das almas. Para o catolicismo, o ser humano precisou ser salvo, após a sua queda, através da desobediência, no pecado narrado no Gênesis ³⁴. Por este fato, o próprio Deus, através de sua Graça e de seu amor, deu seu filho único, Jesus de Nazaré, para salvar a humanidade, reconciliando-a com Deus e apagando seus pecados, através do sacrifício da cruz.

A Igreja teria recebido de Jesus a missão de salvar as almas através do anúncio do Evangelho e da administração dos sacramentos. Assim a principal pregação da Igreja ao longo dos milênios foi a busca incessante pela salvação, e a coloca como objetivo da vida humana. Deste modo, as condições de vida das pessoas poderiam interferir em sua salvação eterna. Quanto a isso o Papa Leão XIII afirma:

Ora, de que serviria ao artista ter encontrado no seio da corporação a abundância material, se a falta de alimentos espirituais pusesse em perigo a salvação da sua alma? “Que vale ao homem possuir o universo inteiro, se vier a perder a sua alma?”(Mt 16,26). Eis o carácter com que Nosso Senhor Jesus Cristo quis que se distinguisse o cristão do pagão: “Os pagãos procuram todas estas coisas... ‘procurai primeiro o reino de Deus, e todas estas coisas

³⁴ Cf.: Gn 3.

vos serão dadas por acréscimo” (Mt 6,32-33). (LEÃO XIII, Rerum Novarum, 15 de Maio de 189)

A salvação das almas norteia toda a crítica contra a modernidade, não só por parte dos bispos ultramontanos, mas também da própria Igreja ao longo dos séculos, até Pio XII. Ao lermos algumas cartas e documentos de Dom Lefebvre e Dom Mayer, encontramos essa preocupação por trás de cada crítica ao papa, chegando ao ponto de até mesmo ir contra ele declaradamente. Quanto a isso Dom Mayer afirma:

Dirigimo-nos a Vossa Santidade com os sentimentos de São Paulo com relação a São Pedro, quando aquele o censurava por não seguir a “verdade do Evangelho” (cf. Gal. 2, 11-14). Com esta atitude, cumprimos um dever para com os fiéis que perigam na fé. São Roberto Belarmino, exprimindo aliás um princípio geral de Moral, afirma que se deve resistir ao Pontífice cuja ação seja prejudicial à salvação das almas (Cf. “De Romano Pontífice” lib. 2, c. 29). (MAYER,1983)

Deste modo, eles salientam que o com o *aggiornamento*, perde-se de vista a salvação das almas, “para se cuidar da prosperidade do conforto, da felicidade aqui na terra, como se o homem aqui tivesse sua moradia permanente”. Segundo dom Mayer, não é preciso mostrar como um tal “*aggiornamento*” constitui um escândalo, no sentido próprio da palavra, pois contribui para perder as almas. (MAYER, 1970)

Outra característica que orienta a atitude de desobediência é a própria obediência e conhecimento da doutrina Católica. Como já mencionado, percebemos nas declarações dos bispos um profundo conhecimento da doutrina Católica, assim como usam sempre como base para seus argumentos os escritos dos papas e do próprio Magistério da Igreja, ou seja, estão usando a Igreja contra ela mesma. Como supracitado, para eles a própria Igreja que estava se separando dela mesma, pois estavam, com atitudes e documentos, se afastando do ensinamento milenar desta instituição. Como afirmaram, Dom Mayer e Lefebvre com relação ao encontro de Assis: “A ruptura, portanto, não vem de nós, mas de Paulo VI e de João Paulo II, que rompem com seus predecessores.” (LEFEBVRE e MAYER, 1986)

Vemos atitude de Dom Mayer e Dom Lefebvre com relação a Missa de Paulo VI como um reflexo desses dois fatores. Tomamos como base a carta que Dom Mayer enviou ao Papa Paulo VI. Nela, o bispo de Campos aborda de forma sucinta os problemas, por ele encontrado, no Novus Ordo.

Para ele, o *Novus Ordo Missae* omitiu e/ou modificou aspectos essenciais para a verdadeira compreensão do que é a Missa Católica. O novo missal foge e não exprime como deveria todo o arcabouço teológico a cerca do Sacrifício da Missa. Este, fazia surtir dois efeitos: o aumento do desnorreamento, ante a reforma dos símbolos da fé; e quanto o clero, é a agonia da consciência. Ou seja, pouco a pouco, os dois, fiéis e sacerdotes, iriam perder a fé na Missa e na presença real de Jesus na Eucaristia. Quanto a esse ultimo tópico, a diminuição do número de genuflexões³⁵ que foram reduzidas a três no novo rito.

As mudanças que preparam o “*Novus Ordo*” não contribuíram para aumentar a Fé e a piedade dos fiéis. Pelo contrário, deixaram - nos apreensivos, apreensão que o “*Novus Ordo*” aumentou; por quanto, abonou a idéia de que nada há de imutável na Santa Igreja, nem mesmo o Sacrossanto Sacrifício da Missa.(MAYER, 1970)

Isso deu abertura à criatividade dos padres e das equipes litúrgicas para incrementar a missa com o acham conveniente. Seiblitiz afirma que na Nova Missa, esquecia-se a natureza redentora do sacrifício de Cristo, pois as novas orações eucarísticas não evidenciavam a função salvífica da adesão ao Cristo.

Deste modo, os tradicionalistas encaravam a Missa Nova como o triunfo do modernismo na Igreja, uma “protestantização do catolicismo”, um afrouxamento das verdades reveladas e por fim, um ato de auto demolição da Igreja, por isso é impossível aceita-la. Na sua concepção controversa, a Igreja estava abrindo as portas para a sua própria destruição. Percebemos que o movimento tradicionalista não conseguiu vislumbrar por completo a nova visão proposta pelo Concílio Vaticano II.

O concílio proporcionou não apenas essa crise, mas fomentou diversos movimentos eclesiais. Um deles causou uma renovação na Diocese de Campos, nos últimos anos do governo de Dom Mayer e durante pastoreio de Dom Navarro, chegando hoje a fazer o município ser um dos mais carismáticos do Estado.

Capítulo IV - A Renovação Carismática Católica - RCC

³⁵ Ato de se ajoelhar com apenas uma das pernas, em sinal de reverência e adoração à presença sagrada.

O Concílio Vaticano II gerou muitos frutos para a Igreja. Não só os documentos conciliares que aos poucos iam sendo aplicados nas diversas dioceses espalhadas pelo mundo, mas ele fez ressoar por toda a Igreja um sentimento de reforma, principalmente a partir da renovação litúrgica e a busca das novas relações entre a sociedade e a Igreja. Destarte, a Igreja do papa Pio XII já era passado, pois o Concílio trouxe novos ares para a Santa Sé Romana.

Essa mudança no pensamento católico impulsionou o fiel a um maior engajamento nas lutas sociais e nas estruturas de governo. Desta forma vimos nascer a Teologia da Libertação que em poucos anos tomou conta da América Latina através das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). Segundo Sílvia Fernandes (2001), a Teologia da Libertação é uma Teologia, que se constituiu cientificamente, e possui como objetivos a transformação socioestrutural a partir da categoria “o pobre” ou “o excluído”, buscando agir e questionar a sociedade nos seus âmbitos social, político e econômico; através do discurso religioso. No Brasil, tal movimento foi introduzido principalmente com o apoio da CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, e de pessoas que de certo modo estavam envolvidas nas lutas contra a ditadura militar, com pensamento mais vinculado a esquerda política de cunho marxista, com o discurso da valorização dos excluídos e a promoção da justiça e igualdade social. Quanto as CEB's, Brenda Carranza (1998) afirma que estas “vislumbram um novo modo de ser Igreja, trazendo no seu seio o compromisso de transformar a sociedade a partir de uma opção ética, alicerçada na mensagem cristã” (CARRANZA, 1998:7). O Cardeal Ratzinger afirma que é uma nova forma de interpretar o Evangelho de acordo com

conceitos tomados por empréstimo, de maneira a-crítica, à ideologia marxista e o recurso a teses de uma hermenêutica bíblica marcada pelo racionalismo encontram-se na raiz da nova interpretação, que vem corromper o que havia de autêntico no generoso empenho inicial em favor dos pobres. (RATZINGER, 1984: VI-10).

Carranza, em sua abordagem sobre as origens da RCC, afirma que ao mesmo tempo em que alguns grupos abraçaram o *aggiornamento* para a luta social, no interior da Igreja surgiram também movimentos de revivescência espiritual, como “uma inflexão do catolicismo que reage diante da pós-modernidade, oferecendo uma nova subjetividade religiosa pautada nos moldes neopentecostais de emotividade e como uma agência moderna de aflição” (CARRANZA, 1998:8). Assim, ao percebemos alguns

indícios da justificativa para que haja uma forte presença da Renovação Carismática em solo campista, sendo contada entre as dioceses mais carismáticas do Rio de Janeiro -, justamente na diocese que até 1980 possuía grande parte das paróquias celebrando no rito de São Pio V, anterior ao Concílio – pretendemos analisar surgimento da RCC e suas principais características para assim entendermos o que há nesse movimento que atraiu tantos fiéis conservadores.

O primeiro ponto, é que ela surge em um campo diferente do movimento progressista. Sendo assim, é dentro da atmosfera tradicional que a RCC nasce, buscando a exaltação da espiritualidade, ou seja, um renascimento espiritual dentro da Igreja Católica. Tal movimento também é presente entre os tradicionalistas ao lutarem para que a espiritualidade tradicional não fosse perdida em meio às mudanças conciliares.

A RCC surge em fevereiro de 1967, na Universidade de Duquesne em Pittsburgh, Pensilvânia - EUA, quando alguns jovens estudantes começaram a reunir-se para conversar a respeito da fé e rezar. Estes eram católicos que buscavam aprimorar suas atividades apostólicas, pois não se sentiam satisfeitos com os poucos movimentos nos quais atuavam. Em razão disso, começaram a rezar para que o Espírito Santo se manifestasse neles, seguindo o modelo de Pentecostes³⁶. Com o auxílio de um pastor protestante, em um retiro, os jovens que antes buscavam um novo jeito de atuar na Igreja, receberam o chamado “batismo no Espírito Santo³⁷” e começaram a vivenciar dons extraordinários, dentre eles a glossolalia, ou dom de línguas. Tais fenômenos se aproximavam muito da espiritualidade pentecostal e muitos autores afirmam que a partir deste encontro o pentecostalismo entrou na Igreja. Assim, desde os primórdios do movimento, este foi chamado de pentecostalismo católico.

Essa caracterização também se deu devido alguns elementos elementares da RCC, tais como a atração pelas Sagradas Escrituras, pelo “batismo no Espírito” e os dons carismáticos recebidos pelo Espírito Santo. O pentecostalismo já era uma realidade desde o início do século XX, principalmente nas igrejas Batistas e a Presbiteriana. Alguns autores como Cecília Mariz (1995) e Carranza (1998), afirmam que após o Vaticano II chegou a vez de o Catolicismo entrar no movimento Pentecostal.

³⁶ Cf. At 2, 1-13. Momento onde o Espírito Santo foi enviado sobre os apóstolos, que assim se sentiram motivados à sair pelo mundo e pregar o Evangelho.

³⁷ O “batismo no Espírito Santo” é um momento de profunda espiritualidade e emotividade, onde o fiel, a partir da imposição das mãos, estaria vivendo o que aconteceu na Igreja em Pentecostes, a descida do Espírito Santo sobre ela. A pessoa que é batizada no Espírito Santo ou começa a chorar sem sentir, ou começa a rir e a usar o dom de línguas ou outros carismas.

O próprio movimento pentecostal nas igrejas protestantes foi responsável pelo surgimento de dissidências que levaram à criação de novas denominações religiosas. O mesmo não ocorreu com o pentecostalismo católico, que se transformou no Movimento de Renovação Carismática. O crescimento desse movimento tem, pelo contrário, contribuído para o fortalecimento do espaço institucional da Igreja Católica. (MARIZ,2003:172)

Entretanto a RCC tem suas peculiaridades, ou melhor, o movimento desde o início buscou traçar alguns limites com os protestantes, e ao demarcar esses limites afirmou de forma mais clara sua tendência mais tradicional que modernizante. Dentre as principais características temos a concepção de autoridade, de obediência e de pertença a Igreja Católica. (CARRANZA,1998:25).

Não só o ambiente de mudança proporcionado pelo Concílio possibilitou o surgimento da RCC, mas também a década de sessenta viu surgir ao redor do mundo grupo de pessoas que buscava de alguma forma modificar as estruturas vigentes e/ou renovar o que já era tido como ultrapassado.

Uma transnacionalização do capital; a acentuação do anticomunismo, gerando uma interpretação das relações nacionais e internacionais na perspectiva de análise de oposição Leste-Oeste (Guerra Fria); o endividamento do Terceiro Mundo, até hoje não resolvido; as grandes movimentações políticas e sociais dos EUA, como o movimento contra a guerra do Vietnã e o da contracultura; na Europa, a efervescência das “barricadas do desejo” em Paris; na ex-Tchecoslovaquia, a Primavera de Praga; no México, a revolta dos estudantes de Xochicalco; na China, a Revolução Cultural. (CARRANZA,1998:21)

O mundo religioso estava envolto pelo movimento “*born again*” (Os Renascidos), todos com um impulso de uma nova vida renascida pelo Espírito. Hébrard estimava que, em 2000, os *born again* seriam cerca de 562 milhões em todo o mundo (Hébrard, 1992, p. 15 apud VALLE,2004:2)

O movimento é oriundo das Igrejas Protestantes e se espalhou tanto por igrejas pentecostais como as históricas tradicionais. A autora Brenda Carranza, cita Barret ao afirmar que há três grupos no *born again*:

1º é integrado por membros provenientes do pentecostalismo tradicional ou clássico, caracterizado por sua origem social pobre, berço socio cultural mais simples, pessoas com menos recursos econômicos e rigidez de costumes. O segundo grupo é composto por carismas e o batismo no Espírito Santo, e

procedem, quase sempre, da classe média americana. E o terceiro grupo surgido nos anos oitenta, chamado de *terceira vaga*, retoma elementos do primeiro e do segundo enfatizando o ardor missionário e o arrependimento para converter cidades inteiras – no caso dos carismáticos católicos acrescentam-se revelações e mensagens da Virgem Maria em Medjugorje. (CARRANZA,1998:22)

Essas modificações provenientes de tais movimentos encontraram uma atmosfera favorável nos anos 60, durante o Concílio, assim, rapidamente grupos católicos aderiram ao movimento carismático, que, assim como aderira à renovação litúrgica e a valorização da função do leigo no mundo e na Igreja. Ou seja, os contextos do mundo e da Igreja, no período, eram de transformações eclesiais profundas. Somente após o Concílio Vaticano II a Igreja reformulou a participação do membro leigo dentro da hierarquia da Igreja, abrindo assim espaço para que os novos grupos católicos surgissem. Destarte também surgiram as Equipes de Nossa Senhora, Encontros de Casais com Cristo, Comunhão e libertação, os Cursilhos de Cristandade, Opus Dei, Focolares, Shönstatt, Neocatecumenais e claro, a Renovação Carismática.

Entretanto, no caso da RCC, a grande aceitação por parte dos fiéis não é evidenciada em alguns setores da Igreja. Muitos bispos, tradicionais e/ou progressista, viam sérios problemas na RCC. Desde o seu surgimento do movimento, fizeram sérias críticas no modo de vida carismática. A principal crítica era a comparação da RCC com os cultos protestantes. Essa comparação se deu devido ao fato de queo *ethos* carismático levava em consideração a emoção, o individualismo, a oração com os braços erguidos e em voz alta, e,, o uso dos dons e carismas do Espírito Santo, como a glossolalia, a profecia, o dom da sabedoria, fé, as curas, além da utilização de varias danças e cantos que romperia com o *ethos* católico.

Com isso, a RCC buscou criar fronteiras que a distinguisse do protestantismo. Assim, mesmo vivendo a subjetividade, o individualismo e enfatizando a emoção, ela passou a assumir uma postura de supervalorização da identidade católica, promovendo um culto mariano forte, maiores cuidados com a liturgia, o incentivo ao zelo e adoração à eucaristia, respeitabilidade ao clero e total submissão ao papa. Essa busca pela legitimidade católica levou o movimento a se institucionalizar, buscando reconhecimentos pontifícios e tentando se livrar das críticas do catolicismo tradicional.

Observando mais a fundo o cotidiano da vida carismática é possível observar que existe até um certo “exagero” em relação a esses três elementos(

frequência à Eucaristia e à Penitência, a intercessão de Maria e a comunhão com os Pastores da Igreja), ou seja, a RCC, na confluência de seus esforços em se legitimar no catolicismo, com os da hierarquia em enquadrá-la nas estruturas da Igreja e assim, distanciá-la eficazmente de qualquer influência protestante. (Silva, 2008:19)

Neste ponto, a RCC também se aproxima de maneira mais ainda dos católicos tradicionais. Vimos a forte devoção mariana que Dom Mayer e Dom Lefebvre possuíam, assim como a submissão que eles possuíam ao Bispo de Roma, e quando o desobedeceram foi em decorrência da ordem de outros papas anteriores, para guardar a fé. Mas vamos analisar um pouco mais alguns dos componentes que dão identidade a RCC.

A glossolalia, ou o chamado dom de línguas é a característica mais marcante da espiritualidade carismática e segundo um dos seus fundadores no Brasil, o padre Haroldo Rahm, o dom de línguas é um sinal inequívoco da presença do Espírito Santo no fiel. Para ele:

falar em idioma desconhecido para a pessoa que fala. O que se passa é de ordem inteiramente sobrenatural. As relações entre Deus e a pessoa ultrapassam o seu entendimento e a sua capacidade de exprimir, ela então é impelida pelo Espírito a dizer coisas que não compreende, mas que sabe serem de 'louvor inspirado', uma maneira de adorar para além do seu próprio entendimento, porque é o Espírito que fala?(RAHM,1981:148 apud CARRANZA,1998:148)

Essa experiência é uma experiência muito marcante também para a espiritualidade protestante, presente em várias vertentes pentecostais e neo-pentecostais. Entretanto, os carismáticos afirmam que o dom de línguas está presente na fundação da Igreja e descrito nas cartas de São Paulo:

Aquele que fala em línguas não fala aos homens, senão a Deus: ninguém o entende, pois fala coisas misteriosas, sob a ação do espírito” (1 Cor 14,2)

Outrossim, o Espírito vem em auxílio à nossa fraqueza: porque não sabemos o que devemos pedir, nem orar como convém, mas o Espírito mesmo intercede por nós com gemidos inefáveis. E aquele que perscruta os corações sabe o que deseja o Espírito, o qual intercede pelos santos, segundo Deus” (Rm 8, 26-27)

Os atos dos apóstolos, tradicionalmente atribuído ao evangelista Lucas também fala do Dom de Línguas no momento do Pentecostes:

Ficaram todos cheios do Espírito Santo e começaram a falar em outras línguas, conforme o Espírito Santo lhes concedia que falassem (At 2,4)

Desta forma, podemos entender o dom de línguas como algo tradicional na Igreja Católica, entretanto que desaparece da história da mesma por vários séculos, até que estes usos são retomados pelo movimento carismático nos anos sessenta.

O movimento disponibiliza alguns textos de santos e padres da Igreja onde abordam a glossolalia, direta ou indiretamente. Eles citam Orígenes (+ 250), Ireneu (+ 202) e Tertuliano (+ 220) que fazem referência ao dom de línguas. Há quem julgue que o abuso do pretense dom de línguas por parte dos hereges montanistas no século III tenha provocado o desinteresse dos fiéis ortodoxos para o carisma nos tempos subsequentes. A citação mais clara é encontrada em Santo Agostinho (+430) escrevia: ‘Quem poderia pensar hoje que a imposição das mãos provoque o dom das línguas?’ (De Baptismo III, 16,21). (BETTENCOURT,2003)

Eles também apresenta a fala de Santa Tereza D’Avila (1582) refere algo que poderia ser assemelhado ao estado de embriagues espiritual ou à glossolália:

Pronunciam-se então muitas palavras para o louvor de Deus, mas sem ordem, a menos que Deus queira a colocar ordem; a mente humana por Si não é capaz de fazê-lo. A alma desejaria proclamar bem alto a glória de Deus. Ela fica fora de Si mesma no mais suave delírio... Ela quisera sei; por inteiro, línguas para louvar a Senhor (TEREZA D’AVILA, 2010:16:3-4).

Assim, percebe-se que o dom de línguas é algo que de certo modo, esteve presente da história da Igreja, entretanto, não tinha a proporção que possui hoje com a Renovação Carismática.

Outro dom carismático que produz controvérsia é o dom de cura, que toca em algo íntimo dos fiéis e muitas vezes o que os impulsionam para a fé, seus males físicos, mentais e “espirituais”. A Renovação Carismática Católica oferece ao fiel um discurso que convida os mesmos a pedirem a Deus a cura do corpo e da alma. A principal crítica a essa prática é que esta pode se tornar curandeirismo, milagrismo e até mesmo bruxaria, a partir do momento que são usados objetos para realizar tais curas, como

óleos, flores, panos, etc. Ainda o dom de cura dá ao leigo uma autoridade sobre a doença que antes era do sacerdote, através do sacramento da unção dos enfermos, onde o padre ungia o fiel enfermo com óleo abençoado. Assim, os bispos buscaram dar orientações ao movimento “pede-se para que se evitem atitudes milagreiras e mágicas e a não utilização do “óleo dos enfermos”, com uso restrito às celebrações eucarísticas.” (CNBB, 1994, p. 25)

Entretanto, para o movimento, alguns males físicos, mentais e espirituais, estão diretamente relacionados com a ação demoníaca. Assim, a oração de libertação e cura pode realizar os milagres de cura, quando o fiel, ao aderir à fé católica e passa por um processo de profunda conversão, se livra das “cadeias de Satanás”. Na visão carismática, é a Igreja que ao invés de só se preocupar com o lado social, também busca auxiliar os cristãos no seu lado espiritual. (CARRANZA,1998:94)

Esses momentos são marcados por forte emotividade, essa que também se configura extremamente marcante na RCC. Pedro Oro (1996) analisa os grupos pentecostais e encontra neles uma ritualização da emoção, utilizando a música, os gestos, expressões verbais, a espontaneidade e a liberdade dos membros, que manifestam livremente o que estão sentindo no momento, como vontade de fechar os olhos, orar em voz alta, exclamar louvores a Deus durante as pregações e orações.

Mas, o que para alguns clérigos é um problema, para outros a RCC é um movimento frutuoso. O Cardeal Leo Joseph Suenens, um dos principais promotores do movimento, nos anos 70, escreveu no Comunicado da CNBB, os frutos da Renovação Carismática, dentre eles podemos encontrar:

1. Numerosas pessoas fazendo numerosas experiências de uma conversão radical interior;
2. Um renascimento da vida sacramental e da devoção a Nossa Senhora, assim como a redescoberta das riquezas da tradição espiritual da Igreja;
3. O amor a Sagrada Escritura e o desejo de nutrir-se dela é, na Renovação, mais aparente do que no conjunto dos católicos;
4. Amor renovado pelos pastores e pela igreja. Em especial a fidelidade pelo papa e o Magistério da Igreja.

Nessas características levaram outros membros do clero, e até mesmo o próprio papa a legitimarem a Renovação Carismática. Em 1973 o Papa Paulo VI recebeu no

Vaticano, com o cardeal Suenens com amistosidade, mas foi no pontificado de João Paulo II foi reconhecida pelo “Conselho Pontifício para os Leigos”.

RCC no Brasil

No Brasil, a Renovação Carismática Católica chegou em Campinas-SP através dos padres Jesuítas Haroldo Joseph Rahm e Eduardo Doughety, em, 1968, enquanto realizavam grupos da Liderança Cristã, com operários, freiras, universitários e donas de casa. Segundo uma entrevista feita com Rahm por Brenda Carranza, o precursor da RCC no Brasil afirma que ia de bicicleta perguntando as pessoas se elas não queriam rezar com ele no Espírito, e muitos aceitavam. Nesses encontros eles liam a bíblia. Aos poucos várias pessoas queriam saber mais sobre aquele jeito novo de rezar e até mesmo sacerdotes o procuravam para falar mais sobre o Espírito Santo. O movimento no início era chamado de Encontro de Oração no Espírito Santo. (CARRANZA,1998:24)

Aos poucos os grupos de oração, que logo se constituíram a base do movimento, foram se espalhando pelo país, mais ainda depois da publicação do livro “*Sereis Batizados no Espírito*” do padre Rahm. A partir do livro, o padre Rahm começou a ser chamado para vários retiros e seminários de Vida no Espírito. Estes tem a duração de nove semanas e se caracterizam principalmente pela agregação dos iniciantes ao movimento e formação espiritual (FERNANDES, 1996:110). Os que participavam voltavam para as suas paróquias, capelas ou comunidades e fundavam seus Grupos de Oração. Esses grupos até hoje são a alicerce do movimento carismático.

Os grupos de oração representam a base social da estrutura do movimento. A atividade central é a oração, seja ela de louvor, de ação de graças, em línguas, contemplativa, de libertação e de cura. Nela se inserem todo tipo de emoção e manifestação de experiência pessoal, leitura da Bíblia e cantos. (SOFIATI, 2009:3)

Essa expansão foi percebida pelos bispos brasileiros, que em 1973 chamaram o pe Rahm para uma reunião na CNBB de Brasília, onde a RCC foi definida oficialmente no Brasil como “um novo modo de ser Igreja”.

Esse “novo modo de ser Igreja chegou a Campos dos Goytacazes através desses encontros promovidos pelo padre Rahm. Segundo um livreto da RCC campista que

narra a história do movimento em Campos, vimos que este chega na diocese ainda no governo de Dom Antônio de Castro Mayer, no ano de 1972.

Tudo começou no mês de junho com a ida do pe Fernando Guimarães a Itaici-SP acompanhado do Dr. Roberto Aquino e mais dois jovens: Carlos Augusto, vulgo Guto e Carlos Eduardo afim de participarem de um Encontro promovido pelo Pe. Haroldo Rahm, cujo tema era “*Sereis Batizados no Espírito Santo*”. (breve histórico da RCC da Diocese de Campos-RJ, s/d)

O Padre Fernando Guimarães, membro da Ordem dos Redentoristas, com seus companheiros voltaram da cidade de Itaici-SP e relataram a algumas pessoas o que havia acontecido no encontro. Segundo ele, foi tudo muito tranquilo, com muita oração e que lhes rendeu muita paz. Algum tempo depois o padre Guimarães começou a promover os encontros de oração chamados de “Experiência de Oração” em São João da Barra, cidade vizinha a Campos, e providenciaram uma casa para os campistas interessados em participar do evento. Os encontros não eram realizados na sede da diocese porque o “Leão de Campos” tinha opinião contrária ao movimento do padre Rahm.

Aqui em Campos seria praticamente impossível, pois o bispo de Campos era D. Antônio de Castro Mayer, o qual não concordaria com a realização do mesmo. (breve histórico da RCC da Diocese de Campos-RJ, s/d)

As reuniões aconteciam com 12 jovens e segundo os relatos, aconteceu um “verdadeiro Pentecostes com a manifestação dos dons carismáticos”. Depois desses encontros, o Pe. Fernando voltando para Campos, começou a promover os encontros no próprio convento dos Redentoristas. De acordo com a entrevista realizada com a Senhora Mary Rocha, Dom Antônio sabia dos encontros, mas, nas palavras dela, “ele pediu que não deixassem que ele visse”. Assim os grupos aconteciam no andar de cima do convento, dentro de uma pequenina capela, algumas vezes com as luzes apagadas, iluminados apenas com a luz do sacrário³⁸.

No mesmo ano o padre Haroldo realizou uma Experiência de Oração com alguns campistas e essa experiência impulsionou ainda mais a Renovação Carismática em Campos. De volta ao convento, o que antes era um grupo de 12 pessoas precisou ir para

³⁸ Local aonde se guarda as hóstias depois da consagração, chamada de Eucaristia, que para os católicos é o próprio Jesus Cristo.

uma sala maior devido a quantidade de pessoas que buscavam ter uma experiência mais profunda com Deus, porém o ambiente ainda era muito precário e improvisado, com louvores, orações, mas em esteiras no chão ou tapetes.

Com o passar do tempo foi aumentando o número de pessoas e os encontros passaram para o átrio da igreja e depois tiveram que se dividir em sub-grupos nas diversas capelinhas do convento.

Ao longo dos anos novos grupos foram se formando ao longo da diocese, e não se reuniam apenas nas igrejas, até porque muitos padres eram contra, então começaram a usar as casas dos membros e iam em caravanas para os locais de formação e os congressos que pouco a pouco foram começando a acontecer no país.

Nos anos 80, com a mudança do bispo, a RCC teve mais liberdade para atuar na diocese e cada vez mais crescia no território sob o comando de Dom Navarro. Mas o movimento não deixou de receber as duras críticas dos seus vizinhos, os tradicionalistas.

No capítulo anterior nós mesclamos os argumentos, declarações e cartas de Dom Mayer com os de Dom Lefebvre, pois encontramos entre os dois não só a amizade real que existia, mas também a similaridade do modo de pensar dos dois, chegando a assinarem cartas e tratados juntos. Essa união foi ficando cada vez mais forte, ao ponto de em junho de 1988, sagrarem 4 bispos sem o mandato de Roma. Deste modo, analisamos o que Dom Lefebvre escreveu sobre a Renovação Carismática, supondo que o modo de pensar não era muito diferente de Dom Mayer e dos Padres de Campos. Cabe informar que não encontramos nenhuma fonte primária além desta, sobre a opinião de Dom Mayer, expressa em livros ou cartas.

Para Marcel Lefebvre o movimento carismático é algo a se suspeitar, pois, segundo ele Jesus Cristo, por meio de sua Igreja comunicou e vem comunicando pelos séculos através dos sacramentos: Batismo, Eucaristia, Penitência, Crisma, Matrimônio, Ordem e Unção dos Enfermos.

Quando recebemos este sacramento realizou-se em nossas almas uma transformação total. Os demais sacramentos vêm a completar esta efusão do Espírito Santo, recebida no dia de nosso batismo.

O sacramento da Confirmação nos comunica também todos os dons do Espírito Santo com grande profusão; necessitamo-lo para alimentar e fortificar nossa vida espiritual, nossa vida cristã. (LEFEBVRE,S/D)

O texto segue com palavras duras sobre o movimento, quando o monsenhor se indaga: “de onde vem esse espírito?”.

Não temos direito de eleger outros meios fora dos que Nosso Senhor mesmo instituiu, meios tão simples, tão formosos, tão eficazes, tão simbólicos ao mesmo tempo. Não temos direito a esperar que por simples manifestações exteriores, por gestos particulares, possamos receber o Espírito Santo. É muito temeroso que estas outras manifestações sejam inspiradas pelo mal espírito, para enganar precisamente aos fiéis, fazendo-os crer que recebem o verdadeiro Espírito de Nosso Senhor. Em realidade, não recebem, de nenhum modo, este Espírito, senão que um espírito muito distinto... Tenhamos o cuidado de não deixarmo-nos arrastar, e quando se apresente a ocasião, distanciemos destes fenômenos e manifestações aqueles nossos familiares que se sentem atraídos por eles. (LEFEBVRE,s/d)

O prelado também fez duras críticas ao *ethos* carismático, perguntando porque os cantos, onde está a união espiritual, sobrenatural, para que as cerimônias de tal forma? Ele ainda diz:

o fiel que assiste ao Santo Sacrifício da Missa permaneça em silêncio, sem abrir sequer seu missal, se se sente deveras atraído, conquistado, inspirado de certo modo, pelos sentimentos que o sacerdote manifesta em sua ação. Escutando o sacerdote fazer sua confissão, seu ato de contrição, a alma se une ao sacerdote e se arrepende de seus pecados. (LEFEBVRE,s/d)

Possivelmente a atitude de Dom Mayer quanto os carismáticos fosse mais branda devido a fala de uma das entrevistadas, entretanto ao analisarmos o informativo com a história do movimento no município de Campos percebemos certo temor dos membros em ser “descoberto” pelo bispo em suas Experiências de Oração.

Mas por que a Renovação Carismática se fixou tão bem em solo campista? Vimos que a diocese possuía profundas raízes tradicionais e ao sinal da mudança, parte dela se levantou contra as reformas conciliares, com alguns eventos se tornando manchete policial. O que teria a RCC que atraiu tanto os campistas mesmo com as críticas dos padres tradicionalistas?

Depois de caminharmos pela trilha dos dois movimentos, chegamos à conclusão, a mesma apontada por diversos autores, que a Renovação Carismática Católica é tradicional em sua essência e está, de certo modo, aliado aos tradicionalistas na busca de uma Igreja efetivamente espiritualizada, que auxilie os fiéis a alcançarem a salvação de

suas almas, através de uma profunda conversão e imersão na fé e doutrina católica, que respeite e venere o Papa, seja fiel à Virgem Maria, tenha imensa adoração à Eucaristia, frequência aos sacramentos, principalmente à confissão, leitura e estudo da Bíblia e dos documentos da Igreja, devoção aos santos e discrição quanto ao modo de se vestir.

A Renovação Carismática, de modo geral, pode ter traços marcantes do pentecostalismo, não ter preferência pela música instrumental, canto gregoriano ou até mesmo a missa no rito extraordinário, mas a essência da fé é profundamente integrada ao *ethos* tradicional o que favoreceu sua adaptação na diocese campista.

Conclusão

Este trabalho pretendeu analisar dois grupos, os tradicionalistas e os carismáticos, dentro do catolicismo, aparentemente sem nenhuma correlação direta, e efetivamente não o possuía nenhuma correspondência. Para isso analisamos primeiro um grande acontecimento dentro da Igreja, o Concílio Vaticano II. Este foi realmente um acontecimento importantíssimo para a história contemporânea, pois possibilitou a incursão da Igreja em um discurso de renovação e aproximação com os fiéis, nunca vistos na sua história. Ao mesmo tempo em que possibilitou o surgimento de vários movimentos eclesiais, dentre eles, a Renovação Carismática.

Conforme Brenda Carranza não só grupos progressistas despontaram do Vaticano II, mas há “um refluxo da modernidade”, onde ao invés de aderir às mudanças propostas, preferem manter-se unidos a valores tidos como ultrapassados. Esse é o caso dos tradicionalistas, mas não apenas estes, em um nível menor de contestação da modernidade que se apresenta. A Renovação Carismática, ao contrário de aderir a todo o ideal da modernização da Igreja, abraça valores tidos como tradicionais, ou diríamos, essenciais para a manutenção da identidade católica.

Ao analisarmos a história do movimento tradicionalista, identificamos algumas características básicas e o arcabouço ideológico que estava por traz da crise e o cisma que despontou na Igreja Contemporânea. Algumas críticas apontadas pelos prelados Dom Antônio de Castro Mayer e Dom Marcel Lefebvre à modernização da Igreja tinham fundamento e efetivamente se concretizaram, como a queda brusca do número de sacerdotes, a dessacralização da missa, a constante secularização e relativismo dentro da própria Igreja; vemos que sua imagem de Igreja estava obscurecida para o horizonte

que se abria para a Igreja. Assim como, criticar a nova missa, da forma que foi feita, parece não levar em consideração o próprio discurso que os tradicionalistas usaram para tal.

Após analisarmos os dois fenômenos, de maneira aprofundada, encontramos aspectos que ao invés de afastar a Renovação Carismática dos fiéis tradicionalistas, os aproximam em um grupo mais amplo, em um movimento que têm suas raízes no mesmo princípio, comungam das mesmas concepções básicas de salvação e a buscam de maneira significativa. Percebemos o quão multi facetado é o catolicismo e percebemos em alguns grupos mais conservadores a busca de todo modo afirmar a sua identidade católica. O progressismo abriu as portas da igreja para uma “modernização sem fronteira”, ou seja, um lento processo de inculturação, relativismo, secularização, assim como, alargou a doutrina católica, a partir da laicização do clero e da crítica à estrutura hierárquica, não tendo mais a rigidez da lei eclesiástica que impulsionavam os fiéis para os sacramentos da reconciliação e para a eucaristia, em busca da santidade. Essas características podem fazer aflorar “traços de fundamentalismo e apelos de retorno à tradição em alguns grupos, tanto da RCC quanto das igrejas Pentecostais, que se esforçam em definir fronteiras identitárias”. (CARRANZA,1998:99)

No contexto do campo religioso brasileiro contemporâneo, a busca pela afirmação de identidades religiosas pode vir a ser entendida como consequência de fenômenos inerentes a esse campo, como a tolerância, o pluralismo e o trânsito religiosos. (ALMEIDA, 2008:17)

A Renovação Carismática Católica, assim como o Tradicionalismo, buscam, de maneiras distintas, reconduzir os católicos a práticas tidas como “piedosas”, que buscam uma reconversão interior, ou um aprofundamento na fé, um verdadeiro relacionamento com Deus e com a Igreja, onde a vida espiritual está em um grau de importância maior do que a vida social e política.

Quando pouco a pouco o tradicionalismo de Campos foi sendo substituído por Dom Navarro, e perdeu a sua presença constante na vida da diocese, os fiéis tradicionais encontraram na RCC um lugar comum, um discurso similar de salvação e pertença a sua religião.. Mas, mesmo assim a diocese continuou dividida entre tradicionalistas e diocesanos, até que em 18 de Janeiro de 2002, através do decreto "Animarum bonum", o papa João Paulo II fundou a prelazia pessoal São João Maria Vianney, onde

regularizava a situação dos padres e do bispo sagrado ilicitamente, Dom Licício Rangel, do qual foi retirada a excomunhão.

Bibliografia

ALBERIGO, Guiseppo (2006). **Breve História do Concílio Vaticano II: (1959 – 1965)** – Aparecida, SP: Editora Santuário, 2006.

ALOÉ, André Pizetta (2006). **Tradição Família e Propriedade (TFP): Uma Instituição em Movimento**. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Ciência Política) Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006.

ARISTÓTELES. **A política**. Traduzido por Roberto Leal Ferreira. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. **Modernidade, pluralismo e crise de sentido. A orientação do homem moderno**. Petrópolis: Vozes, 2004

BEOZZO, Jose O. **Padres conciliares brasileiros no Vaticano II: participação e prosopografia - 1959-1965**. Tese USP em História Social -2001

BETTENCOURT. Estêvão. **O dom de línguas na história da Igreja**. Revista: Pergunte e Responderemos. s/d. Disponível em: http://www.portalcarismatico.com.br/menu/carismas/aprofundamento/aprof10.dom_ling_uas.htm. Acessado em 10 de março de 2014.

BOSCH, J. (1999). **Ecumenismo. Dicionário de Conceitos Essenciais do Cristianismo**. São Paulo: Editora Paulus, 1999

CALDEIRA, Rodrigo Coope (2009). **Os baluartes da tradição: a antimodernidade católica brasileira no Concílio Vaticano II**. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-graduação em Ciência da Religião (PPCIR), Universidade Federal de Juiz de Fora.

_____ (2011). **Bispos conservadores brasileiros no Concílio Vaticano II (1962-1965): D. Geraldo de Proença Sigaud e D. Antônio de Castro Mayer**. Horizonte, Belo Horizonte, v. 9, n. 24, p. 1010-1029, dez. 2011.

CARNEIRO, Márcia Regina da Silva Ramos E SILVA, Sandro Figuerêdo. **Integralismo, nacionalismos e conservadorismo no Rio de Janeiro**. Trabalho apresentado no Seminário de pesquisa do Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional, da Universidade Federal Fluminense - UFF, realizado em Campos dos Goytacazes. Março de 2011.

CHENU ,Marie-Dominique. *La fin de l'ère constantinienne*, in DUBOIS-DUMÉE, J.-P. ET AL. - *Un concile pour notre temps. Journées d'études des informations catholiques internationales*. Editions du Cerf, Paris, 1961

CONCÍLIO VATICANO II. **Documentos do Concílio Ecumênico Vaticano II (1962-1965)**. Tradução: Tipografia Poliglota Vaticana. São Paulo: Paulus, 1997.

D'AVILA, Tereza, Santa 1515-1582. (2010). **Livro da vida**. Tradução e notas de Marcelo Musa Cavallari; prefácio de Frei Betto; introdução de J.M. Cohen. - São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2010.

FERNANDES, Sílvia Regina Alves (2009). **Novas formas de crer: católicos, evangélicos e sem religião nas cidades**. São Paulo: CERIS-Promocat.

_____. **Renovação Carismática e o Demônio: notas do monitoramento da Revista Jesus Vive e é o Senhor**. Mneme (Caicó. Online) , Caicó - UFRN, v. 3, n. 06, 2002.

_____.(1996). **Movimento De Renovação Carismática Católica**. Rev. Univ. Rural, Sér. Ciências Humanas. Seropédica, RJ, EDUR, v. 18 (1/2):109-124, jan/dez.

GONÇALVES, Paulo Sérgio Lopes, "A teologia do Concílio Vaticano II e suas consequências na emergência da Teologia da Libertação", in BOMBONATTO, V.I. – GONÇALVES, P.S.L. (org.). Concílio Vaticano II: análise e perspectivas. São Paulo: Paulinas, 2004, pp. 69-94.

HALL, Stuart. **A Centralidade da Cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo**. Educação & Realidade. Porto Alegre, v.22, n.2, jul/dez, 1997.

LIBANIO, João Batista. **Concílio Vaticano II – em busca de uma primeira compreensão**. São Paulo; Loyola, 2005

_____. **Desafios da Pós-Modernidade à Teologia Fundamental**, in GONÇALVES, P.S.L. – TRASFERETTI, J., (org.). Teologia na Pós-modernidade, op. cit., pp. 143-171.

MACHADO, António Augusto Borelli, **As aparições e a mensagem de Fátima nos manuscritos da Irmã Lúcia**, 23ª edição, Maio de 1998, Depósito Legal nº123 914

MARIZ, Cecília Loreto. **“A Renovação Carismática Católica: uma igreja dentro da Igreja?”** Civitas, vol.3 nº1, 2003a, pp.169-86. preensão. São Paulo: Loyola, 2005

_____(2003). **A Renovação Carismática Católica**. Civitas - Revista de Ciências Sociais v. 3, nº 1, jun.

MATTEI, Roberto de (1997). **O Cruzado do século XX. Plínio Corrêa de Oliveira**. Editora Civilização, Porto.

MAYER, Antônio de Castro (1971). **Por um cristianismo autêntico**. São Paulo: Vera Cruz.

_____(1988). **Dom Antônio de Castro Mayer 1948-1988: Quarenta anos de episcopado**. Ed. Damadá, Campos dos Goytacazes, 1988.

MELAÇON, Pe. Ovila. (24 de Novembro de 2011). **Formação**. Acesso em 09 de 06 de 2012, disponível em Renovação Carismática Católica Brasil: <http://www.rccbrasil.org.br/artigo.php?artigo=1125>

MONTERO, Paula. **O problema da cultura na Igreja Católica contemporânea**. Estud. av. [online]. 1995, vol.9, n.25, pp. 229-248

ORO, Ari Pedro. **Avanço Pentecostal e Reação Católica**. Petrópolis, RJ. Vozes, 1996.

ROTA, Roberto. **La Minoranza Che Cercò Di Fermare Il Concilio Vaticano Ii: L'opposizione Conservatrice**. Rivista Online instoria. N. 34 - Ottobre 2010 (LXV). Disponível em http://www.instoria.it/home/concilio_vaticano_II.htm. Acessado em 20 de fevereiro de 2013.

SANTIROCCHI, Ítalo. **Uma questão de revisão de conceitos: romanização – ultramontanismo – reforma**. Temporalidades. vol. 2, nº 2, Ago/Dez de 2010. p. 24-33.

STEIL, Carlos Alberto ; HERRERA, Sonia Reyes (2010). **Catolicismo e ciências sociais no Brasil: mudanças de foco e perspectiva num objeto de estudo**. Sociologias, v. 12, p. 354-393, 2010.

SEIBLITZ, Zelia Milanez de Lossio. (1992). **Os arquitetos do paraíso - Estudo de um conflito religioso**. Tese de Doutorado. – UFRJ / PPGAS / Museu Nacional, 1992.

_____. **Conflito na Diocese de Campos.** In: SANCHIS, Pierre (Org.). **Catolicismo: Modernidade e Tradição.** São Paulo: Loyola, 1992. p. 251-303.

SILVA, Leonardo Almeida Da (2008). **O Espírito sopra como quer? - Consequências das Relações institucionais da Renovação Carismática Católica.** Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Ciências Sociais) - Universidade Federal Fluminense.

SOFIATI, Flávio Munhoz. **Elementos Socio- Históricos Da Renovação Carismática Católica.** Rev. Estudos de Religião, v. 23, n. 37, jul./dez. 2009.

SOUZA, Luiz Alberto Gómez de (2004). **As várias faces da Igreja Católica.** Estudos Avançados, vol.18 n°.52 São Paulo Sept./Dec.

VALLE, Edênio. **A Renovação Carismática Católica. Algumas observações.** Estud. av. vol.18 n°52 São Paulo Sept./Dec. 2004

WHITE, David Allen (1993). **The Mouth of the Lion: Bishop Antonio de Castro Mayer and the last Catholic Diocese.** Angelus Press, 1993 – pág. 121-123

Documentos Eclesiásticos

CATECISMO MAIOR DE SÃO PIO X (1905). Disponível em http://www.diocese-braga.pt/catequese/sim/biblioteca/publicacoes_online/56/Catecismo_Sao_Pio_X.pdf.

Acessado em 20 de fevereiro de 2013.

COMMUNION INTERPRETES DOLORUM, 15 de Abril de 1945 (Pio XII Encíclica).

Disponível em:

http://www.vatican.va/holy_father/pius_xii/encyclicals/documents/hf_p-xii_enc_15041945_communion-interpretes-dolorum_po.html. Acessado em 20 de

fevereiro de 2013.

DOCUMENTOS DO CONCÍLIO ECUMÊNICO VATICANO II. (1962-1965). São Paulo: Paulus, 1997.

DIVINI ILLIUS MAGISTRI, 31 de dezembro de 1929 (Pio XI, Encíclica). Disponível

em: http://www.vatican.va/holy_father/pius_xi/encyclicals/documents/hf_p-xi_enc_31121929_divini-illius-magistri_po.html.

Acessado em 20 de fevereiro de 2013.

DIVINIS REDEMPTORIS, 19 de março de 1937 (*Pio XI, Encíclica*). Disponível em: http://www.vatican.va/holy_father/pius_xi/encyclicals/documents/hf_p-xi_enc_19370319_divini-redemptoris_po.html . Acessado em 20 de fevereiro de 2013.

EPISTOLA IL 27 APRILE 1915 (Papa Benedetto XV, Lettera) al cardinale Pietro Gasparri, segretario di Stato Affinché I Vescovi di tutto il mondo. Aggiungano Nelle Litanie Lauretane l'invocazione "Regina Pacis, Ora Pro Nobis". Disponível em http://www.vatican.va/holy_father/benedict_xv/letters/documents/hf_ben-xv_let_19170505_regina-pacis_it.html. Acessado em 20 de fevereiro de 2013.

PASCENDI DOMINICI GREGIS, 8 de setembro de 1907 (Pio X, Encíclica). Disponível em http://www.vatican.va/holy_father/pius_x/encyclicals/documents/hf_p-x_enc_19070908_pascendi-dominici-gregis_po.html. Acessado em 16 de janeiro de 2014.

QUADRAGESIMO ANNO, de 15 de maio de 1931 (*Pio XI, Encíclica*). Disponível em : http://www.vatican.va/holy_father/pius_xi/encyclicals/documents/hf_p-xi_enc_19310515_quadragesimo-anno_po.html . Acessado em 20 de fevereiro de 2013.

Documentos e Cartas

Biografia de Dom Antônio de Castro Mayer. Revista Ontem Hoje Sempre nº 63 – abril/maio 2001. Disponível em: <http://www.fsspx.com.br/biografia-de-dom-antonio-de-castro-mayer>. Acessada em 27 de janeiro de 2014.

ENCARTE DA REVISTA RENOVACÃO. nº 55 - Março/Abril de 2009. Disponível em <http://www.rccbrasil.org.br/download/ENCARTE%20Carismas%2044.pdf>. Acessado em 12 de fevereiro de 2014.

GANTIN, Bernadin Cardeal. (1988). Aviso Canônico do Cardeal Gantin ao Bispo Marcel Lefebvre. 17 de junho de 1988. Disponível em <http://lacriseintegriste.typepad.fr/weblog/05-le-schisme/page/2/>. Acessado em 23/01/2014.

MAYER. Antônio de Castro (1963). Carta Pastoral: **Os Documentos conciliares sobre a Sagrada Liturgia e instrumentos de comunicação social – Notas pastorais – 8 de**

dezembro de 1963. Dom Antônio de Castro Mayer. In, **Por um Cristianismo Autêntico**. Editora Vera Cruz. Editora Vera Cruz, São Paulo. 1971.

_____(1970). Circular Sobre a Reverência aos Santos Sacramentos. Campos, 21 de novembro de 1970. In **Quarenta anos de episcopado**. Ed. Damadá. Campos, 1988.

LEFEBVRE, Marcel e MAYER, Antônio de Castro (1986). **Declaração de Dom Antônio e Dom Lefebvre por ocasião da reunião ecumênica de Assis em 1986**. Buenos Aires, 2 de dezembro de 1986. Disponível em <http://www.fsspx.com.br/declaracao-de-dom-antonio-e-dom-lefebvre-por-ocasio-da-reuniao-ecumenica-de-assis-em-1986/>. Acessado em 28 de dezembro de 2013.

_____(1983). **Carta aberta ao Papa e o Manifesto Episcopal. 21 de novembro de 1983**. Disponível em <http://www.fsspx.com.br/carta-aberta-ao-papa-e-o-manifesto-episcopal/>. Acessado em 14 de janeiro de 2014.

LEFEBVRE, Marcel (1976). **Por que vou a Roma?** Conferência dada aos seminaristas de Ecône. Disponível em <http://www.fsspx.com.br/por-que-vou-a-roma/>. Acessado em 8 de janeiro de 2014.

_____(1966). **Carta de Dom Lefebvre ao Cardeal Ottaviani sobre o perigo que corriam certas verdades fundamentais de nossa fé depois do Concílio Vaticano II. Roma**, 20 de dezembro de 1966. Disponível em <http://www.fsspx.com.br/resposta-de-dom-lefebvre-ao-cardeal-ottaviani/>. Acessado em 4 de janeiro de 2014.

_____. (1981). Carta sobre o Espírito da Fraternidade Sacerdotal São Pio X. 7 de fevereiro de 1981. Disponível em <http://monsieurlefebvre.wordpress.com/2010/12/28/o-espirito-da-fraternidade-sao-pio-x/>. Acessado em 4 de janeiro de 2014.

_____. Carta do Monsenhor Lefebvre ao Papa João Paulo II 2 de junho. Disponível em <http://www.capela.org.br/Crise/lef688.htm>. Acessado em 14 de janeiro de 2014.

_____. **La Misa Nueva**. Editora ICTION, Buenos Aires.1983.

JOÃO PAULO II, papa. 1988. **Carta do papa João Paulo II ao bispo Marcel Lefebvre**. 9 de junho de 1988. Disponível em <http://www.capela.org.br/Crise/lef688.htm>. Acessado em 14 de janeiro de 2014.

RATZINGER, Joseph e LEFEBVRE, Marcel. (1988). **PROTOCOLO DE ACORDO**. 5 de maio de 1988. Disponível em <http://www.capela.org.br/Crise/protocolo2.htm>. Acessado em 14 de janeiro de 2014.

_____. **Instrução Sobre Alguns Aspectos da “Teologia Da Libertação”** de 6 de Agosto de 1984. VI-10. Disponível em http://www.vatican.va/roman_curia/congregations/cfaith/documents/rc_con_cfaith_doc_19840806_theology-liberation_po.html. Acessado em 10 de março de 2014.

Ilustrações



Brasão de Dom Antônio de Castro Mayer.